



**Universidade Federal da Bahia**

**Instituto de Letras**

**Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA  
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br)

***OS SEGREDOS DA ARTE:  
OS CARPINTEIROS NAVAIS DO BAIXO SUL DA BAHIA  
SOB UM OLHAR ETNOLINGÜÍSTICO***

**por**

**DENISE GOMES DIAS SANTOS**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosa Virgínia Mattos e Silva**

**SALVADOR  
2004**



**Universidade Federal da Bahia**  
**Instituto de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA  
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br)

***OS SEGREDOS DA ARTE:  
OS CARPINTEIROS NAVAIS DO BAIXO SUL DA BAHIA  
SOB UM OLHAR ETNOLINGÜÍSTICO***

**por**

**DENISE GOMES DIAS SANTOS**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosa Virgínia Mattos e Silva**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Letras.

**SALVADOR  
2004**

S234 Santos, Denise Gomes Dias, 1963 –  
Os segredos da arte: os carpinteiros navais  
do Baixo Sul da Bahia sob um olhar etnolingüístico/  
Denise Gomes Dias Santos - Salvador, 2004.  
182 p. il.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal  
da Bahia, Salvador, 2004.

1. Linguística. 2. Sociolingüística. 3. Linguagem.  
4. Regionalismo. 5. Antropologia Cultural 6. Construção  
naval. 7. Estaleiro. 8. Artífice. I. Título.

CDD: 410  
CDU: 82'28

*O Mestre sabe mais o segredo da Arte...*  
(Mestre Waltinho)

*E eu, que amo a civilização moderna, eu que  
beijo com a alma as máquinas,  
Eu o engenheiro, eu o civilizado, eu o educado  
no estrangeiro,  
Gostaria de ter outra vez ao pé da minha vista  
só veleiros e barcos de madeira,  
De não saber doutra vida que a antiga vida dos  
mares!*

(Trecho das Odes Marítimas de Fernando Pessoa,  
*apud* Riedel D. *et alii*. *Literatura portuguesa em  
curso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p.236)

*A você, pai, que me ensinou a gostar de  
trabalho, e que foi navegar por águas mais  
serenas, até breve...*

## **Os agradecimentos**

Este trabalho contou com o auxílio de muitas mãos – todas elas essenciais para que eu chegasse à sua conclusão. Conteí, sobretudo, com a bondosa e onipresente mão de Deus, com as fortes e cuidadosas mãos de minha mãe, luz da minha vida, e com as sábias mãos de minha orientadora, Profa. Rosa Virgínia, um dos meus modelos de integridade humana e científica.

Das mãos de Fernando, meu companheiro querido (a quem, brincando, costumo chamar de co-autor deste trabalho), recebi constante ajuda, alento e o indispensável equilíbrio para continuar até o fim...

Dona Nete, minha mãe, Cláudia, minha irmã, a prima Raquel e seu Antônio, meus caríssimos assistentes, me emprestaram suas abnegadas mãos e boa companhia, para coletar comigo os dados nos estaleiros de Valença e Cajaíba.

Às experientes e talentosas mãos dos Mestres e carpinteiros navais, o meu eterno respeito e gratidão, inclusive pelas lições que me acompanharão por toda a vida.

Os valores humanos que alicerçam a minha existência vieram de minha família, de cujas mãos recebi também constante estímulo.

Devo às pequeninas mãos de Denise e Izabel o fôlego que já me faltara, e que veio com o seu nascimento.

Não posso deixar de agradecer, ainda, a outras mãos pela valiosa ajuda:

à Profa. Suzana Cardoso, por ter me iniciado e orientado nas trilhas dos estudos dialetais;

ao Prof. Pedro Agostinho, pelas lições de marinharia;

ao DAAD e à CAPES, pelo estágio na Alemanha que me abriu novos horizontes;

ao Mestre Zé Crente, pelo graminho e pela suta que me deu de presente;

à Universidade Estadual de Feira de Santana, pelo apoio;

ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do meu caro Instituto de Letras da UFBA, pela ajuda de custo para as viagens a campo;

ao Prof. Thun, pelos preciosos livros e pela orientação segura durante a minha estada na Alemanha;

à Évila Reis, minha colega professora, agora vice-reitora da UEFS, pela solidariedade e pelo apoio;

ao pessoal do Museu Náutico da Bahia, por acolher com tanta simpatia a minha curiosidade, e por me abrir as portas de seu acervo bibliográfico;

a Cristiana, secretária do PPGLL do Instituto de Letras, pela ajuda nos dias difíceis;

aos meus sobrinhos, por encherem de alegria a minha vida;

a Robson e Lúcia, pelo incentivo constante e pela ajuda na impressão final do trabalho;

a Júnior, Jefferson e Cristina, pelo encorajamento e pelas orações;

à Edleise e Lúcia, minhas amigas-irmãs, com quem pude partilhar as alegrias e também dissabores;

aos primos Célia e Rogério, pelo ombro amigo;

aos meus alunos da UNEB, *campus* de Valença, e da UEFS, pelas demonstrações de afeto e amizade;

a Alex Romano, o designer que vestiu este trabalho com uma roupa mais bonita.

Graças a Deus, enfim, por tantas mãos generosas e pela feliz coincidência de encontrá-las em meu caminho...

## **Resumo**

Este é um estudo etnolingüístico de comunidades de carpinteiros navais do Baixo Sul da Bahia. Investigam-se os condicionamentos socioculturais que interferem na configuração semântico-lexical do uso lingüístico dos trabalhadores dos estaleiros do município de Valença e do povoado de Cajaíba. Os dados analisados demonstram que a linguagem dos mestres e carpinteiros navais é fortemente marcada pela dinâmica das transformações por que passou a atividade no curso da História. Verificou-se que o sentido que o trabalho tem para quem o exerce e a forma como os sujeitos captam e se relacionam ao seu ambiente, tudo isto fica impresso em sua linguagem. Buscou-se, ainda, contribuir para a visibilidade do patrimônio lingüístico e cultural representado pela tradicional Arte dos Mestres dos estaleiros.



## **Abstract**

This is an ethnolinguistic study of naval carpenters communities from Valença and Cajaíba, in the South of Bahia, Brazil. Lexical semantic aspects of the linguistic use are analysed as reflexes of sociocultural practices and models. The data demonstrate that the language of the masters and naval carpenters is highly influenced by modifications they have gone through in their history. It is also assumed that the sense that the labour have for those who perform and the way the subjects are related to their environment interfere in their speech. The study finally aims to contribute to the preservation of cultural and linguistic patrimony represented by the Art of the Masters of the shipyards.

<b>Sumário</b>	<b>Pág.</b>
Os primeiros detalhes estão nesses traços: considerações introdutórias	12
1. Vou armar um barco: descrição dos procedimentos metodológicos	18
2. Embarcações populares: um panorama histórico-etnográfico	40
3. Tempos de estaleiro: sobre as bases teóricas da pesquisa	46
3.1 Lingüística e cultura material	49
3.2 Elementos para uma abordagem etnográfica	58
3.3 A Etnolingüística	72
3.4 Linguagem e trabalho	83
3.5 Léxico e ações laborativas	93
3.6 Signo lingüístico e realidade extralingüística	102
4. Cada um tem seu dom de coisa pra aprender: designações para a hierarquia nos estaleiros	113
4.1 Às margens do Rio Una: designações para a hierarquia nos estaleiros de Valença	114
4.2 Uma praiazinha pra trabalhar: designações para a hierarquia nos estaleiros de Cajaíba	131
5. A régua, a caneta e o pedaço de pau	142
5.1 Um barco que vai nascer: sobre alguns processos de nomeação da realidade	148
5.2 Os segredos da Arte: a suta e o graminho	152

Arrumando as ferramentas: observações finais	158
Referências	161
Anexo I – Glossário	170
Anexo II – Documentação fotográfica de etapas de construção das embarcações	178
Anexo III – Roteiro para as entrevistas	182
Anexo IV –Amostra de entrevista	189

## Os primeiros detalhes estão nesses traços: considerações introdutórias

*Não havia rodagem. Todo o Recôncavo não tinha transporte. Esses barco [saveiros] fazia o mercado pra Salvador. Subia, levando aquela mercadoria. Salvador enchia de barco ali naquela feira, naquele Mercado Modelo... Depois, com a implantação de estrada foi acabando um pouco... Caminhão foi entrando e embarcação diminuindo a quantidade...*

Essas são palavras de Mestre Walter, 74 anos, um dos últimos remanescentes de uma linhagem centenária de carpinteiros navais de Valença, no Baixo Sul da Bahia. Ele fala com a autoridade de quem testemunhou o apogeu e o declínio da carpintaria naval na região...

As embarcações populares, principalmente os saveiros, tiveram, no passado, grande importância para o desenvolvimento econômico do Recôncavo e do Baixo Sul da Bahia: elas recolhiam nas cidades que beiravam rios e marés a produção dos engenhos de açúcar e de farinha de mandioca, das olarias e das lavouras de fumo, e outros produtos típicos da região, como coco, dendê e especiarias, levando-os para os mercados de consumo. Na viagem de volta, os saveiros traziam os produtos manufaturados, mercadorias para comercialização. Eram também largamente empregados, na ausência de *rodagens*, no transporte de passageiros e também na pesca.



Vista do movimento de saveiros no cais da rampa do Mercado Modelo, em 1918. (Reproduzida da exposição *Bahia Velhas Fotografias (1860 - 1950)*).

Eu cresci ouvindo essas histórias, já que venho de família formada por filhos de Valença e de Maragojipe, no Recôncavo Sul, e com estreito contato com a vida marítima e a agricultura dessas regiões. Por exemplo, numa das viagens a Maragojipe, acompanhada do meu pai, para coletar dados para a pesquisa que empreendia sobre casas de farinha artesanais, paramos no distrito de Vila de Guaí. Do alto do morro à entrada da vila, paramos para apreciar o rio Guaí e o velho porto. Ali mesmo, sentados no chão, apreciando aquela fantástica vista, ouvi meu pai pintar um vigoroso quadro sobre o intenso tráfego de saveiros nas margens daquele rio, transportando a produção agrícola para os portos do Baixo Sul, Recôncavo e Salvador. Ele dizia que eram tantos os veleiros que nem se podia contar... e juntos lamentamos a decadência do lugar, de comércio outrora tão próspero...

Desde aqueles dias de 1995, eu sabia em que águas gostaria de navegar quando concluísse aquela pesquisa. Assim, em 1997, iniciei as primeiras de uma série de visitas a estaleiros ainda em atividade em Cajaíba de Camamu e em Valença, na Costa do Dendê, Baixo Sul da Bahia. A intenção era ter contato com carpinteiros navais, ouvir suas histórias sobre os saveiros, e outras embarcações. Conversei com *armadores*, com *carpinteiros navais*, e pude constatar que, a julgar pelo quadro que pintaram, a situação atual era bem diferente do passado opulento de sua atividade. O progresso tecnológico, aliado a outros fatores, como a escassez de matéria prima, provocou uma redução drástica na procura por encomendas de novas embarcações.

Esse quadro põe à mostra uma situação, aparentemente, “natural”: trata-se de uma substituição de métodos, essencial nos processos de desenvolvimento tecnológico de qualquer civilização. Um mal necessário, portanto. Mas vista de outra forma a questão, percebi um desequilíbrio devastador na organização social, cultural e econômica de algumas comunidades de carpinteiros navais, pessoas que passaram a seguir a vida desorientadamente, uma vez que lhes foi tirada a possibilidade de continuar praticando o saber que lhes foi legado por seus antepassados e que garante a sua sobrevivência.

Há que se considerar, ainda, que a decadência da atividade da carpintaria implica o desuso de lexias relacionadas ao seu universo, o que representa a perda de um patrimônio,

além de cultural, também lingüístico, relevante para a compreensão de um aspecto tão característico da economia colonial e pós-colonial.

Visando a alcançar a referida compreensão, estabeleci, para o desenvolvimento da pesquisa, alguns objetivos:

- a. Apurar as formas de organização das comunidades sob estudo, e de que modo as hierarquias, a divisão do trabalho, e outros fatores socioculturais, contribuem para a caracterização do uso lingüístico dos carpinteiros navais;
- b. Levantar o acervo lexical associado à construção de embarcações populares;
- c. Analisar as formas encontradas a fim de surpreender possíveis variações e mudanças de significado, arcaísmos, inovações, ampliação ou restrição semânticas;
- d. Verificar em que medida fatores extra-lingüísticos, como tempo, mudanças no contexto sócio-econômico, modificações tecnológicas, localização geográfica, entre outros, interferiram na caracterização do léxico em questão;
- e. Contribuir para as reflexões em torno da história social do português do Brasil, no nível do léxico;
- f. Contribuir para os estudos de etnografia das embarcações populares brasileiras, fornecendo elementos para o conhecimento da realidade baiana, especificamente do Baixo Sul;
- g. Documentar, através de registro fotográfico, as embarcações e seus processos de construção a fim de contribuir para a iconografia naval do Brasil;

Entendo que esta análise insere-se entre as tarefas diante das quais as ciências humanas não podem se omitir, que é a de registrar, descrever, interpretar e preservar o que ainda nos resta do nosso patrimônio cultural, especialmente aquele relacionado às

atividades profissionais que testemunhem sobre os diversos processos evolutivos pelos quais passamos ao longo da nossa história e pelos intercâmbios raciais, culturais e lingüísticos que nos caracterizam como povo do Brasil e que, portanto, nos peculiarizam em relação a outros povos.

É justo mencionar que esta pesquisa contou com uma valiosa contribuição, graças a uma *Bolsa de Doutorado de Curta Duração*, concedida pelo **Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD)** e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

Desenvolvido entre 02 de fevereiro e 07 de abril de 2001, no Seminário de Romanística da Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, e orientado pelo Prof. Dr. Harald Thun, o programa de trabalho teve, dentre outros, o objetivo de discutir aspectos teórico-metodológicos relacionados a esta investigação, além de conhecer pesquisas que aliassem o estudo de dados lingüísticos a aspectos etnográficos, especialmente no campo de atividades laborativas, e realizar pesquisa bibliográfica relacionada ao tema do estudo.

Durante a minha estada na Universidade de Kiel, participei de eventos científicos que se relacionavam especificamente ao objeto de investigação ou ao meu interesse mais amplo sobre a sócio-história do português do Brasil.

Em 16 de fevereiro de 2001, como atividade de encerramento do semestre de inverno no Seminário de Romanística, aconteceu o *Arbeitstagung Sprachwissenschaft & Ethnographie (Workshop Lingüística e Etnografia)*. Esse encontro reuniu pesquisadores (lingüistas, etnógrafos e antropólogos) que concentram seus estudos nas relações entre a linguagem e os fatos de cultura que a condicionam.

Na ocasião, apresentei o andamento desta pesquisa e pude obter para ela valiosas contribuições. Sobretudo, foi uma excelente oportunidade para contactar com outros pesquisadores e ter acesso a uma bibliografia, na minha área de interesse, que muito dificilmente eu obteria aqui no Brasil.

Nesse âmbito bibliográfico, as contribuições vieram, além do meu trabalho pessoal de investigação, através de colaborações valiosas do meu orientador na Alemanha, Prof. Dr. Harald Thun, e de outros professores, cujos nomes eu não poderia deixar de mencionar: Prof. Dr. Gunther Hammermüller, também da Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, lusitanista que tem dedicado muitos anos à etnografia portuguesa e que me abriu as portas de sua biblioteca pessoal; Prof. Dr. Salvatore D'Onofrio, da Universidade de Palermo, a quem conheci durante o já referido *workshop* sobre Lingüística e Etnografia, e que me cedeu alguns de seus muitos trabalhos em que une a Antropologia Cultural à Lingüística; Prof. Dr. Peter Masson, um etnógrafo diretor do Instituto Ibero-americano de Berlim (*Ibero-Amerikanisches Institut Preussischer Kulturbesitz*), que muito gentilmente orientou minhas incursões ao espetacular acervo da biblioteca daquele Instituto.

As leituras do material bibliográfico a que pude ter acesso foram fundamentais para uma orientação teórica mais precisa, no que se refere à natureza deste estudo, que se pretende etnolingüístico, porque aborda um uso lingüístico motivado por um saber acerca de algo da cultura material do grupo que faz esse uso. Mas, ao lado disto, busco compreender os métodos transmitidos pelo senso comum para a efetivação desse saber, além de entender a estratificação social das comunidades e suas implicações no universo lexical de interesse da investigação.

O meu foco, a partir desse amadurecimento teórico, definitivamente, se deslocou das *coisas* (no caso específico, das embarcações) para os *sujeitos* (incluindo todas as possíveis configurações sociolingüísticas) que as produzem. Isto porque, em se tratando de um estudo etnolingüístico, uma das tarefas principais é a aproximação gradual dos significados e da compreensão que os sujeitos (os carpinteiros navais) têm de si próprios, de suas experiências – do chamado *senso comum*.

Dessa forma, à minha experiência com a utilização dos avanços teórico-metodológicos da Sociolingüística e da Dialectologia foram acrescidos aportes da metodologia do trabalho etnográfico, proporcionando-me um maior amadurecimento para tratar o objeto da investigação. Um panorama desse percurso de maturação teórica está



descrito no capítulo 3, enquanto que os procedimentos metodológicos encontram-se detalhados no capítulo 1.

Por ora, apresento os primeiros resultados desta pesquisa, que é para a vida inteira. Há ainda outros aspectos que pretendo investigar, além dos que apresento nos capítulos 4 e 5, onde exponho a análise dos dados. Dentre os meus interesses futuros está um estudo diacrônico do vocabulário da carpintaria naval, levando em consideração também a tradição (e a herança) portuguesa. Para tanto, é preciso ampliar o *corpus* de que disponho no momento, alcançando, se possível, outras localidades que ainda remanescem construindo barcos de madeira.

O capítulo 2 representa um primeiro esboço nessa direção futura; nele apresento os resultados de consultas a registros etnográficos, a maioria do século XVI, buscando fornecer aos leitores do estudo um panorama da história naval brasileira, no que tange a embarcações populares.

Considerando que o texto, necessariamente, apresenta vários itens lexicais específicos do uso lingüístico sob estudo, organizei um glossário semasiológico (Anexo I), a fim de facilitar a leitura pelos que desconhecem, ou pouco conhecem, as idiossincrasias léxico-semânticas relativas à construção de embarcações em estaleiros do Baixo Sul da Bahia. Em seguida ao glossário, no Anexo II, encontram-se fotografias de diferentes etapas de construção de embarcações, para ilustrar os verbetes relacionados no glossário.

No Anexo III reproduzo o roteiro da perguntas dirigidas aos informantes durante as entrevistas “oficiais”.

Uma última observação é que as designações **Mestre** e **Arte** estão grafados com iniciais maiúsculas não por acaso, mas por reverência aos significados que essas formas assumem no universo da carpintaria naval.

## **1. Vou armar um barco: descrição dos procedimentos metodológicos**

Do ponto de vista científico, um dos exercícios mais interessantes nesta investigação foi a busca pelo refinamento de sua metodologia, e essa foi uma caminhada tanto longa quanto enriquecedora. Inicialmente, a pesquisa foi concebida no campo da Dialectologia, área em que fui iniciada nos estudos lingüísticos (Santos, 1997) pelas boas mãos da Profa. Dra. Suzana Alice Marcelino Cardoso. Na época, uma necessária incursão sobre aspectos históricos do estudo que desenvolvia pôs, felizmente, em meu caminho a Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva, quem, por sua vez, me apresentou aos conhecimentos de marinharia do Prof. Pedro Agostinho. Estava, a partir daí, devidamente acompanhada pela melhor tradição dos estudos dialetais e históricos, do lado da Lingüística, e pela Antropologia e Etnografia, áreas de estudo do Prof. Pedro Agostinho.

Esse bem sucedido encontro de personalidades tão inspiradoras para qualquer pesquisador foi também uma oportuna resposta para quem tinha algumas intuições sobre a conveniência em aliar à vasta e tradicional pesquisa dialetal uma bem fundamentada perspectiva antropológica. Cheguei, assim à Etnolingüística<sup>1</sup> e já os estudos preliminares me mostraram quão fecunda seria essa união.

À medida que aprofundava o conhecimento da realidade dos estaleiros de carpintaria naval, cabia-me adequar as ferramentas metodológicas de que dispunha àquele contexto sociocultural. O resultado dos ajustes metodológicos que se fizeram necessários são discutidos a seguir.

### **1.1 As localidades**

Quando elaborei o projeto desta pesquisa, tinha a ambição de contemplar as localidades baianas que tivessem tradição na Arte de construção naval. O testemunho de historiadores e de pessoas mais velhas revelou-me que essas cidades tinham sido, no passado, pólos de desenvolvimento para a economia colonial e, portanto, que tinham

---

<sup>1</sup> Esta trajetória está descrita no Capítulo 3, em que exponho as bases teóricas da pesquisa.

dependido da navegação para o escoamento de sua produção para os mercados de consumo e para o transporte de passageiros.

Em princípio, selecionei as localidades de Valença e Cajaíba, no Baixo Sul; Maragojipe, São Roque do Paraguaçu e Nazaré das Farinhas, no Recôncavo. Mas o tempo e as dificuldades de tornar a pesquisa viável puseram os meus pés no chão. Assim, em razão do alto custo financeiro e operacional representado pelos deslocamentos, além de materiais necessários ao trabalho de campo, selecionei duas localidades que, além de oferecerem melhores condições de acesso, representaram, historicamente, núcleos importantes de carpintaria naval no estado: o município de Valença e o povoado de Cajaíba, no município de Camamu, ambos no Baixo Sul da Bahia.

Além desses critérios, considerei muito relevante para os propósitos da pesquisa o fato de que, nessas duas localidades, a atividade de carpintaria naval apresenta características distintas. Nos estudos preliminares, baseados em visitas a essas localidades desde 1997, identifiquei que, em Cajaíba, diferentemente de Valença, a designação e a figura do *armador* – aquele que possui um estaleiro, entende um pouco de carpintaria naval, mas não *pega na ferramenta*, como costumam dizer os carpinteiros que o fazem. Outra característica da construção naval em Cajaíba é que tanto os *armadores* quanto os carpinteiros que possuem pequenos estaleiros fazem suas embarcações com recursos próprios para, então, colocá-las à venda. Já os *carpinteiros navais* de Valença constroem embarcações somente sob encomenda, uma vez que não possuem capital para fabricá-las.

Os dados referentes a Cajaíba eu não obtive dos organismos oficiais, já que a localidade, como dizem os moradores *nem no mapa está*. Uma bem cuidada descrição me foi fornecida por um poeta, filho do lugar e meu assistente “acidental”, seu Antônio da Hora. Meticuloso e dedicado ao passado de sua terra, ele coleta informações e fotografa Cajaíba *desde que se entende por gente* (ele tem hoje 62 anos). Segundo ele<sup>2</sup>, o povoado começou a se formar há cento e sessenta anos, quando chegaram os primeiros habitantes. Praticamente uma ilha, é Cajaíba:

---

<sup>2</sup> Reproduzo aqui versos que seu Antônio me confiou ,ainda manuscritos, e que nunca foram publicados.

Pela baía limitada  
em toda a faixa nordeste  
e pelos rios ladeada  
nas parte leste e oeste

Nessa duas extremidades  
os compactos manguezais  
com muitas variedades  
e espécies de animais

A situação geográfica definiu as vocações do lugar:

Carga ou mercadoria  
Que fosse para transportar  
Quase tudo dependia  
De ser feito pelo mar.

Terminaram por dominar  
Muito bem a navegação  
E passaram a velejar  
Como forma de profissão.

Além da pesca e da marinharia, os habitantes de Cajaíba desenvolveram também a carpintaria naval. Diz seu Antônio que isso aconteceu para remediar um problema – a aquisição de embarcações era onerosa para os padrões aquisitivos da comunidade; então, eles resolveram aprender a construí-las:

Trouxeram profissionais  
excelentes carpinteiros  
para construções navais  
e montaram estaleiros

Eles foram repassando  
para outros a profissão  
que iam aprimorando  
a seu modo a construção

Como bom observador das transformações por que passou a sociedade e a cultura local, o poeta registrou o desaparecimento do saveiro e sua transformação em escunas para recreio turístico:

Foi então que terminou  
a construção de saveiros  
porque na Bahia acabou  
a navegação de veleiros.

Foram todos encostados  
sem utilidade ou função  
e outros sofisticados  
tomaram lugar na construção.

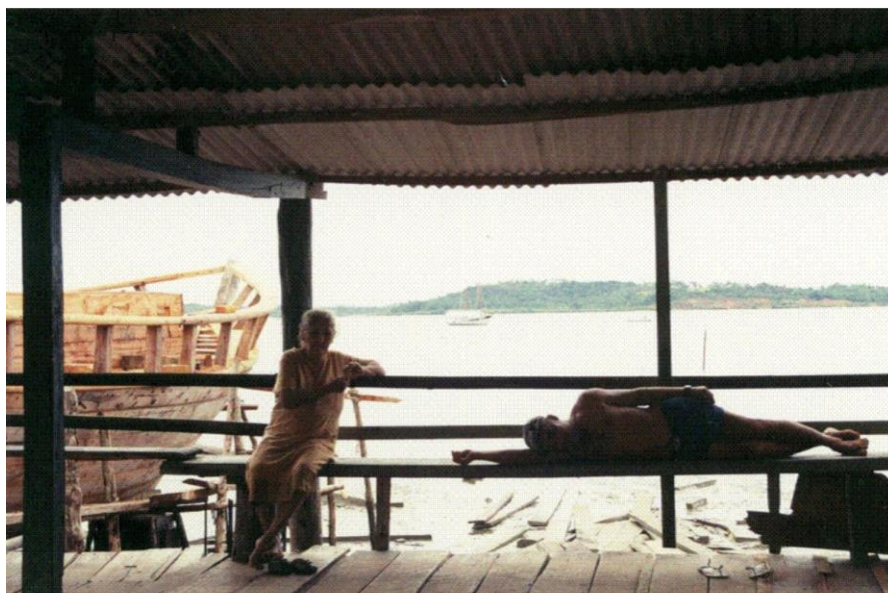
São escunas bem equipadas  
com divisões espaçosas  
modernas e requintadas  
confortáveis e luxuosas.

E agora a comunidade  
na sua grande maioria  
vive dessa atividade  
que gera a economia.

Seu Antônio informa até sobre a demografia do povoado:

No último censo que se fez  
havia aqui em habitantes  
seiscentos e oitenta e três  
quinze por cento protestantes.

Cajaíba dista meia hora de barco de Camamu, município ao qual está politicamente ligada. Chegar a esse pequeno povoado é como se aproximar de uma pintura – um pequeno cais, uma igrejinha, uma rua, uma venda, uma pequena pousada... e muitos, muitos estaleiros espalhados ao longo de sua praia. Ou melhor, *muitas praiazinhas pra trabalhar*, como disse seu Zelito, o mais antigo carpinteiro em atividade no lugar.



A vida pacata dos habitantes de Cajaíba contrasta com a exuberância das embarcações construídas em seus estaleiros.

Fui a Cajaíba em duas ocasiões: em 1997, quando realizava os estudos preliminares a esta investigação, e em 2002, quando coletei os dados objeto da análise exposta nos capítulos 4 e 5.

Na primeira oportunidade, fui levada por seu Zé Sena, um fiscal do IBAMA residente em Camamu – conversei com carpinteiros, armadores e observei o trabalho em alguns estaleiros. Em 2002, voltei ao povoado acompanhada de minha mãe, a (ótima) assistente que pude recrutar. Acontece que, embora contando com a boa vontade e agradável companhia de dona Nete, o ambiente à minha volta era inteiramente masculino – e desconfiado. Já os primeiros contatos com os carpinteiros anunciavam que seria difícil penetrar naquele universo. Em primeiro lugar, nós éramos “estrangeiras”, e eles sempre temem visitantes com jeito de que vêm trabalhar: podem ser fiscais do Ibama; em segundo lugar, éramos mulheres, e o que poderiam querer duas mulheres em seus estaleiros?

Além disso, logo se espalhou a notícia de que eu portava máquina fotográfica e, pior, um gravador! Já estávamos dominadas pelo desânimo quando seu Antônio da Hora apareceu e, me perdoem o trocadilho, ele não poderia ter aparecido em hora melhor. Nós nos conhecemos na pousada onde estávamos hospedadas, e onde ele costumava almoçar. Expliquei-lhe os objetivos do trabalho, falei-lhe da dificuldade para entrevistar os carpinteiros e ele, com prontidão, me garantiu que ajudaria. E assim aconteceu. Desde o momento em que comecei a andar pelo povoado com seu Antônio, os estaleiros abriram as portas para nós.

Em Valença, além das dificuldades dessas dificuldades, contei com uma variável a mais: eu tinha sido professora no *campus* local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e, sabedores desse fato, os entrevistados tinham diante de mim uma postura respeitosa, um pouco formal, embora não distante...

Ao contrário de Cajaíba, Valença é um dos maiores destinos turísticos do estado, já que é caminho para o festejado Morro de São Paulo, na Ilha de Tinharé.

Distante apenas 104 km, pela BA001, do Terminal do Bom Despacho, na Ilha de Itaparica, Valença tem 83.889 habitantes (de acordo com o censo de 2000, do IBGE) e possui belas praias e movimentado porto. Mas a cidade vive os dramas de todos os sítios turísticos “de passagem” – de um lado, o trânsito constante de visitantes com dinheiro para gastar no comércio; de outro, a vida comum de uma população sem muita condição de consumir no padrão dos que visitam a sua terra.



**Vista do movimentado porto de Valença**

À margem de todo esse movimento estavam os velhos estaleiros que, na época, ainda se espriavam ao longo das margens do rio Una. Atualmente, foram retirados de sua antiga localização para um dos “quintais” da cidade, ao final da margem do rio, no bairro do Tendo. Os protestos dos Mestres carpinteiros não foram ouvidos e hoje estão os estaleiros abrigados em galpões, longe da vista dos turistas. Cheguei a ouvir de moradores que a iniciativa da prefeitura foi oportuna, para que o porto ficasse “limpo” da paisagem de esqueletos de barcos em construção, e de velhas embarcações em reforma... Essa medida oficial ignorou a complexidade cultural, a tradição que os derradeiros Mestres carpinteiros representam. Ao contrário, a melhora das condições físicas dos estaleiros remanescentes deveria ser fomentada e, ao invés de serem varridos das vistas dos turistas, poderiam ser, eles próprios, atrações, mostras que são da melhor tradição da cultura local e regional.

A região dos Tabuleiros Costeiros de Valença pertenceu à Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Quando foram expulsos das proximidades de Ilhéus pelos índios aimorés, os donatários da Capitania estabeleceram-se no arquipélago da atual Cairu já em 1533, mas somente depois da paz com os índios permitiu a colonização de todo o litoral entre Guaibim (na atual Valença) e Camamu, com instalação de engenhos de açúcar na Ponta do Curral e



às margens do rio Una, articulando-se, a partir daí, a região com o Recôncavo e com Salvador.

Embora já estabelecido o povoamento em torno da capela de Nossa Senhora do Amparo, que deu origem à Valença, os aimorés não deram descanso à população e iniciaram novos ataques, obrigando-a a ocupar as ilhas de Tinharé, Cairu e Boipeba, formando novas povoações. Mas Valença acabou ganhando a proteção da Coroa Portuguesa, que manteve soldados no local para garantir a extração de madeira para a construção de navios para a armada real (vemos aqui pistas sobre as origens da tradição da carpintaria naval na região).

O crescimento de Valença como porto estaleiro naval e a pacificação dos índios por bandeirantes e padres capuchinhos fez refluir a ocupação das ilhas e redirecionar a população para o continente, desenvolvendo-se, a partir daí, uma intensa atividade agrícola para exportação. A área não adotou, contudo, um modelo monocultor característico da época colonial. Lá foram plantados café, cana-de-açúcar, mandioca, arroz, pimenta-do-reino, canela, cravo-da-índia e outras especiarias.

Valença foi elevada a vila em 1789, tornando-se cidade dez anos depois. Em 1801, a cidade provê de embarcações carregadas de mantimentos e gêneros da terra a passagem da Família Real pela capital da Bahia, completando, então, mais de 200 anos de fornecimento ininterrupto de madeira e produtos agrícolas, além da construção de navios para Portugal.

Desde os primórdios da colonização, portanto, a costa de Valença se configura em uma área de tradição agrícola, pesqueira e portuária, vinculada aos processos produtivos do Recôncavo e de Salvador, articulando-se, também, com o Sul do estado, mais particularmente a Ilhéus e Porto Seguro. O município sempre funcionou como um variado conjunto de terminais marítimos para as trocas entre as áreas litorâneas e destas com o interior, tendo o porto de Valença, em escala menor, um papel equivalente ao desempenhado pelo porto de Salvador no escoamento da produção que vem das bacias do

Paraguaçu e Jiquiriçá. Por muitos séculos, esses eram os corredores de transportes naturais para o abastecimento alimentar da “cidade da Baía” e do além mar.

Como diz o relatório diagnóstico de municípios, relativos aos tabuleiros costeiros de Valença<sup>3</sup>, o Rio Una não é o Paraguaçu, nem os tabuleiros de Valença são o Recôncavo, mas são semelhantes os papéis que desempenham na economia que desemboca na Baía de Todos os Santos. Daí vem uma ampla identidade cultural, e intensos vínculos comerciais, embora guardando cada uma das localidades os seus traços culturais próprios, no conjunto articulado que desce perpendicularmente pelo litoral, de Salvador até Camamu, passando por Jaguaripe, e se interiorizando num leque abrangendo o Recôncavo, o Jiquiriçá e o Baixo Sul, com centro em Valença.

## 1.2 O corpus

A amostra constituiu-se por meio da gravação de entrevistas a carpinteiros navais, orientadas por um questionário lingüístico (Cf. Anexo III), cuja elaboração foi precedida pela observação sistemática dos grupos em questão, e pela pesquisa bibliográfica sobre o tema.

As entrevistas foram gravadas no local de trabalho ou nas casas dos carpinteiros navais, segundo a sua conveniência. Se, por um lado, inquirir os informantes em seu ambiente natural os deixou mais confortáveis, por outro, trouxe para as gravações uma infinidade de ruídos, que vão desde as marteladas e barulhos de serra nos estaleiros até latidos de cães e choro de crianças nas casas dos entrevistados...

Além dos dados advindos das entrevistas, consultei estudos sobre etnografia naval, além de relatos de viagem datados do século XVI, a fim de obter referências ou mesmo descrições (técnicas de construção, materiais e *nomes* envolvidos) das embarcações da época, possibilitando o confronto com as remanescentes, nos dias atuais, nas áreas geográficas delimitadas.

---

<sup>3</sup> Com o patrocínio do SEBRAE, esse relatório foi publicado em 1995, pelo Governo do Estado da Bahia.

Ainda, por ser esta uma pesquisa que busca surpreender o significado que um determinado corpo de ações e processos têm para um grupo social específico, e, sobretudo, as formas lingüísticas que esse mesmo grupo utiliza para expressar esse significado, serão utilizados procedimentos metodológicos necessários a um *estudo do tipo etnográfico* (André, 1995; Duranti, 1997):

- a) a observação participante – abordagem do evento em sua manifestação natural;
- b) a mediação permanente, nas entrevistas, pelo pesquisador; ênfase nos processos e não nos resultados finais; e
- c) a preocupação com a maneira própria como os atores sociais vêem a si mesmos e as suas experiências com o mundo em que estão inseridos.

Além disso, utilizei um instrumento já bastante consagrado pela Dialectologia e Geolingüística: um questionário lingüístico foi aplicado, o que possibilitou uma certa sistematicidade na recolha dos dados, e favorece, na etapa de análise do material lingüístico, o alcance dos objetivos finais propostos para a investigação.

Todavia, é importante assinalar que esse questionário consiste num *roteiro* para a entrevista – as perguntas sofreram adaptações, condicionadas pelo andamento das conversas com os informantes, bem como pelo ambiente e circunstâncias em que ocorreram as entrevistas. Alguns informantes se mostraram bastante cooperativos, mas esta não foi uma disposição comum – outros se limitavam a responder o que era perguntado, sem “render muita conversa”. Para tentar obter a informação pretendida, insistia um pouco – mas a insistência só ia até onde permitia a boa vontade e o conforto do informante.

Por essas razões, a duração das entrevistas é variável: algumas tiveram duração curta, algo em torno de 30 minutos. Outras duraram até quase três horas. Essa heterogeneidade quantitativa, no entanto, não afeta a comparação dos dados, uma vez que não é a quantidade de respostas às perguntas do roteiro que interessa à pesquisa. Por outro lado, além da recolha sistemática, realizei uma coleta de dados "informal", quando visitava

os estaleiros, em momentos outros que não o de gravação das entrevistas. Olhos e ouvidos atentos, tendo sempre à mão o meu bloco de anotações e o meu gravador, coletei um material valioso, porque mais espontâneo e, muitas vezes, complementar em relação ao que captei no momento "formal" das entrevistas. Sendo assim, os dados que advêm das entrevistas alicerçam apenas uma parte – embora importantíssima para as formalizações que proponho – dos mecanismos de interpretação. Uma outra fonte considerável são as impressões que percebi nas entrelinhas dos discursos e das interações, através da observação do cotidiano nos estaleiros.

As impressões a que me refiro, via de regra, determinaram mudanças até mesmo na conduta do pesquisador em campo. Por exemplo: em Valença, nas primeiras entrevistas que realizei, chegava aos estaleiros sozinha (como já disse, não por opção, mas por imposição da carência de recursos financeiros), dirigindo meu próprio automóvel, e carregada de equipamentos para gravação e fotografia. Logo senti que esse comportamento provocava um certo desconforto no ambiente. A razão para tanto é que as mulheres dos carpinteiros dos estaleiros não costumam desempenhar papéis nem parecidos com esses. Elas sequer são vistas nos estaleiros, um ambiente de homens trabalhando vestidos apenas com bermudas e sandálias. Passei a estacionar meu automóvel a uma certa distância dos estaleiros, já que não era possível fazer todo o percurso a pé. Tratei também de arregimentar assistentes na própria família: após algumas orientações acerca da natureza da pesquisa e da coleta de dados, além, é claro, sobre o contexto nos estaleiros, em épocas diferentes contei com a ajuda de três bravas e valorosas mulheres: Raquel Cruz, uma prima que reside em Valença; minha irmã, Cláudia Gomes Dias Santos e minha mãe Vanete Gomes Dias Santos. A colaboração de minhas assistentes foi preciosa: ajudavam-me com o equipamento e atenuavam a solidão que eu sentia, o desamparo mesmo, alvo de tantos olhares nos estaleiros, muitos desconfiados e arredios...

Em Cajaíba, como já disse, tive a colaboração de *um*, e não apenas de *uma*, assistente, seu Antônio da Hora, o que facilitou, e muito, o meu acesso aos estaleiros.

Os momentos informais a que me referi há pouco foram duplamente favoráveis aos objetivos da pesquisa – além do entrevistado, eu mesma estava menos atrelada ao

compromisso da “gravação oficial”, já que, na maior parte do tempo sozinha, tive que operar e fiscalizar meu equipamento sonoro e fotográfico, dialogar com os informantes, anotar alguma observação, administrar interrupções, preencher fichas, etc. Não precisaria dizer que esta não é uma situação ideal para uma pesquisa desta natureza – mas se não fosse dessa forma, eu não a teria realizado, uma vez que não contei com subvenção financeira que me permitisse um assessoramento mais adequado, metodologicamente falando.

Por outro lado, não estava interessada tão somente no dado lingüístico. Muito embora tenha obtido valiosos dados advindos das entrevistas, interessava-me também compreender o que os informantes pensavam sobre determinados aspectos do seu ofício, como o impacto da evolução tecnológica, as relações de trabalho no estaleiro, a transmissão do seu saber.

Isto porque a pesquisa considera os carpinteiros navais como *atores sociais*, membros de uma complexa e intrigante comunidade, organizada sob uma variedade de regras sociais, crenças, expectativas e valores (Duranti, 1997). Todo esse universo cultural é reproduzido, transmitido por esses *atores sociais*, e essa transmissão é, por sua vez, condicionada pela relação com outros sistemas culturais, com a organização social do grupo (em permanente mutação) e os conseqüentes efeitos no uso lingüístico. Um outro dado relevante para a interpretação dessa rede de relações é o papel das condições materiais de existência no entendimento que os próprios sujeitos têm de seu universo.

Para ilustrar o que afirmo, um dos grandes entraves na minha aproximação com os grupos foi o temor que representa para eles uma fiscalização do IBAMA, já que a matéria prima com que trabalham é, essencialmente, a madeira. Qualquer pessoa estranha que se aproxima pode ser, para eles, um representante, ou um fiscal do IBAMA. Essa é, portanto, uma *condição material* que interfere na atuação social dos indivíduos dessas comunidades – na imagem que têm de si próprios e de sua própria atividade, até na atitude que revelam perante os “forasteiros”.

Quanto ao povoado de Cajaíba, sua existência é quase ignorada pelos poderes públicos, da mesma forma que a atividade que movimenta a economia do lugar: os estaleiros que cobrem quase que a totalidade de sua extensão litorânea. Desde a fase embrionária desta pesquisa, quando visitei pela primeira vez a ilha em 1997, fiquei encantada com a visão daquela faixa de praia, repleta de embarcações em construção, um dos raros pólos de carpintaria naval que teimam em existir.

Outra situação enfrentada foi o desinteresse das prefeituras locais pelo tema da investigação. Em março de 2002, quando realizava os preparativos para a viagem a Cajaíba, contactei com a Prefeitura de Camamu, imaginando que uma pesquisa como esta, de preservação e resgate de um fato da cultura regional, seria de todo interesse do município. Ledo engano. Ouvi afirmações reticentes, respostas esquivas, em suma, nenhum interesse em colaborar com a investigação – e note-se que o meu pleito era tão somente o financiamento da hospedagem e a disponibilidade de alguém, do sexo masculino, que pudesse facilitar o meu acesso ao povoado.

A própria dificuldade em coletar informações oficiais sobre Cajaíba, mesmo em instituições como o IBGE, ou a própria prefeitura local, evidenciam o desprestígio que a comunidade de carpinteiros e os seus estaleiros desfrutam na região.

Diante de tamanha complexidade, foram inevitáveis questões que interfeririam diretamente em opções metodológicas: até onde devo ir? Quantos níveis de análise serão necessários para uma interpretação satisfatória dos fatos lingüísticos e culturais abordados? Nesse sentido, de grande valia foram as observações de Duranti (1997) acerca de *um estudo de práticas lingüísticas*, conforme a visão do que ele denomina Antropologia Lingüística e esta pesquisa, devido ao seu foco principal – a linguagem, e seguindo a tradição européia, designa como Etnolingüística (cf. cap. 3):

This is not just a question about the number of utterances, speakers, and languages that should be studied. It is about the function of ethnography, its merits and limits. It is about the range of phenomena that we take as relevant to what language is and does. Such a range is infinitely wide but *de facto* constrained by human action and human understanding. We can't think about the whole world at once and much of the work done by linguistic

anthropologists is about the ways in which the words said on a given occasion give participants first and researchers later a point of view, a way of thinking about the world and the nature of human existence”<sup>4</sup> (Duranti, 1997:5).

A partir dessa constatação, compreendi que menos importava a quantidade (de informantes ou de horas gravadas, de itens lexicais representativos para a apreensão do vocabulário em questão) e mais a intensidade do “mergulho” nesse secular universo da carpintaria naval. O tempo de que dispunha para esse “mergulho”, bem como esse encaminhamento dos fatos, determinado pela riqueza dos dados que me chegavam às mãos, levou-me a algumas reorientações metodológicas: dentre as entrevistas gravadas, selecionei as 8 (oito) que se revelaram mais produtivas e relevantes aos propósitos da pesquisa. Excluí, por ora, das minhas considerações as etapas complementares à construção das embarcações, *como calafetagem, pintura, serviços hidráulicos, elétricos e mecânicos*. Dentre outros critérios que relacionarei no item 1.3, optei pelos informantes mais colaborativos, e de maior representatividade para a compreensão dos níveis de organização do grupo social sob análise e de seus reflexos no uso lingüístico local.

As entrevistas gravadas em campo foram transcritas e digitadas em editor de texto Winword versão 98, em microcomputador Pentium III, com gravação de cópias de segurança em CD-RW. As transcrições foram realizadas por mim, Cláudia Gomes e Fernando Borges, com base no sistema ortográfico canônico, e conforme os critérios abaixo definidos:

- a) fatos de natureza fonética, já consagrados pelo uso comum, foram transcritos conforme realizados pelo falante, a exemplo de: *pra, pro, né, num, tá, tava, etc.*;
- b) uma transcrição fonética simplificada (representando-se grafematicamente a realização sonora emitida pelo informante) foi utilizada para dar conta dos

---

<sup>4</sup> Não é somente uma questão de número de elocuições, de falantes e de linguagens que devem ser estudadas. Trata-se da função da etnografia, seus méritos e limitações. Trata-se da abrangência dos fenômenos que consideramos relevantes para o entendimento do que é e o que faz a linguagem. Tal abrangência é limitada pelas ações e compreensão humanas. Não podemos pensar em todo o mundo de uma só vez; além disso, a maior parte do trabalho realizado por antropólogos lingüistas é a respeito das formas pelas quais as palavras ditas numa determinada situação fornecem, primeiro aos participantes e depois aos pesquisadores, um ponto de vista, uma forma de pensar sobre o mundo e sobre a natureza da existência humana. [Tradução minha].

fenômenos fonéticos, fonético-morfológicos ou fonético-sintáticos que não estão presentes na fala comum do português padrão do Brasil (ex: *plania* [plaina], *arresolveu* [resolveu], *cãimbrazinha* [camarazinha], etc.) Esses dados figuram em itálico nos inquéritos;

c) as variações morfossintáticas foram respeitadas e transcritas conforme expressas pelo entrevistado (ex: *nós tudo temo a prática*);

d) os textos são identificados através de inscrição, no cabeçalho da primeira página, do nome do informante, local e data da entrevista, nome do documentador, do(s) circunstante(s) e do transcritor. No cabeçalho de todas as páginas, consta: o local e data da entrevista (ex: V. 14.6.01: Valença, 14 de junho de 2001; C. 30.4.02 :Cajaíba, 30 de abril de 2002); e o nome do informante. Na margem direita inferior, consta o número da página da entrevista;

e) a fala do documentador é precedida pela indicação **Doc** e a do informante por **Inf**, na margem esquerda das páginas. A inscrição de **Circ** no texto sinaliza para a interferência de um circunstante durante a gravação do inquérito. No caso da presença de mais de um circunstante, usou-se a convenção **Circ 1**, **Circ 2**, etc.;

f) um trecho ininteligível é indicado pela inscrição de **(inint)**;

g) a interrupção do inquérito é marcada pela inserção de **(interrup)** no texto;

h) a ocorrência de risos durante o inquérito é sinalizada com a colocação de **(rindo)** ou **(risos)**, conforme aconteçam durante ou após a elocução.

i) a falta de certeza sobre a palavra ou expressão ouvida é marcada com (?) após a seqüência (ex: “a vela chama espicha” (?));

j) os comentários do pesquisador ou do transcritor são colocados entre colchetes (ex: [o informante cumprimenta alguém que passa]);



k) a superposição de vozes na entrevista é marcada com (superp.);

l) em negrito figuram as palavras ou expressões que interessam diretamente à pesquisa (ex: “A gente se chama **carpinteiro naval**”; “É com o **graminho que você vai surgindo as caverna**”);

m) uma pausa breve é marcada por: ...; uma pausa longa por: (...);

n) a ausência de palavra ou frase é marcada por ( ) (ex: “( ) com Mestre Zelito, e hoje é dia 30 de abril”).

### 1.3 Os informantes

Com base nas observações sistemáticas da forma de organização das comunidades de carpinteiros navais, foram estabelecidos alguns critérios para a seleção dos informantes para a pesquisa. Alguns desses critérios foram condicionados pelas idiossincrasias da atividade de construção naval; outros representam delimitações impostas pelos objetivos da pesquisa e pela necessidade de torná-la exequível no tempo estipulado para a sua conclusão.

Em primeiro lugar, foram selecionados informantes apenas do sexo masculino, pois a atividade de carpintaria naval é inteiramente executada por homens. Este aspecto constituiu-se numa das dificuldades para a coleta dos dados, por se tratar um estaleiro de um lugar totalmente tomado por homens, vestidos em trajes muitas vezes sumários, um ambiente, portanto, difícil para uma mulher ter acesso.

No que se refere à faixa etária, não estabeleci essa variável como um critério para a seleção de informantes. A razão para tanto é que a atividade de carpintaria naval tem sofrido um declínio considerável, resultando, obviamente, na redução do grupo de trabalhadores. Fui a campo, portanto, disposta a entrevistar quantos carpinteiros o tempo e as circunstâncias permitissem. Por outro lado, com base nas observações prévias, procurei contemplar sujeitos integrantes dos diversos níveis da estrutura hierárquica do trabalho nos

estaleiros – esta, sim, uma variável importantíssima para a compreensão do universo laboral de que a pesquisa se ocupa.

Os **Mestres** (em Valença) ou os **carpinteiros** ou **construtores navais** (em Cajaíba), por exemplo, desfrutam de enorme respeito na comunidade. São os mais especializados entre os carpinteiros, proprietários e responsáveis pelas obras nos estaleiros. Eles podem ser enquadrados, pelo menos, em duas categorias: aqueles que vêm de uma linhagem de carpinteiros navais e herdaram de sua família o conhecimento da *Arte*; ou aqueles que passaram pelos estágios de discípulo, ajudante e oficial, nos estaleiros dos Mestres, até atingir, como eles mesmos dizem, a perfeição e partirem para a montagem de seus próprios estaleiros, agregando, por sua vez, outros tantos oficiais e ajudantes.

Os **oficiais** executam, sob o olhar atento e a intervenção do Mestre, todas as etapas da construção de uma embarcação. Muitos oficiais trabalham há anos nos estaleiros, mas não são alçados à categoria de Mestre – identificar mais amiúde os fatores que concorrem para a demarcação desses limites, porque terão relevo na interpretação dos dados lingüísticos, é uma das tarefas da investigação.

Há outro grupo bastante importante para os objetivos da pesquisa. Trata-se de donos de estaleiros, na faixa etária entre os 27 e 40 anos, que não se julgam **Mestres** – acham que ainda "não chegaram lá", mas também não pertencem mais ao grupo dos **oficiais**. Primeiro porque exercem funções de comando nos seus estaleiros e administram todo o andamento da obra; depois porque são capazes de planejar e construir uma embarcação do início ao fim. Aqui também se vislumbra uma investigação interessante sobre os significados sociais de cada um desses níveis hierárquicos, bem como os critérios estabelecidos pela própria comunidade para estabelecê-los. Mais ainda – que marcas deixarão esses fatores contextuais no âmbito lingüístico?

Quanto aos **discípulos**, estão cada vez mais escassos – identificá-los e localizá-los foi tarefa árdua. Muitos desistem do aprendizado por não verem mais a profissão como algo rentável, como o era no passado. Além disso, a auto-estima dos carpinteiros navais

está bastante afetada pela crise, de modo que não conseguem estimular continuadores para a sua *Arte*.

Há, ainda, na configuração desse grupo de trabalho, a categoria dos **ajudantes**, que auxiliam os **oficiais** ou **carpinteiros** no manejo de ferramentas, no deslocamento de grandes peças de madeira, e no aparelhamento e na serragem de peças para as embarcações. Além desses grupos, há os ofícios complementares ao trabalho da carpintaria, necessários às etapas de finalização na construção da embarcação: a *calafetagem*, a *feitura dos velames*, a *pintura*, os *serviços mecânicos, hidráulicos e elétricos*. Desses trabalhadores, interessariam à investigação os que se ocupam com a *calafetagem* e com a *confecção e instalação das velas*, por serem as atividades estreitamente vinculadas à construção naval. No entanto, o tempo de que a pesquisa dispôs para a publicação de seus resultados é insuficiente para alcançar tal amplitude.

Por essa razão, a análise se restringirá à atividade dos carpinteiros. As demais atividades, juntamente com o serviço desempenhado pelos ajudantes<sup>5</sup>, figurarão como dados complementares para a análise, tomados a partir da observação direta da realidade estudada.

Quanto à procedência dos informantes, todos são naturais das localidades de Valença e Cajuíba ou de povoados vizinhos, deles não tendo se afastado por período superior a 1/3 de suas vidas.

No que se refere à escolaridade, os grupos são, em sua maioria, compostos por trabalhadores analfabetos ou com o curso primário incompleto. Os 8 (oito) informantes selecionados para a análise neste estudo estão relacionados abaixo, conforme cronologia das entrevistas. Note-se que um informante, o Mestre Zé Crente, concedeu três entrevistas.

---

<sup>5</sup> Os ajudantes não são operários especializados na construção naval – executam, via de regra, outros serviços (na construção civil, na pesca, etc.) que lhes garantam a sobrevivência.

### Informantes residentes em Valença:

Data da entrevista	Nome do Informante	Nome pelo qual o informante é conhecido	Data de nascimento do informante	Ocupação do Informante
09.06.01	Walter Assis de Santana	Mestre Waltinho	13.06.1927	Mestre carpinteiro naval (dono de estaleiro)
14.06.01	José Crispiniano do Nascimento	Mestre Zé Crente	10.10.1927	Mestre carpinteiro Naval (dono de estaleiro)
14.06.01	Valmiro Pimentel Mendes	Mestre Valmiro	02.07.1945	Mestre carpinteiro naval (dono de estaleiro)
01.07.01	Cláudio Ramos Coelho	Cau/Cláudio	09.03.74	Carpinteiro naval (dono de estaleiro)
05.05.02	José Crispiniano do Nascimento	Mestre Zé Crente	10.10.1927	Mestre Carpinteiro naval (ex dono de estaleiro)
06.05.02	José Pimentel Vieira e José Crispiniano do Nascimento	Velho	02.10.1949	Oficial carpinteiro
		Mestre Zé Crente	10.10.1927	Mestre Carpinteiro naval (ex dono de estaleiro)

### Informantes residentes em Cajaíba

Data	Nome do Informante	Nome pelo qual o informante é conhecido	Data de nascimento do informante	Ocupação do Informante
30.04.02	Joselito Bento dos Santos	Seu Zelito	06.03.1933	carpinteiro naval (dono de estaleiro)
01.05.02	Hidelbrando Barreto Carmo	Seu Dedé	04.06.1940	carpinteiro Naval (dono de estaleiro)
02.05.02	José Oliveira	Zé Bodinho	08.07.1943	carpinteiro Naval (dono de estaleiro)

Em relação aos informantes selecionados, acrescento que, do ponto de vista etnometodológico, considerei um membro da comunidade de carpinteiros aqueles que possuem o domínio da linguagem natural e a competência social da coletividade em que se inserem, e não aqueles que apenas se declararam membros.

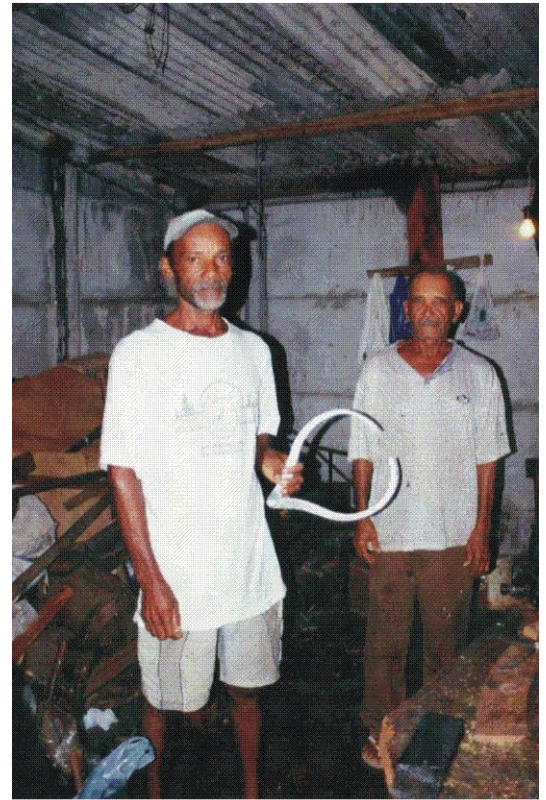
E esse é, precisamente, um dos princípios do *diálogo etnográfico* (Coulon, 1995): o de obter de um informante o saber socialmente sancionado de sua comunidade; identificar se suas descrições e suas explicações são reconhecidas como válidas, apropriadas, pelos outros membros competentes da comunidade.



Mestre Waltinho



Mestre Zé Crente



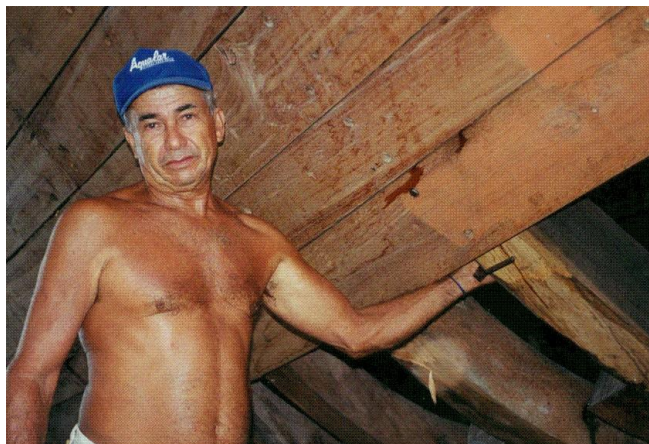
Velho, acompanhado de Mestre Zé Crente, segura um COMPASSO DE VOLTA, usado na construção de mastros.



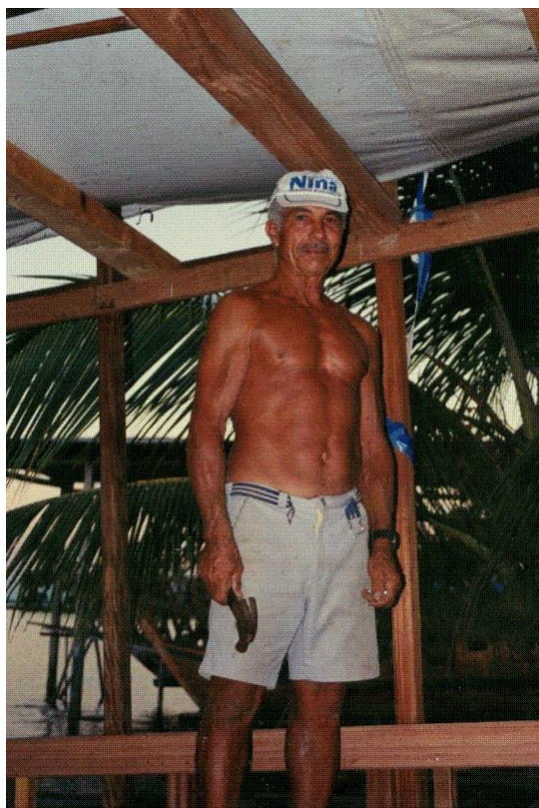
Mestre Valmiro



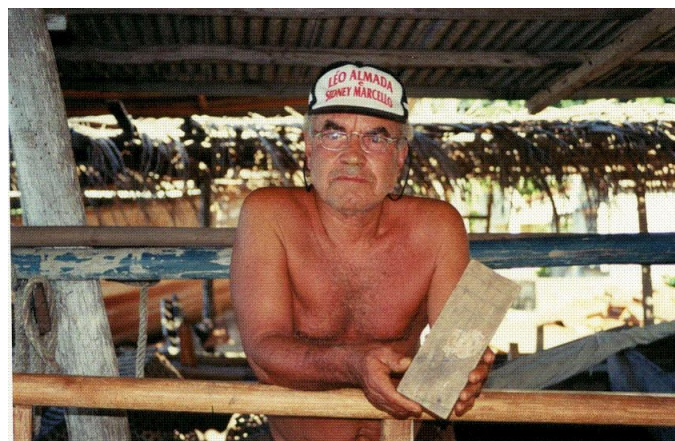
Cláudio



Seu Zé Bodinho



Seu Zelito



Seu Dedé, segurando um GRAMINHO

## 2. Embarcações populares: um panorama histórico-etnográfico

Em sua pródiga descrição da realidade brasileira, dos costumes dos habitantes da terra, da flora e da fauna, Gabriel Soares de Sousa, já em 1587, declarava que o grande número de embarcações da Bahia se devia ao fato de servir as fazendas por mar, de forma que não havia uma pessoa, segundo ele, que não tivesse o seu barco ou canoa, pelo menos. E que não havia engenho que não tivesse de quatro embarcações para cima (capítulo XXXII).

Essa tradição náutica caracterizou, por muitos séculos, a vida das populações com acesso às vias marítimas e/ou fluviais. No que se refere ao Recôncavo e Baixo Sul da Bahia, essa tradição imprimiu marcas que até hoje persistem nas formações sociais e culturais dos habitantes dessas regiões. Refletir um pouco sobre as origens dessa cultura de navegação é o que pretendo a seguir.

### 2.1 O substrato indígena

Desde que se estabeleceram em terra brasileira, os portugueses constataram que os indígenas utilizavam dois tipos de embarcação: a *canoa* e aquela que, posteriormente, foi denominada de *jangada*. A primeira era, comumente, utilizada para transporte nas expedições guerreiras e ao longo da costa, enquanto as *jangadas* eram empregadas na pesca.

A literatura de viagem do século XVI documenta fartamente tanto o uso quanto a feitura dessas embarcações pelos índios. Pero Vaz de Caminha, em sua célebre *Carta*, narrando a celebração da 1ª missa em território brasileiro, registra o uso, pelos índios, daquilo que estes chamavam de *piperi* ou *igarapeba* e que o português nomina *almadia*, relacionando aquele referente até então desconhecido, a um tipo de embarcação que os portugueses bem conheciam de suas empreitadas marítimas nas costas da África:

... e alguus deles se metiam em *almaadias* duas ou tres que hy tijham as quaes ñ sam feitas como as que eu ja vy. soomte sam tres traues atadas juntas e aly se metiam iiij ou



eses que queriam nã se afastando casy nada datrra se nã quanto podiam tomar pee. (Fol. 1, l. 31-36)

Segundo Câmara Cascudo (1957:67), ainda que sem seu nome “consagrador”, nessa passagem da Carta a *jangada* “recebera sua menção de existência etnográfica na terra do Brasil”.

A “consagração” referida por Câmara Cascudo pode ser verificada, mais tarde, em uma passagem da *narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*, empreendida entre 1583 e 1590, que integra os tratados do padre Fernão Cardim ([1583] 1980) sobre a terra e gente do Brasil:

Tornando á viagem, partimos da aldêa do Espírito Santo para as de Santo Antonio, passámos alguns rios caudaes em *jangadas*, fomos jantar em uma fazenda do collegio, onde um irmão além de outras muitas cousas tinha muito leite, requeijões e natas que faziam esquecer Alemtejo. (Cardim 1980:154) [grifo nosso]

Vale salientar que os *piperis* e *igarapebas* dos Tupinambá diferiam em muito das atuais jangadas, não se tratando, portanto, de uma mera substituição de nomes. Câmara Cascudo (1957:92-3), por exemplo, assim avalia a inserção de velas nessas embarcações:

O autor da façanha seria o colonizador português. Ele adaptou a vela triangular dos muitos barcos ribeirinhos à jangada pescadeira, indispensável para o suprimento de sua casa, engenho de açúcar ou propriedade rural, confiando-a aos escravos ameríndios.

Em capítulo onde trata de “no que viajam sobre a água” os Tupinambá, Hans Staden ([1557]1988:176) se refere ao uso de outro tipo de embarcação, que denomina, genericamente, de *botes* e *barcos* e descreve, com minúcia, como os indígenas os fabricavam:

Existe lá, naquela terra, uma espécie de árvore, que chamam igá-ibira. Tiravam-lhe a casca de alto abaixo, numa só peça e para isso levantam em volta da árvore uma estrutura especial, a-fim-de sacá-la inteira. Depois trazem essa casca das montanhas ao mar.

Aquecem-na ao fogo e recurvam-na para cima, diante e atrás, amarrando-lhe antes, ao meio, transversalmente, a madeira, para que não se distenda. Assim fabricam *botes* nos quais podem ir trinta dos seus para a guerra. (...) Remam rápido com êstes *barcos* e nêles viajam tão distante quanto lhes apraz. (...) Não remam mais que duas milhas mar afóra, mas ao longo da costa viajam longe. [grifo nosso]



Gravura feita por Hans Staden, figura lendária do século XVI. Notem-se as grandes canoas utilizadas pelos índios e a imponente embarcação portuguesa. (In. Staden, [1557] 1988:16)

O testemunho de Pero de Magalhães de Gândavo ([1576] 1858:50) não deixa dúvidas quanto à utilização pelos Tupinambá daquele tipo de nau, além de a “batizar” diferentemente de Staden:

E somente com esta sede de vingança (...) vão muitas vezes buscar seus inimigos muy longe caminhando por serras, matos dezertos e caminhos muy asperos. Outros costumam yr por mar, de humas terras para outras em humas embarcações a que chamam *Canoas*, quando querem fazer alguns saltos ao longo da costa. Estas *canoas* são feitas à maneira de

lançadeiras de tear, de hum so pào, em cada uma das quaes vão vinte trinta remeiros. [grifo nosso]

## 2.2 A herança portuguesa

Em situações de contato entre povos distintos, visando ao estabelecimento de núcleos de colonização, é de se prever a superposição de costumes e valores, gerando a aculturação daqueles que são colonizados. No que se refere às embarcações, instalando-se o elemento europeu no Brasil, percebeu a necessidade de promover o incremento dos equipamentos existentes para navegação, único meio de transporte disponível na época. Assim, ao lado das embarcações nativas, destinadas a usos domésticos, como a pesca, ou a enfrentamentos bélicos, passam a ser desenvolvidos outros tipos de embarcação capazes de navegar por distâncias maiores, com a finalidade de escoar as riquezas naturais do Brasil e, posteriormente, os principais produtos da economia colonial: o açúcar, farinha de mandioca, fumo, etc. Naturalmente, fizeram-se necessárias, também, adaptações dos modelos já existentes às novas situações que se apresentavam.

Um exemplo desse tipo de intercâmbio, motivado pela necessidade de conformação a uma nova realidade pode ser constatado na *“Relação da viagem e naufrágio da nau São Paulo”* que partiu de Lisboa para a Índia no ano de 1560. Numa passagem desse relato (apud Brito 1955:28-31), seu autor, Henrique Dias, conta-nos que a referida nau teve que fazer uma “parada forçada” em Salvador, precisamente, no dia 28 de agosto de 1560, para efetuar reparos na embarcação e prover socorro aos muitos tripulantes enfermos. A julgar pelo relato, os objetivos foram, plenamente, alcançados: consertaram o leme “e outras coisas muito necessárias” com “muitas cordas de uma erva que na terra ha a que chamam embira”, além de tratarem dos doentes que “ficaram mui sãos e rijos e esforçados para todo o trabalho, por ser esta terra do Brasil mui sadia”.

O aproveitamento de um recurso natural brasileiro, a embira, é um exemplo claro da referida necessidade de adaptação, característica corroborada por Ribeiro (1998: 56-7), que a estende a outros planos, inclusive o lingüístico.

Em um estudo sobre as origens das embarcações do Recôncavo baiano, Agostinho (1973) afirma que a Cidade do Salvador sempre dependeu da navegação interior, quer por sua condição de centro administrativo e religioso quer por suas características geográficas, além da sua condição de “empório do comércio de açúcar, intermediária entre as plantações do Recôncavo e os mercados de além-mar”. Esse autor afirma, ainda, que o Recôncavo baiano, em razão de sua completa dependência da navegação para o transporte e para a pesca, desenvolveu “uma multiplicidade de tipos navais, alguns dos quais se extinguiram com o tempo, enquanto outros sobrevivem até hoje. Com estes, mantêm-se vivas técnicas e formas que, por suas origens, se vão ligar ao patrimônio cultural das etnias que numa época ou outra povoaram o litoral” (Agostinho 1973:7).

Identificar essas *origens*, no entanto, não é tarefa simples. A análise deve atender a uma condição primária: os dois componentes básicos de uma embarcação - o casco e o aparelho vélico - deverão ser examinados em separado. Isso porque é possível surgir, da combinação de cascos e aparelhos de distintas tradições, um novo tipo local ou regional, característico de determinada área e produto dos contatos culturais que nela se verificaram; ou haver um processo evolutivo local, que lentamente afaste de seus modelos as novas construções, até que um novo tipo se defina inteiramente. (Agostinho, 1973:7-8).

São apresentadas por Agostinho (1973) três classes principais de cascos - a parte da embarcação destinada a lhe dar flutuação, receber cargas e suportar a mastreação e velame:

- a. *cascos de quilha e taboado* - a forma de construção deste tipo de casco o filiaria às naus dos descobrimentos, o que permite supor que date daquela época (séc. XVI) a introdução dessas técnicas no litoral brasileiro;
- b. *cascos monóxilos* - feitos de uma só peça de madeira, como as canoas;
- c. *flutuadores múltiplos* - observados nas jangadas a remo ou a vela.

Assim, as embarcações construídas em Valença e Cajaíba filiam-se à tradição naval portuguesa, pois apresentam características como os *cascos de quilha e taboado*, “de maior deslocamento, destinados à pesca e ao transporte de cargas, que refletem a contribuição européia”, enquanto a contribuição “presumível ou comprovadamente indígena” está

presente nas embarcações de menor porte, ocupadas exclusivamente com a pesca”  
(Agostinho, 1973:12).

### 3. Tempos de estaleiro: sobre as bases teóricas da pesquisa

Penso que uma tendência, ditada, é bem verdade, pela necessidade, caracteriza esta revisão de literatura: o considerável tempo de maturação teórica, dedicado à busca por um diálogo entre a Lingüística e algumas áreas das Ciências Humanas que, historicamente, se ocuparam da observação e interpretação de fatos gerados por grupos humanos específicos, sob diferentes enfoques teórico-metodológicos, e impulsionadas por diferentes motivações.

A necessidade a que me refiro foi identificada desde os primeiros contatos com o meu objeto de estudo. O conhecimento que obtive através da Lingüística, de forma geral, e da Dialectologia e Geolingüística, em particular, não bastava para abordar o uso lingüístico dos carpinteiros navais, dando conta, com a amplitude que eu desejava, das implicações socioculturais que interferiam, de forma tão peculiar, nesse uso.

A minha primeira investida, nesse sentido, foi na direção de trabalhos sobre léxicos específicos, enquadrados numa perspectiva etnolingüística, ou seja, que relacionassem fatos lingüísticos a aspectos etnográficos.

De modo geral, os trabalhos aos quais tinha acesso revelavam uma tendência já tradicional de registrar e descrever minuciosamente as realidades, sem, contudo, interpretá-las à luz dos modelos socioculturais que as abrigavam. Alguns desses trabalhos exigiram de seus abnegados autores anos a fio de dedicação, além do emprego de um rigor metodológico considerável – o que, entendo, já é suficiente para que lhes dediquemos o mérito que lhes cabe. Inscreve-se, por exemplo, nesse conjunto a célebre *Etnografia Portuguesa*, de José Leite de Vasconcelos (1933).

A consulta a esses trabalhos de natureza etnográfica motivou-me a revisitar a história dos estudos lingüísticos (em particular, da Dialectologia e da Geolingüística), a fim de identificar as origens do entrelaçamento entre os estudos envolvendo a linguagem e a cultura material. Essa incursão está detalhada no item 3.1, seguida de uma outra revisão,

do ponto de vista histórico: aquela que trata do conceito de Etnografia, sob a ótica tanto da Lingüística como das Ciências Sociais.

Julguei, ainda, que uma pesquisa como a que desenvolvia demandava um levantamento, do ponto de vista teórico-metodológico, das tendências que, nas Ciências Sociais, se voltaram para investigações sociológicas numa perspectiva *qualitativa*, ou seja, buscando, nos próprios grupos sociais, os modelos, os esquemas a partir dos quais esses mesmos grupos seriam interpretados.

Nessa linha se incluem estudos vinculados à Etnografia moderna e à Etnometodologia, correntes às quais dedico especial atenção no item 3.2, e que me forneceram importante suporte teórico-metodológico, uma vez que pretendia identificar nos dados lingüísticos coletados, justamente, aquilo que é a idéia central nessas abordagens: "fazer ciência" sobre um mundo particular, do ponto de vista *interno* dos processos executados pelos membros desse mesmo mundo.

A necessidade de, ao menos, tentar delimitar o campo da Etnolingüística configurou-se neste ponto das minhas reflexões: afinal, o que caracterizaria um estudo etnolingüístico?

A primeira constatação que fiz foi a de que há, nesse campo, uma enorme confusão terminológica. Há muitos nomes para designar a disciplina que tem por objetivo estudar aspectos lingüísticos relacionados com os modelos culturais de comunidades de fala.

No item 3.3, procuro mostrar, baseada, sobretudo, nas idéias de Coseriu (1978), Velarde (1991) e Duranti (1997), que esse objetivo tão amplo é um dos fatores responsáveis pela vagueza terminológica a que me referi.

A discussão, nesse item, é norteadada pelo princípio coseriano de que as línguas se desenvolvem em razão de relações internas, estruturais, mas também em relação com fenômenos sociais e fenômenos que pertencem à dimensão do espírito humano – e aqui se situa, portanto, o eixo central da Etnolingüística.

Para atender aos propósitos deste trabalho é, ainda, de muita valia a proposta de Coseriu (1978), que distingue as "Etnolingüísticas" conforme o plano da linguagem ao qual estejam associadas. Assim, ele apresenta a Etnolingüística: *da fala; da linguagem no nível universal; das línguas; das línguas no nível histórico; do discurso*. Essas noções, como sugeri anteriormente, estarão esclarecidas no item 3.3, em que busco definir a Etnolingüística.

Trazendo a discussão para uma esfera mais específica, abordo, em seguida, o relacionamento entre linguagem e trabalho. A intenção é refletir sobre até que ponto podemos considerar a linguagem como um recurso para a compreensão do trabalho e, por outro lado, em que medida as idiossincrasias de uma atividade laboral podem fornecer elementos para a interpretação de um determinado uso lingüístico, especialmente, no que se refere ao âmbito semântico-lexical.

Ainda, conduzo a reflexão fundamentada nas noções de *fala funcional / fala não funcional* (social), propostas por Lacoste (1998); e de "*schema dell'operare tecnico*" que D'Onofrio (1998) filia ao conceito hjelmsleviano de *esquema/parole*.

Finalmente, no item 3.5, em que trato das relações entre o léxico e ações laborativas, apresento estudos em que, empiricamente, esse relacionamento é evidenciado no plano semântico-lexical. São discutidos, por exemplo, dados coletados por mim mesma para uma pesquisa anterior sobre o vocabulário de trabalhadores de casas de farinha artesanais (Santos, 1997); além de análises do vocabulário dos seringueiros do Acre (Isquerdo, 1998) e dos pescadores do litoral do Rio de Janeiro (Silva, 1998).

Finalmente, no item 3.6 apresento algumas noções da semântica lexical (Geckeler, 1971) que adotei para orientar a análise dos dados nesse nível.



### 3.1 Lingüística e cultura material

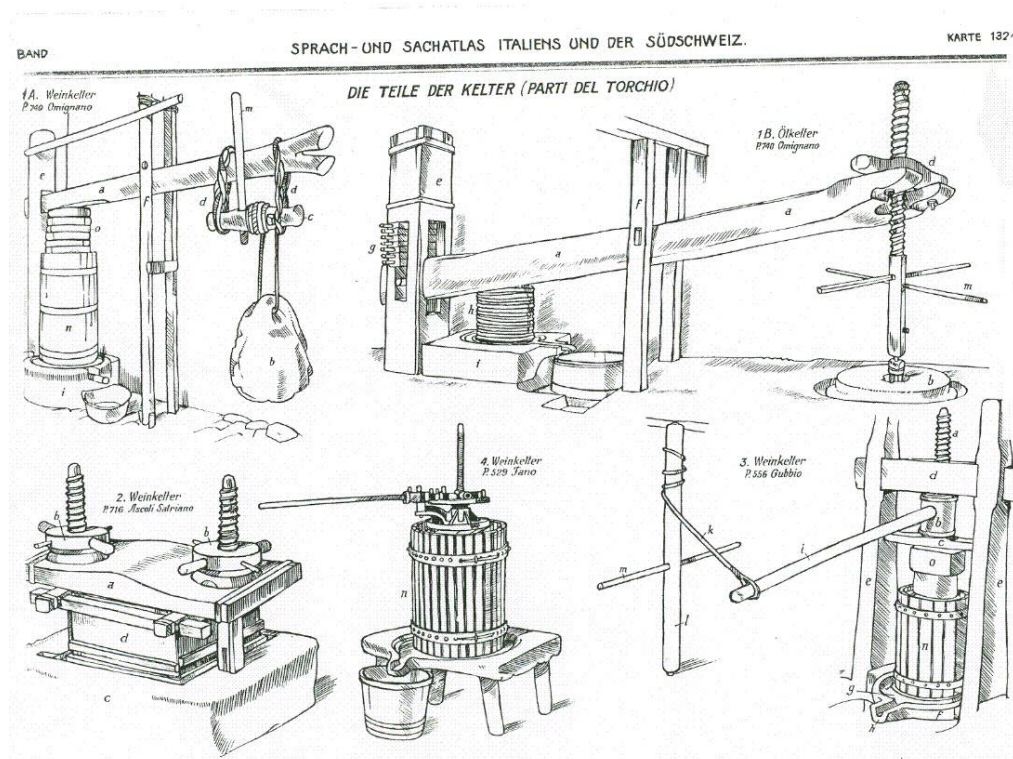
A idéia de que a língua não pode ser concebida fora de seu contexto cultural não é novidade nos estudos lingüísticos. Em seu clássico manual *Language – an introduction to the study of speech*, publicado em 1921, já dizia Sapir que a língua é, sobretudo, um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama de nossas vidas. Essas *práticas e crenças* estão, inexoravelmente, à mercê do curso da História, que se encarrega de remodelá-las, adaptá-las aos “novos tempos”.

Esse caminho, contudo, não é linear e não segue em direção a fatos integralmente inusitados - línguas e culturas se cruzam em suas áreas de distribuição e esse ir e vir, via de regra, deixa seus rastros nos usos e costumes dos povos com os quais se relacionam.

Pode-se, com segurança, afirmar que a necessidade da prática da interdisciplinaridade com outros ramos do saber é consenso entre alguns dos que lavram no terreno da Lingüística, já há algum tempo. Esses intercâmbios permitem um maior esclarecimento sobre as relações mútuas que operam entre o homem, sua língua e o mundo que o circunda.

A relação (que muito interessa a este trabalho) entre a Lingüística e a Etnografia foi formalizada a partir de 1909, quando se instaura, na Europa, a escola *Wörter und Sachen* (Palavras e Coisas), que preconizava o estudo simultâneo e relacional das palavras e dos objetos por elas designados.

A união dessa orientação com a Geolingüística se apresenta de forma sistemática com a publicação de atlas não somente lingüísticos mas também etnográficos, como o pioneiro *Sprach und Sachatlas Italiens und der Südschweiz* (Jaberg e Jud, 1928-1940) ou o mais recente *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Cantabria* (Alvar, 1995).



Carta de n.º 1324 do Atlas Lingüístico - etnográfico da Itália e do Sul da Suíça.

A aliança entre a Dialectologia, Geolingüística e Etnografia não se desgastou com o tempo. Um exemplo disso é que há, atualmente, no Brasil, onde a Geolingüística só se consolida a partir da década de 60, com a publicação do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (Rossi, 1963), dois atlas lingüístico-etnográficos: O *Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS), publicado em 2002, e coordenado pelo Professor Walter Koch e o *Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro* (APERJ), em andamento, coordenado pela Professora Sílvia Figueiredo Brandão.

Há, no entanto, entre os geolingüistas da atualidade, aqueles que defendem que todo atlas lingüístico, em princípio, tem uma preocupação com o registro de dados etnográficos e não somente aqueles que expressam em seus títulos tal objetivo:

L'interesse etnografico è in verità immanente all'atlante stesso, e non soltanto perché l'attività del linguaggio è parte integrante della sfera di aspetti indagati dall'Etnografia non meno delle attività lavorative, religiose, letterarie, sociali (...) ma soprattutto perché anche nel meno etnografico degli atlanti (...) per lo studioso attento, appassionato, serio e non settario quasi ogni carta può offrire materia di approfondimento etnografico. (Telmon, 1990:44).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> "O interesse etnográfico é, na verdade, inerente a um atlas, e não somente porque a atividade da linguagem é parte integrante da esfera dos aspectos investigados pela Etnografia (atividade laborativa, religiosa, literária, social), mas, sobretudo, porque até no menos etnográfico dos atlas, para o estudioso atento, apaixonado, sério e não sectário, quase toda carta pode oferecer material para um aprofundamento etnográfico". [Tradução minha].

Veja-se, por exemplo, a carta n<sup>o</sup> 53 do Atlas Prévio dos Falares Baianos, que, embora pretenda ser um Atlas “somente” linguístico, fornece informação etnográfica:



Carta n.º 53 do Atlas Prévio dos Falares Baianos.

O interesse pelo relacionamento entre essas disciplinas é defendido, também, pelo célebre dialectólogo português Manuel de Paiva Boléo (1991). Esse autor diz que, num sentido restrito, a Etnografia pode ser definida como “o estudo dos objetos materiais necessários às actividades fundamentais do povo” como, por exemplo, “as alfaias agrícolas, os instrumentos piscatórios”, etc. (Boléo, 1991:255-7). Contudo, prefere adotar uma visão um tanto mais ampliada sobre essa disciplina: a de que a Etnografia procura estudar tudo aquilo em que existe o elemento popular, desde a base até o vértice da pirâmide social, limitando-se a procurar o que, nos indivíduos e nas suas obras, existe de local, tradicional, típico de sua comunidade. Segundo ele, não interessa à Etnografia o que é individual ou temporal, mas o que é anônimo, coletivo e atemporal.

Discutindo sobre a evolução dos estudos etnográficos, afirma Boléo que, por muito tempo, eles se limitavam à descrição, tão pormenorizada quanto possível, de *coisas*. Mais tarde, os estudos adquirem uma feição mais científica, quando o interesse é dirigido, também, para as relações entre as *coisas* e os *homens*, ou seja quando se procura identificar a funcionalidade dessas *coisas* para as comunidades em que se inseriam.

Boléo (1991:277) conclui suas reflexões formulando um apelo para que se estude não só a linguagem, mas a cultura popular em geral. Entende ser esse estudo “urgentíssimo, dado que há particularidades de algumas regiões que já desapareceram por completo e que farão falta para explicar problemas de grande interesse científico”. Aconselha, ainda, os estudiosos a “não estreitarem demasiado os horizontes das especialidades que cultivam, antes procurem praticar a interdisciplinaridade”.

Tradicionalmente, a Etnografia foi tida como a descrição dos modos de viver e de sentir dos vários grupos humanos, levando em conta os seus usos e costumes, estilos ou normas de vida. Muitos consideraram que esse interesse restrito da Etnografia pelo estudo de tudo o que é tradicional num dado grupo social (habitações, vestuário, ornamentos, instrumentos de trabalho, festas, arte popular, lendas, superstições, esconjuros, pragas, etc.), conduziu as investigações a uma abordagem “folclórica”. Essa abordagem dos fatos culturais teria levado à consolidação, no senso comum, da idéia de que estudos de fatos de cultura seriam periféricos em relação a outros estudos, uma vez que pouco teriam de

cientificidade - seriam marcados, sobretudo, pela curiosidade do investigador e pelo inusitado das descrições, pelo exotismo dos fatos culturais descritos, quase sempre sem critérios metodológicos predeterminados.

A esse respeito, Santos Jr. (1965) propunha uma discussão interessante acerca do lugar da Etnografia no quadro geral das ciências antropológicas. Em seu texto, o autor alerta contra aquele tipo de abordagem, recomendando que se vá mais além do estudo “seco do fato folclórico em si”, pois toda manifestação etnográfica deve ser observada pelo analista como uma manifestação de vida “com seu determinismo, seus condicionalismos, sua evolução e seu paralelismo, mais ou menos estreito, com fatos similares de outros povos, outras gentes.”(Santos Jr., 1965:500). Esse autor atribui à Etnografia um tríplice campo de estudos, voltado:

- a. para o *homem animal* – observando-se, por exemplo, suas necessidades de comer e beber e modos de preparação de seus alimentos; suas formas de se defender das agressividades do meio (vestimentas, abrigos, etc.); modos de propagar a espécie (conjugação dos sexos, família, etc.).
- b. para o *homem social* - observando-se como se congrega em grupos de diferentes categorias; como organiza e divide o trabalho; os princípios normativos da convivência (preceitos morais, direitos e obrigações).
- c. para o *homem espiritual* – observando-se como lida com noções do bem e do mal, de morte, de transcendência, de religião.

Ao final de sua discussão, Santos Jr. (1965:501-2) propõe uma definição mais ampla da Etnografia, em que a situa como uma ciência que estuda as condições de vida dos povos, e sua evolução cultural, aliando alguns fatores como determinantes dessas “condições de vida”:

condições de vida consideradas em relação com as influências do meio, factores bio-geográficos, com o encadeamento da sucessão evolutiva expresso na tradição, factores históricos, e com as acções recíprocas por influências directas ou indirectas, dos homens uns sobre os outros, factores antropossociais, quer dentro do mesmo agregado populacional, factores por via de regra condicionando uma evolução lenta a que poderíamos chamar de

sublimação ou de apuro, quer entre povos diferentes, tendo laços mais ou menos estreitos de convívio permanente ou acidental, factores determinando quase sempre mutações ou modificações inesperadas, amplas e bruscas. Essa combinação de fatores geográficos, históricos e antropossociais possui uma importância modeladora fundamental na estruturação das condições de vida dos homens, e, por isso mesmo, condicionantes dos usos e costumes, da mentalidade, do modo de vida de qualquer povo.

As relações entre a Lingüística e a cultura material motivaram as discussões no seminário *Le Solidarietà. La Cultura Materiale in Linguistica e in Antropologi* (Lecce, Sicília, 1996). Esse encontro visava a debater um tema já historicamente fecundo entre as duas disciplinas – em que aspectos elas se articulam no tratamento da cultura material. O título geral – *La solidarietà*, como diz Salvatore D'Onofrio (1998:5), na apresentação das *Atas* do seminário, responde a uma exigência que partiu do conceito saussuriano de *solidariedade* – a interdependência, para o funcionamento da língua, tanto no nível sincrônico quanto diacrônico, dos vários elementos que compõem um sistema lingüístico.

Num trabalho em que discute as relações entre a cultura, os signos e a sociedade, Buttitta (1998), sobre o conceito de cultura, diz que este tem rendido, historicamente, muitas discussões entre os que tentam delimitá-lo, haja vista que o significado do termo oscila, semanticamente, desde a indicação de realizações muito específicas do intelecto até a referência à realidade humana como um todo.

Ele parte, então, do princípio de que não há fato social fora da cultura, e de que, por outro lado, não há fenômeno cultural que não seja antes um fato social. Além disso, a língua não é só *parole*, mas também *langue* coletiva, um sistema adaptável a novas situações e geradora de inovações para atender a finalidades expressivas.

Sobre essa relação, aquele autor afirma que, sendo assim a linguagem parte constitutiva da cultura, a relação entre elas se dá segundo os mesmos mecanismos. Além disso, entende que a cultura, por ser linguagem, funciona enquanto tal – todo comportamento cultural, todo produto humano é, antes de tudo, comunicação. Não um *instrumento* de comunicação, mas ela própria. Assim sendo, a cultura seria o momento em

que a relação entre o homem e a natureza se exprime e se realiza num sistema de signos, determinando a condição de existência do homem, enquanto ser social. (Buttitta, 1998:9).

Considerando, então, a profunda interação entre a língua e a cultura, a primeira coisa que se pode reconhecer nesta última é um *sistema*, que consiste numa gramática e num léxico. Pode-se, para Buttitta, considerar os modelos de uma cultura como a sua *gramática*. Isto porque as culturas se organizam em relação a contextos sociais precisos, associados a processos também concretos de produção – em todo grupo socialmente estratificado há tantos códigos quantos modelos culturais.

Buttitta (1998) defende que a tarefa de uma antropologia que estude a cultura como elemento integrante de um sistema semiótico é não se fechar a uma análise interna dos fenômenos considerados, para lhes surpreender o significado. A saída para escapar desse hermetismo formal é a de considerar-se o problema do significado dos fenômenos estudados a partir do seu próprio sentido, entendendo-se por sentido de um fenômeno cultural o significado particular que ele assume em relação ao contexto de uso, do funcionamento concreto – do significado interno que assume no universo cultural e social dos indivíduos que o produzem e o empregam.

Em seu trabalho *Parole e Cose*, Várvaro (1998) diz que a menção desse tema reporta, imediatamente, à escola inaugurada pela revista científica *Wörter und Sachen*, em 1909, que preconizava que o nexos entre a coisa e a palavra é indissolúvel. No entanto, o estudo das denominações em relação com as coisas denominadas já era, antes da *Wörter und Sachen*, e ainda é universalmente difundido, em maior ou menor profundidade.

O trabalho citado lembra-nos que alguns estudiosos de tradição popular e de lingüística, ao fim do século XIX, "descobriram" o trabalho dos camponeses, dos pastores, dos artesãos do campo, sendo essa "descoberta" uma contribuição relevante para a história da cultura e da consciência social. Hoje em dia, diz ele, quem faz esse tipo de trabalho pratica um tipo de "arqueologia da cultura", uma vez que estuda fatos culturais que já estão sendo postos à margem da sociedade em razão das mudanças na tecnologia e no mercado. O paradoxo, diz Várvaro (1998:29), é que a cultura material passaria a se tornar "visível"



quando já estivesse agonizante – como se o trabalho do pesquisador (lingüista, antropólogo) fosse captar o último eco de uma voz prestes a desaparecer...

Hoje, não se pode mais aceitar uma visão como essa, porque muitos dialectólogos e outros estudiosos da cultura material têm reagido contra essa postura de "mumificação" do objeto de estudo, pela promoção, pura e simples, do gosto culto pelos falares e objetos rústicos, por exemplo. Tal postura representaria, para o autor, um inevitável desmantelamento da realidade em que vivemos e da qual estamos culturalmente conscientes.

A esse respeito, Várvaro indaga:

Ma si può fermare la storia? Ed è giusto fermarla? Non sono illusioni? Non sono scelte conservatrici? Oggi un etnologo non si cura della terminologia dei recipienti di plastica; ma è la plastica, e non la terracotta, ad essere il presente. Quando la plastica sarà al tramonto, essa sarà scoperta dai linguisti, dai etnologi, dai cultori del bello. (Várvaro, 1998:30)<sup>7</sup>

Uma posição semelhante foi defendida pelo lingüista alemão Prof. Dr. Harald Thun, durante a realização do já mencionado (cf. p. 16) *workshop* (*Arbeitstagung Sprachwissenschaft & Ethnographie*) Em conferência proferida naquela oportunidade, Thun procurou desfazer o antigo mito de que uma abordagem etnográfica deva se ocupar, exclusivamente, do registro e da preservação de fatos culturais ou lingüísticos em vias de desaparecimento. Ao contrário, dizia ele, toda manifestação cultural, todo comportamento social pode ser objeto de uma descrição etnográfica – inclusive os fatos contemporâneos e, por que não dizer, estáveis. Essa tendência foi comprovada pela própria programação do *Workshop*, que contemplava várias tendências e abordagens metodológicas de estudos do tipo etnográfico.

---

<sup>7</sup> "Mas se pode deter a história? É justo detê-la? Não é ilusão? Não são escolhas conservadoras? Hoje um etnólogo não se ocupa da terminologia dos recipientes de plástico – mas é o plástico, e não a terracota, a essência do momento. Quando o plástico for ultrapassado, esse será descoberto pelos lingüistas, pelos etnólogos, pelos cultores do belo". [Tradução minha].

Outra interessante discussão sobre o relacionamento da Lingüística com a cultura material é conduzida por D'Onofrio (1998). Ele parte da consideração saussuriana da língua como um sistema do qual todas as partes devem ser consideradas do ponto de vista de sua solidariedade sincrônica. Por outro lado, as coisas, produzidas ou não pelo homem, *são* na medida em que signifiquem algo para os mesmos homens. Por isso, elas entram em seu horizonte existencial, vindo a constituir a matéria, os instrumentos através dos quais são conhecidos e reconhecidos, produzem e reproduzem o seu mundo.

Assim sendo, um comportamento técnico culturalmente orientado se funda na associação do *instrumento* com a *linguagem articulada*, que consente somente ao homem **refletir e comunicar a própria experiência utilizando signos em substituição à coisa**. Os animais, embora capazes de identificar situações diversas, empregam, geralmente, sinais associados a uma determinada classe de estado, de forma biunívoca. Por outro lado, uma dupla natureza (necessária e arbitrária) caracteriza o signo lingüístico. A percepção individual se estabiliza no uso e, relacionado ao sistema, lhe é conferido um valor.

Também o instrumento de trabalho é resultado de uma série de escolhas, enquanto o seu emprego continuado inserido em um sistema de cultura material termina por fazê-lo parecer necessário e dependente não para um processo de seleção intelectual, mas da sua qualidade ou da qualidade do objeto para o qual dirige sua ação.

### **3.2 Elementos para uma abordagem etnográfica**

Do ponto de vista das investigações sociológicas, as origens da abordagem qualitativa de pesquisa podem ser situadas no final do século XIX, quando os cientistas sociais passam a questionar se poderiam tomar das ciências naturais os métodos de investigação para tratar de fenômenos humanos e sociais. André (1995) aponta Dilthey e Weber como os pioneiros nessa abordagem. Eles entendiam que as ciências humanas necessitavam de uma metodologia própria, uma vez que seu objetivo central era a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações, e compreender esses significados demandaria a sua inserção dentro de um contexto específico – não se poderia, portanto, tratar fenômenos tão complexos e dinâmicos através de leis gerais.

Essa perspectiva “idealista-subjetivista” não aceita que a realidade seja algo externo ao sujeito e se opõe a uma visão empiricista da ciência – busca a interpretação em lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação, valoriza a indução e assume que fatos e valores estão intimamente relacionados, o que tornaria inaceitável uma postura neutra do pesquisador.

Mais tarde, esses princípios vão fundamentar um novo paradigma de pesquisa, denominada “naturalística” para uns e “qualitativa” para outros. Essa abordagem apresenta, ainda, ligações com as idéias do *Interacionismo Simbólico*, da *Etnografia*, e da *Etnometodologia*, todas derivadas da *Fenomenologia*.

De forma sucinta, André (1995: 18) define a *Fenomenologia* como uma concepção que:

... enfatiza os aspectos subjetivos do comportamento humano e preconiza que é preciso penetrar no universo conceptual dos sujeitos para poder entender como e que tipo de sentido eles dão aos acontecimentos e às interações sociais que ocorrem em sua vida diária.

Em outras palavras, a realidade é “socialmente construída”; é o sentido dado às experiências dos sujeitos que constitui a sua realidade.

Essa formulação em muito se aproxima ao *Interacionismo Simbólico*, segundo o qual a experiência humana é mediada pela *interpretação*, e que esta não é autônoma, mas ocorre na medida em que o indivíduo interage com outro. Sendo assim “é por meio das interações sociais do indivíduo em seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, que vão sendo construídas as interpretações, os significados, ou a sua visão de realidade” (André, 1995:18). A forma como se desenvolve essa “visão da realidade” é que será, precisamente, o objeto de uma investigação nessa linha.

A *Etnografia*, modernamente, estaria interessada no **significado** que determinadas ações têm para o grupo social sob estudo. O que ocorre é que esses significados são expressos de distintas formas (pela linguagem, por exemplo), e em sistemas complexos, porque todo comportamento social é organizado pelos grupos que os sustentam: as pessoas assim o fazem para entender a elas próprias e a outros membros do grupo e “para dar

sentido ao mundo em que vivem”. São, justamente, esses “sistemas de significado” que constituem uma cultura – o conhecimento já adquirido que as pessoas usam para interpretar experiências e gerar comportamentos. (André, 1995:19).

Não é minha intenção neste trabalho discutir sobre conceito de cultura, porque teria que levar em conta, por exemplo, o amplo debate do qual se têm ocupado tantos cientistas sociais, e também lingüistas, há tanto tempo... Para os objetivos deste trabalho, tomarei o termo cultura, seguindo as idéias de Geertz (1993) que o entende como um sistema de símbolos construídos e não um poder, algo a que pode ser atribuída a causa de eventos sociais, comportamentos, instituições e processos. Antes, seria um contexto, algo dentro de que os símbolos podem ser inteligivelmente (ou densamente) descritos.

Assim sendo, a tarefa primordial do etnógrafo seria, gradativamente, aproximar-se desses significados e da compreensão que os participantes têm de si próprios, de suas experiências – do chamado *sensu comum*.

A questão que se impõe aqui é: por que esses estudos ainda são tão esparsos, diferentemente de tantas outras áreas da Lingüística Moderna? Não se pode mais hoje qualificar uma abordagem desse tipo como um exercício de erudição ou um de um estudo assistemático, e metodológica e teoricamente inconsistente. Hoje já se pode contar com metodologias consolidadas tanto no campo da Lingüística como também de outros ramos da ciência, como a Antropologia Cultural.

As que empregam metodologias qualitativas ganharam grande impulso na França na década de 60, uma vez que se procurava descrever comportamentos e experiências de grupos que não gozavam de privilégios ou de poder dentro da hierarquia social da época. Essa abordagem fenomenológica se adequava em muito aos ideais democráticos de então.

O que tem ocorrido, a partir daí, é o emprego bastante genérico, pouco delimitado, do termo *pesquisa qualitativa*. Via de regra, uma abordagem é tida, simplesmente, como “qualitativa” por não usar dados numéricos, ou por usar técnicas de coleta, como a

observação. Nesse amplo “guarda-chuva” metodológico, costumam se incluir desde trabalhos descritivos até estudos históricos, clínicos ou de pesquisa-ação.

André (1995:23) condena uma coexistência “pacífica”, como ela mesma diz, dessas conceituações ambíguas porque a aceitação delas pode levar à não discussão de fundamentos teóricos e epistemológicos necessários a um estudo sério:

(...) essa coexistência pode ser prejudicial ao desenvolvimento da abordagem qualitativa, primeiro porque pode levar a um exagero de chamar de qualitativo qualquer estudo, seja ele bem ou mal planejado, desenvolvido e relatado, o que pode levar a um total descrédito da abordagem qualitativa.

Se, por um lado, a autora propõe uma demarcação teórico-metodológica mais consistente para um estudo que se diz qualitativo, por outro ela defende uma postura não dicotômica em relação aos conceitos *qualitativo* e *quantitativo*. Para ela, qualidade e quantidade estão intimamente relacionadas numa pesquisa. Por exemplo, pode-se fazer uma pesquisa que utiliza basicamente dados quantitativos, mas na análise que se procede desses dados estarão sempre presentes o quadro de referência e os valores do pesquisador – portanto, a dimensão qualitativa. E sempre que reconhecemos marcas de subjetividade em nossa pesquisa, nos distanciamos de uma postura estritamente positivista, ainda que estejamos tratando com dados quantitativos.

Por outro lado, é sempre conveniente (e mais ético, segundo a autora) que os resultados de uma pesquisa que lide com depoimentos, entrevistas ou observações sejam expressos numericamente. Isto não tornaria o estudo menos *qualitativo*; antes, os dados assim mensurados concorrem para explicitar a dimensão qualitativa do estudo.

André prefere, então, reservar os termos *qualitativo* e *quantitativo* para diferenciar técnicas de coleta ou para designar o tipo de dado obtido, e empregar terminologia mais precisa para determinar o tipo de pesquisa realizada, se histórica, descritiva, participante, etnográfica, etc.

Mas, o que é, nesses moldes, uma pesquisa etnográfica? Desenvolvido pelos estudos antropológicos para estudar a cultura e a sociedade, o termo *Etnografia* pode, atualmente, ser interpretado sob dois sentidos. Pode designar: a) um conjunto de técnicas usadas pelos antropólogos para coletar dados sobre os valores, hábitos, crenças, práticas e comportamentos de um grupo social; ou b) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas.

Se um estudo procura aliar o enfoque etnográfico ao lingüístico, certamente, certos requisitos da Etnografia não precisam, necessariamente, ser cumpridos em razão dos objetivos da pesquisa. Assim, poder-se-ia dizer que se faz aqui um estudo do tipo etnográfico, e não uma Etnografia no seu sentido estrito.

Algumas características podem ajudar a delinear melhor um estudo desse tipo:

- a) Utilização de técnicas tradicionalmente associadas à Etnografia, como a observação participante, a entrevista intensiva e a análise de documentos;
- b) O pesquisador como o instrumento principal na coleta e na análise dos dados, que, assim, são sempre mediados pelo elemento humano;
- c) Ênfase nos processos e não no produto ou nos resultados finais;
- d) Preocupação com o significado, com a maneira própria como as pessoas vêem a si mesmas e suas experiências com o mundo que as cerca;
- e) Realização de trabalho de campo – observação dos eventos em sua manifestação natural;
- f) Tratamento descritivo dos dados (pessoas, ambientes, depoimentos, situações, etc.);
- g) Formulação de hipóteses, conceitos, abstrações, teorias – e não sua testagem.

Enfim, uma pesquisa **do tipo etnográfico** visa à descoberta de novos conceitos, novas relações, novas formas de entendimento de uma dada realidade.

A *Etnometodologia*, surgida nos anos 60, instaurou-se no cenário das ciências sociais a partir da publicação da obra de Harold Garfinkel, *Studies in Ethnometodology*

(1974). Epistemologicamente, a Etnometodologia rompeu com os modos de pensar da sociologia tradicional – mais que uma teoria constituída, ela é uma perspectiva de pesquisa, uma nova postura intelectual, que atribui mais importância à explicação, à abordagem qualitativa do social que à "quantofrenia" das pesquisas sociológicas anteriores.

Garfinkel iniciou suas conjecturas sobre os *etnométodos* a partir das análises que fez, juntamente com Saul Mendlovitz, entre 1954 e 1955, de *tapes* gravados na corte de Wichita. Ele examinava o discurso dos jurados, buscando compreender se e como os jurados demonstravam a consciência que tinham sobre a atividade que desempenhavam nos julgamentos. Estavam os pesquisadores interessados no possível uso que aqueles jurados faziam de uma espécie de conhecimento espontâneo dos procedimentos organizados e socialmente operados, necessários ao desempenho de sua tarefa. Uma espécie de metodologia, portanto. Isto motivou o "batismo" de sua abordagem sociológica, que buscava captar os métodos empregados, naturalmente, pelos atores daquela situação especial. Aliás, não tão "naturalmente" assim, uma vez que condicionados socialmente, pelos saberes comuns, inerentes àquela atividade. Garfinkel (1974:16) diz, quanto ao 'ethno' agregado a 'methodology', que:

'Ethno' seemed to refer, somehow or other, to the availability to a member of common-sense knowledge of his society as common-sense knowledge the 'whatever'.<sup>8</sup>

A linguagem tem um papel fundamental nessa forma de considerar e de representar esse '*common-sense knowledge*', uma vez que é, a um só tempo, um constituinte e o próprio instrumento de manifestação desse senso:

It is available to a member as a resource, for his use, as well as being something that while using and counting on he also glosses<sup>9</sup>.

Ao tempo em que critica o uso "desenfreado" do termo *ethnomethodology* por muitos pesquisadores que se ocupavam com o estudo de atividades práticas e do

---

<sup>8</sup> "Etno" parecia referir-se, de alguma maneira, à disponibilidade do conhecimento do senso comum a um membro de uma dada sociedade – qualquer que fosse esse conhecimento". [Tradução minha].

<sup>9</sup> "Está disponível a um membro, tanto como um recurso para o seu uso, quanto como algo que ele pode explicar, enquanto usa". [Tradução minha].

conhecimento do senso comum, Garfinkel sublinha o que julga ser a preocupação central da *Etnometodologia*:

It is an organizational study of a member's knowledge of his ordinary affairs, of his own organized enterprises, where that knowledge is treated by us as part of the same setting that it also makes orderable. (Garfinkel, 1974:18).<sup>10</sup>

Segundo essa perspectiva, o real já se acha descrito pelas pessoas. A linguagem comum diz a realidade social, descreve-a e, ao mesmo tempo, a constitui. (Coulon, 1995).

Ao contrário do que se pode pensar, a Etnometodologia não é uma escola marginal, em relação ao conjunto das pesquisas sociais; antes, possui muitas ligações com outras correntes que têm contribuído para reflexões sobre a nossa sociedade contemporânea.

A formalização proposta por Garfinkel tem raízes no pensamento de Parsons, que o orientou em seu trabalho de doutoramento, na Universidade de Harvard. Em linha gerais, Parsons, em sua *Teoria da Ação*, defende que as motivações dos atores sociais são integradas em modelos normativos que regulam as condutas e as apreciações recíprocas. Isto explicaria a estabilidade da ordem social e sua reprodução em cada encontro entre os indivíduos. Nesses "encontros", nós compartilhamos valores que nos transcendem e nos governam, e temos sempre a tendência a nos conformar com as regras da vida em comum.

A inquietação de Parsons é em relação ao *porquê* de respeitarmos essas regras um tanto automaticamente, sem refletirmos sobre elas. É em Freud que Parsons vai buscar a explicação para esse princípio de regularidade da vida social: as regras da vida vão sendo interiorizadas pelos indivíduos no curso das suas experiências, constituindo-se num "superego" – uma espécie de "tribunal interior", de sistema de referência, que regulará os nossos comportamentos e até os nossos pensamentos.

---

<sup>10</sup> "Trata-se de um estudo organizacional do conhecimento demonstrado por um membro em seus afazeres rotineiros, do ponto de vista de seus próprios critérios de organização. Nós tratamos este conhecimento como parte do mesmo conjunto de fatos que ele torna ordenável". [Tradução minha].



Diferentemente desse paradigma normativo, a Etnometodologia adotará um paradigma interpretativo, defendendo que a relação entre *ator* e *situação* não se deverá a conteúdos culturais nem a regras, mas será produzida por processos de interpretação.

Outra influência importante para essa escola sociológica, é Alfred Schütz, cujo pensamento central está na proposta da compreensão (*Verstehen*) dos processos de interpretação que utilizamos em nossa vida cotidiana, para atribuir sentido à nossa vida e à dos outros. A linguagem cotidiana, assim, esconderia todo um tesouro de tipos e características pré-constituídos, de essência social, que abrigam conteúdos inexplorados.

Coulon (1995:12) diz que esse "mundo social" de Schütz é aquele vivido pelas pessoas comuns, sem "interesse teórico" apriorístico pela sua constituição. Trata-se de um mundo intersubjetivo, de rotinas, em que os atos da vida, em sua maioria, são realizados automaticamente. Assim, a realidade social para Schütz seria:

a soma total dos objetos e dos acontecimentos do mundo cultural e social, vivido pelo pensamento de senso comum de homens que vivem juntos numerosas relações de interação. É o mundo dos objetos culturais e das instituições sociais em que nascemos todos nós, onde nos reconhecemos... Desde o princípio, nós, os atores no cenário social, vivemos o mundo como um mundo ao mesmo tempo de cultura e natureza, não como um mundo privado, mas intersubjetivo, que nos é comum, que nos é dado ou que é potencialmente acessível a cada um de nós. E isso implica a intercomunicação e a linguagem. (Coulon, 1995:12).

O que ocorre é que essa "atitude natural" esconde uma extraordinária capacidade de tratar os objetos, as ações e os acontecimentos da vida social, além de implicar uma interpretação do mundo já descrito pelos membros do grupo.

Essas idéias estão presentes, também, em outra fonte da Etnometodologia – o já citado *Interacionismo Simbólico*, que, rejeitando radicalmente os modelos quantitativos de pesquisa, afirma que a concepção que os atores fazem para si do mundo social constitui, em última análise, o objeto essencial da pesquisa sociológica.

Para essa corrente, o autêntico conhecimento sociológico pode ser observado na experiência imediata, nas interações de todos os dias, devendo-se, em primeiro plano, levar em conta o ponto de vista dos atores, independentemente do objeto de estudo. É através do sentido que eles atribuem aos objetos, às situações, aos símbolos que os cercam, que eles constroem seu mundo social.

Garfinkel, em seus *Studies in Ethnomethodology* (1974), na verdade uma coletânea de trabalhos dispersos, delinea o que alguns chamam de novo postulado da sociologia: os fatos sociais não se impõem a nós como "realidade" objetiva; eles devem ser considerados como "realizações práticas". Para ele, o fato social não é um objeto estável, mas sim um produto da contínua atividade dos homens, que aplicam seus conhecimentos, processos, regras de comportamento que consistirão numa "metodologia leiga" cuja análise constitui a verdadeira tarefa do sociólogo.

No trabalho que já tenho, reiteradamente, citado, Coulon (1995) pontua o que chama de alguns conceitos-chave da Etnometodologia:

#### **a. Prática, realização**

Em suas primeiras tentativas de delimitar a Etnometodologia, Garfinkel esclarece que seus estudos tratariam empiricamente as atividades e circunstâncias práticas, concedendo às atividades corriqueiras da vida cotidiana a mesma atenção que habitualmente se presta aos acontecimentos extraordinários, tentando compreendê-los como "fenômenos de direito pleno". Além das atividades práticas, Garfinkel se interessa pelo raciocínio prático, seja ele profissional ou não.

Assim posta a questão, a Etnometodologia pode ser conceituada como a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar. Aqui estaria um diferencial, em relação a abordagens sociológicas que consideram o saber do senso comum como "categoria residual". Ao contrário, a Etnometodologia analisa as crenças e os

comportamentos de senso comum como os constituintes necessários de todo comportamento socialmente organizado.

Em suma, a observação e análise dos processos aplicados nas ações permitiriam por em evidência os modos de proceder pelos quais os atores interpretam constantemente a realidade social.

Será portanto de importância capital observar como os atores de senso comum o produzem e tratam a informação nos seus contatos e como utilizam a linguagem como um recurso. Enfim, como "fabricam" um mundo "racional" a fim de nele poderem viver. (Coulon, 1995: 32).

#### **b. A indicialidade**

Esse princípio está relacionado aos questionamentos etnometodológicos sobre a linguagem, reconhecida como sendo responsável pela "operacionalização" da vida social.

Todas as determinações que se ligam a uma palavra podem ser definidas como *indicialidade*, um conceito tomado da Lingüística, que considera que as palavras têm, ao lado de uma significação "trans-situacional", outra que depende de cada situação particular em que é empregada. Sua compreensão mais ampla passaria, necessariamente, por "características indicativas" que extrapolam o plano expressivo.

Está aí sublinhada a incompletude natural das palavras, que só ganham o seu sentido "completo" quando são "indexadas" a uma situação concreta de intercâmbio lingüístico. Por outro lado, dada a multiplicidade de fatores que podem interferir nesse sentido, como o contexto em que ele é produzido e o perfil dos falantes, o sociólogo, ao dar um tratamento científico a essas palavras, não deixa de operar com um certo nível de abstração, uma vez que ele "homogeneiza", semanticamente, as palavras, "propondo uma adesão comum dos indivíduos ao seu sentido".

Enfim, falar de indicialidade significa dizer que o sentido é sempre "local", e que não há generalização plenamente satisfatória: uma palavra, por suas condições de enunciação, uma instituição, por suas condições de existência, só pode ser analisada tomando-se em conta a sua situação – justamente por isso, a análise das expressões indiciais seria uma tarefa infinita.

### **c. A reflexividade**

Uma distinção que logo é feita quando esse princípio é discutido por Coulon é a de que não se deve confundir *reflexividade* com *reflexão*:

(...) quando se diz que as pessoas têm práticas reflexivas, isto não significa que elas refletem sobre aquilo que fazem. Os membros não têm, evidentemente, consciência do caráter reflexivo de suas ações. Seriam incapazes, caso disso tomassem consciência, de dar prosseguimento às ações práticas a que se entregam. (Coulon, 1995:41).

Sobre essa questão, já dizia Garfinkel em seus *Studies* que os membros de um grupo social não teorizam sobre suas práticas, mas reconhecem, demonstram e tornam observável a cada um dos outros membros o caráter racional de suas práticas concretas.

O conceito de reflexividade se refere, portanto, às práticas que, ao mesmo tempo, descrevem e constituem o quadro social – é a propriedade das atividades que pressupõem e, simultaneamente, tornam observável a mesma "coisa". Assim sendo, descrever uma situação é constituí-la, já que as atividades pelas quais os membros produzem e administram as situações de sua vida organizada de todos os dias são idênticas aos procedimentos usados para tornar essas situações descritíveis.

### **d. Descritibilidade**

Admitir que o mundo social é *accountable* (descritível) significa dizer que ele é algo *inteligível, relatável, analisável* e essa "objetividade" é mostrada nas ações práticas dos atores sociais. Por isso mesmo, a Etnometodologia abordará os relatos do mundo social feitos pelos seus membros como realizações em situação, não como indícios daquilo que se

passa realmente. Se alguém, portanto, descreve uma cena de sua vida cotidiana, torna o seu mundo visível: torna a sua ação compreensível, mostrando o seu sentido "pela revelação a outrem dos processos pelos quais a relata".

### **e. A noção de membro**

Essa noção, para a Etnometodologia, se refere ao domínio da linguagem, e não à adesão social. A esse respeito, Coulon (1995:42) declara:

(...) se afirmamos que as pessoas, pelo fato de falarem uma língua natural, acham-se de certa forma empenhadas na produção e na apresentação objetivas do saber de senso comum de seus negócios cotidianos enquanto fenômenos observáveis e relatáveis.

A linguagem tem, então, um papel fundamental pois tornar-se um *membro* significa filiar-se a um grupo, uma instituição, o que exige um progressivo domínio da linguagem institucional comum. Uma vez incorporados os *etnométodos* de seu grupo social, um membro exibirá naturalmente essa competência (sobretudo pela via lingüística) que o agrega a seu grupo e lhe permite fazer-se conhecer e aceitar.

O ponto central, nessa discussão, é que a produção de uma visibilidade do social necessita de uma objetivação que não é um privilégio da atividade científica. Ao contrário, a Etnometodologia considera que ela própria (a atividade científica), por ser produto de um modo de conhecimento prático, pode se tornar objeto de pesquisa sociológica – portanto, podendo ser cientificamente abordada. Sendo assim, o modo de conhecimento científico não se distingue em nada do modo de conhecimento prático – ambos revelam a capacidade de interpretação própria exercida por todo ator social. Além disso, nenhum saber se desenvolve fora do domínio de uma "linguagem natural" e sem levar em consideração as propriedades indiciais (cf. a noção de *indicialidade*) que lhe são inerentes. Assim sendo, para os etnometodólogos, o corte epistemológico entre conhecimento prático e conhecimento científico não é da mesma natureza que o corte admitido pela tradição das abordagens sociológicas.

Situa-se, neste ponto, um debate tão antigo quanto o que acabo de assinalar: aquele entre a objetividade e a subjetividade na pesquisa científica, debate esse que contribui para que alguns vejam a abordagem etnometodológica com algo "marginal" em relação a outras correntes sociológicas.

Por um lado, a postura objetivista isola o objetivo da pesquisa, separando, sistematicamente, observadores e observados. O pesquisador, assim, é posto numa posição de exterioridade, e, para muitos, esse corte epistemológico é imprescindível para a objetividade da observação. A subjetividade do observador é tida como um "parasita no processo de pesquisa", e é negada para salvaguardar os resultados de suas interferências.

Na contramão dessa corrente, está a postura que considera o subjetivismo de outra forma: o objeto não é visto como uma entidade isolada e está sempre interrelacionado com quem o estuda, anulando-se, assim, aquele "necessário" corte epistemológico:

(...) a necessária objetivação da prática leva em conta as implicações de todo o gênero do pesquisador, cuja subjetividade é restabelecida e analisada como um fenômeno pertencente de pleno direito ao terreno considerado. (Coulon:1995:43).

Essas concepções antagônicas refletem a forma de considerar as instituições: de um lado, elas seriam uma forma social definida fora dos atores, como um conjunto de normas que se impõem a eles; por outro, a relação que os membros mantêm com suas instituições são invertidas, porque eles contribuem para a sua constituição – os atores é que atribuem determinada feição às suas instituições.

O universo dos carpinteiros navais é único. Através do conteúdo que atribuem a signos com que representam a sua atividade, os trabalhadores criam um ambiente peculiar, e, para interpretá-lo, há que se operar com um mosaico de orientações a fim de que a descrição e análise não se fundamentem em modelos que não sejam aqueles fornecidos pelos membros das comunidades, o seu *sensu comum*.

Para captar esse *sensu*, e adquirir uma visão íntima de um mundo social particular, não pode o observador, simplesmente, escutar o que os membros dizem, nem pedir que

explicitem o que fazem – as suas descrições devem ser situadas no contexto e seus relatos devem ser considerados como instruções para a pesquisa.

Além disso, recomenda Coulon, o pesquisador que pretende penetrar numa comunidade com o fim de estudá-la deve ter uma "estratégia de ingresso" que variará conforme o campo e as especificidades do trabalho, devendo estar atento ao que ele chama de um "dispositivo de observação e pesquisa":

O etnógrafo deve encontrar os meios para estar onde tem necessidade de estar, ver e ouvir o que pode, desenvolver a confiança entre ele e os sujeitos a estudar, e fazer muitas perguntas. (Coulon, 1995:90)

Esse autor considera, ainda, de extrema importância a observação daquilo que dizem os indivíduos em suas interlocuções rotineiras – deve-se estar, ao mesmo tempo, em posição exterior para escutar e ser um participante das conversações naturais onde emergem as significações das rotinas dos participantes. Esse olhar a partir de uma "posição exterior" corresponde ao instrumento da pesquisa participante que Coulon (1995) denomina "espreita", e que consiste em observar o maior número de situações possíveis no decorrer da pesquisa de campo: pela "espreita", o pesquisador tenta ver aquilo que o sujeito vê. Essa "espreita" etnográfica é que atenua o problema do difícil posicionamento do observador frente à diversidade dos comportamentos sociais. Essa estratégia de pesquisa, diz Coulon, tem como fundamento o fato de que:

A vida social é metodicamente realizada pelos membros. Nas características dessas realizações residem as propriedades dos fatos sociais da vida cotidiana: o caráter repetitivo, rotineiro, padronizado, transpessoal e trans-situacional dos modelos da atividade social do ponto de vista do membro. (p. 91).

Portanto, uma abordagem etnometodológica admite que a construção do mundo social pelos seus membros é *metódica* e apoiada em *recursos culturais comuns* que possibilitam tanto a sua construção como o seu reconhecimento. Enfim, só quando se sabe *como* os membros constroem as suas atividades é que se pode ter razoável certeza do que são, realmente, essas atividades. A Etnometodologia, finalmente, se interessa pelos mesmos

fenômenos que a sociologia, mas sob perspectivas diferentes: se, por um lado, a sociologia aborda as estruturas sociais como "fatos sociais objetivos e peremptórios", por outro lado os etnometodólogos consideram que essas mesmas estruturas sociais são constituídas por *atividades estruturantes*: práticas, métodos, modos de fazer coisas. A Etnometodologia, assim, estuda as *atividades estruturantes* que aglutinam as estruturas sociais.

Em ensaio sobre as similaridades e diferenças entre a ciência e o senso comum, Elliot (1974) entende que o senso comum é um conjunto de métodos relacionados a concepções sobre a natureza do mundo. Enquanto para uns a ciência se refere a diferentes procedimentos e a um corpo de conhecimentos também muito diverso que aquele do senso comum, Elliot (1974) critica a omissão de qualquer discussão sobre como o senso comum pode ser crítica e factualmente integrado à atividade científica. Ele diz que, inevitavelmente, a ciência parte das experiências cotidianas para investigar os seus fenômenos. E pergunta: de onde mais poderia partir, já que, em seu próprio ambiente de pesquisa, o cientista lida com objetos do senso comum e os trata segundo padrões e procedimentos transmitidos, espontaneamente, pelo mesmo senso comum? Assim sendo, modos de percepção e de operação do senso comum são traços essenciais e inerentes ao fazer científico.

Nesse sentido, os que pretendem fazer ciência de um determinado 'mundo' têm que alcançar o 'equipamento' que capacita qualquer membro ordinário a percorrer o seu caminho diário nesse mesmo mundo. Novamente, aqui a linguagem tem um papel central, de modo que não será bem sucedida qualquer abordagem científica de uma sociedade que falhe no tratamento da linguagem como tópico e como recurso.

### **3.3 A Etnolingüística**

Por ser uma disciplina recente, a Etnolingüística tem motivado uma certa confusão terminológica. Esse uso "equivocado", muitas vezes, se deve ao fato da consideração do objeto da Etnolingüística como o "aspecto cultural do uso da língua" ou, ainda, o aspecto "antropológico" da língua. Esse foi, precisamente, um dos obstáculos quando comecei a minha incursão sobre trabalhos que se diziam no âmbito da Etnolingüística: a amplitude, e, até, vagueza de definições que situam a disciplina como o estudo da linguagem em relação



com a civilização e a cultura das comunidades de falantes. É freqüente, em razão disso, a alternância do emprego dos termos “Etnolingüística”, “Lingüística Antropológica” ou “Antropologia Lingüística”, dentre outros (Duranti, 1997).

Em Velarde (1991) encontra-se, justamente, uma discussão que pretende atenuar a lacuna teórica dessa disciplina. Diz esse autor que alguns trabalhos no âmbito da Etnolingüística, para ele uma ciência interdisciplinar, têm considerado como seu objeto de estudo as relações entre as estruturas idiomáticas e os povos que se expressam segundo as suas pautas.

Velarde adota as distinções estabelecidas por Coseriu<sup>11</sup> numa “monografia de caráter programático” em que discute os fundamentos e as tarefas da Sócio e da Etnolingüística, considerando que, até então, os estudos ditos etnolingüísticos se tinham desenvolvido de forma casual, segundo o interesse ocasional de alguns lingüistas, voltados para fatos que lhe chamassem mais atenção. Como marco desse tipo de interesse, Coseriu situa o programa da escola *Wörter und Sachen* e os estudos da Geografia Lingüística, que se concentravam na relação da língua (em particular, o léxico) e a cultura material.

O texto de Coseriu tem, nesse sentido, o propósito claro de ampliar e completar a Etnolingüística hoje existente até que coincida com uma lingüística que estude em sua totalidade a contribuição do conhecimento das coisas à configuração e ao funcionamento da linguagem.

Em primeiro lugar, faz-se necessário separar a Sociolingüística da Etnolingüística. Enquanto a primeira (uma disciplina lingüística e não sociológica) se ocupa do estudo da variedade e da variação da linguagem em relação com a estrutura social das comunidades de falantes, a segunda (uma disciplina lingüística e não etnológica ou etnográfica) se

---

<sup>11</sup> Essa discussão foi objeto da conferência de abertura do 1º Congresso Nacional de Sócio e Etnolingüística, realizado em João Pessoa, em 1978. Dada a impossibilidade de consultarmos os anais do referido congresso, que já se encontram publicados, utilizamos aqui cópia mimeografada da conferência proferida por Coseriu, naquela ocasião. Velarde toma como referência o mesmo trabalho de Eugenio Coseriu, publicado sob o título *La socio- y la etnolingüística: sus fundamentos y sus tareas*. Anuario de Letras (vol. XIX, p. 5-29), México, 1981.

dedica ao estudo da variedade e da variação da linguagem em relação com a civilização e a cultura.

Para o estudo da múltipla e íntima vinculação entre linguagem e cultura, é de fundamental importância distinguir se o ponto de partida é a *linguagem* ou a *cultura*, isto é, se o estudo trata da interpretação cultural de uma língua ou da expressão idiomática de uma cultura. Estabelecidas essas diretrizes, pode-se propor uma primeira divisão para a Etnolingüística:

a) **Lingüística Etnográfica** (Etnolingüística propriamente dita)

- estuda os fatos lingüísticos determinados pelos saberes acerca das coisas (cultura)

b) **Etnografia Lingüística**

- estuda a cultura enquanto manifestada pela linguagem

Além disso, seguindo a orientação de Coseriu, a abordagem da relação entre língua e cultura pode caminhar por três diferentes dimensões:

- a) a linguagem é uma forma fundamental da cultura;
- b) a linguagem reflete a cultura não lingüística, manifestando os saberes, as idéias e crenças acerca do conhecido;
- c) não se fala somente por meio da utilização da “competência lingüística”, mas também através da “competência extralingüística” – com os saberes, idéias, crenças sobre as coisas que, por sua vez, influenciam a expressão lingüística e a determinam de alguma maneira.

Desses três sentidos diversos da relação linguagem-cultura, são os dois últimos, segundo Coseriu, que justificam racionalmente a Etnolingüística.

Nessa perspectiva, as línguas existem e se desenvolvem não somente em virtude das relações internas, estruturais de seu sistema, mas também, e sobretudo, em relação com

outros fenômenos sociais e da esfera do espírito humano. Contudo, é preciso assinalar que as línguas não se limitam a receber, passivamente, e refletir a cultura extralingüística. Essa relação é, por muitas vezes, dialética, já que a língua influi sobre os indivíduos de maneira não muito diversa das leis e dos costumes que interferem, por sua vez, na cultura, motivados por razões histórico-sociais.

Buscando aclarar a proposição coseriana de distinguir as “etnolingüísticas” a partir do plano geral da linguagem a que se filiem, Velarde (1991) dedica alguns capítulos de seu trabalho à discussão do que seja: a *Etnolingüística da fala*; *Etnografia da linguagem no nível universal*; *Etnolingüística das línguas*; *Etnografia das línguas no nível histórico* e *Etnolingüística do discurso*.

### **3.3.1 A etnolingüística da fala**

De modo geral, a Etnolingüística da Fala ocupa-se em estudar a determinação da linguagem por parte do conhecimento universal do mundo - pelos saberes universais extralingüísticos, geralmente relacionados a contextos e situações objetivas. Particularmente, interessa a essa abordagem os contextos histórico e cultural. O primeiro está determinado por circunstâncias históricas conhecidas pelos falantes, conhecimento esse que é partilhado entre os membros de uma comunidade em diferentes graus. O contexto cultural envolve as tradições de uma comunidade, que podem remeter a fatos universais ou podem ser muito particulares do grupo social em questão. Por exemplo, lembra Velarde (1991), enquanto em latim “*deus*” designava “*um deus*”, em espanhol, “*Dios*” designa um nome individualizado pela tradição monoteísta cristã.

Justamente pela natureza multifacetada dos fatos que constituem seu interesse, tanto a etnolingüística do falar, como a Etnografia da linguagem, são disciplinas de difícil constituição. Por um lado, pelo fato de a lingüística da fala encontrar-se ainda em estado incipiente e, por outro, por não haver uma coincidência total entre a realidade vital dos eventuais investigadores e a realidade a que se referem os saberes universais e suas conseqüências lingüísticas.

A esse respeito, Velarde (1991:52) afirma, com base no pensamento de Coseriu, que para identificar fatos correspondentes, na cultura e na linguagem, teríamos que negar constantemente esta mesma realidade. Haveríamos de imaginar mundos diferentes dos nossos (como se faz no realismo fantástico ou nas histórias de ficção científica).

### 3.3.2 Etnografia da linguagem: nível universal

Relacionada ao plano universal da linguagem, a Etnografia da linguagem objetiva identificar os saberes universais acerca das coisas, idéias ou crenças universais que se manifestam em qualquer língua histórica. Além disso, procura essa disciplina dar conta da eventual determinação da cultura não lingüística pela linguagem.

Velarde (1991) filia essa orientação ao pensamento do antropólogo americano Benjamin Whorf que, buscando livrar-se de qualquer influência do chamado padrão europeu dedicou-se ao estudo de línguas de estrutura, história e fundo cultural diversos. A partir de suas investigações sobre os *hopi*, formulou o princípio da “relatividade lingüística”. Segundo ele, a gramática de uma língua não é um simples instrumento para a expressão das idéias; antes disso, é um elemento formador das idéias, um guia para a atividade mental do indivíduo. Segundo ele, nós dissecamos a natureza a partir das linhas fixadas por nossas línguas nativas; isto é, o mundo se apresenta a nós como um “fluxo caleidoscópico de impressões” que têm que ser organizadas por nossas mentes – em boa parte pelos sistemas lingüísticos mentais:

Cortamos la naturaleza, la organizamos em conceptos, y atribuimos significaciones tal como lo hacemos, principalmente porque somos partes de un acuerdo para organizarlo de esta manera – un acuerdo que se mantiene vigente em toda nuestra comunidad de habla y está codificado em los modelos de nuestro lenguaje (...) Nos encontramos introducidos, así, em un nuevo principio de relatividad, que sostiene que todos los observadores no son conducidos por la misma evidencia física a la misma representación del universo, a menos que sus bases linguisticas sean similares...” (*apud* Velarde, 1991:54).<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> "Repartimos a natureza, a organizamos em conceitos e lhe atribuimos significações, principalmente porque somos partes de um acordo para organizá-la dessa maneira. E esse acordo vigora em toda a nossa comunidade de fala, codificado nos modelos de nossa linguagem. Estamos inseridos, assim, em um novo princípio de relatividade, que sustenta que todos os observadores não são conduzidos pela mesma evidência

Essa posição, no entanto, foi criticada por alguns lingüistas que entenderam que o pensamento lógico pode comportar qualquer desenvolvimento científico, seja qual for a língua que se empregue para descrever uma experiência. Pode-se dizer, assim, que a razão se torna independente não da língua, mas de estruturas lingüísticas particulares. O pensamento chinês, por exemplo, não é menos capaz de assimilar e expressar, através de seu sistema lingüístico, os conceitos da dialética materialista ou da mecânica quântica. Em outras palavras, nenhuma língua pode por si mesma favorecer ou impedir a atividade do pensamento.

A teoria de Whorf centrou-se na estrutura gramatical e sobre as limitações que essa estrutura impõe ao pensamento e ao comportamento humano – o que já tem sido bastante questionado por alguns, a exemplo de Ullmann (1987), que atribui essa concepção ao fato de que à época em que foram escritas as idéias de Whorf, poucos se davam conta de que o condicionamento lingüístico não se reduz à fonologia ou à gramática – o vocabulário possui também uma organização e uma estrutura próprias, estando alguns de seus setores integrados e rigidamente hierarquizados

Por outro lado, se as categorias gramaticais são mais profundas e fundamentais que os elementos léxicos, são também mais gerais e, por isso mesmo, mais difícil é justificar precisamente a influência que exercem sobre o nosso pensamento. Nesse sentido, parece ser muito mais razoável dizer que nossas palavras nos *predispõem* em favor de certas linhas de pensamento, ao contrário de *predeterminar* o nosso pensamento. Enfim, tudo que se designa por meio de uma língua pode-se designar também por meio de outra – as línguas falam das mesmas coisas, mas não dizem o mesmo, da mesma forma.

Assim sendo, a linguagem retém e objetiva o conhecimento que o homem tem de si mesmo e do mundo e, no entendimento de Coseriu (1982:240-1), no que se refere aos modos de pensamento, a linguagem histórica (enquanto *logos semântico*), apresenta-se como “neutra” ou “indiferenciada”.

---

física à mesma representação do universo – a menos que suas bases lingüísticas sejam similares...”.  
[Tradução minha].

### 3.3.3 Etnolingüística das línguas

Buscando estudar os fatos lingüísticos enquanto motivados pelos saberes (idéias, crenças, concepções, ideologias) acerca das coisas, e, portanto, da linguagem enquanto fato real, essa disciplina, segundo Velarde (1991:61), procura respostas para questionamentos do tipo:

- a) Em que medida uma determinada estrutura léxica corresponde a um tipo determinado de experiência e conhecimento intuitivo da realidade?
- b) Em que campos da experiência há abundância ou escassez de distinções semânticas?
- c) Que palavras tem uma língua para nomear fatos de linguagem e como estão organizadas essas palavras?

Esse autor acha fundamental a distinção entre o *saber idiomático*, estritamente lingüístico e o *saber acerca das coisas*, no plano extralingüístico. Por exemplo, lembrando aqui o conceito de “relação associativa” formulado por Saussure (1987) [1916], a palavra *boi* pode se associar semanticamente a *vaca*, *touro*, como também a *cornos*, *ruminar*, *mugir*; mas também a *arado*, *jugo*, ou ainda a *força*, *resistência*, *trabalho árduo*, etc. É fácil perceber que algumas dessas associações (*vaca*, *touro*) são idiomáticas, enquanto outras são próprias da comunidade que compartilha uma experiência e uma atitude análoga frente ao fato em questão. Algo similar, diz Velarde (1991), pode ser constatado nas diversas associações do animal “cachorro” em distintas comunidades lingüístico-culturais. Para os esquimós, os cães são animais de trabalho; para os persas, são sagrados; para os hindus, são animais depreciáveis e para nós, ocidentais, os cães são animais domésticos.

Em linhas gerais, as palavras terminologizadas possuem uma designação muito determinada em função do sistema conceptual que integram, e esse marco conceptual em que estão integradas lhes proporcionam a determinação contextual necessária para saber-se em que sentido interpretá-las.

Um emprego freqüente de uma palavra num sentido determinado, com uma determinada atitude, pode levar a uma mudança de significado – a evocação ou associação secundária pode ser interpretada como significado objetivo e substituí-lo. Não se trata aqui do conteúdo lingüístico da significação, mas de outra função da linguagem – da atitude em relação às coisas evocadas pelas palavras. Desse modo, o que reflete o uso ou o desuso das palavras é a mentalidade dominante em relação a elas. Na verdade, toda palavra que designe aspectos do mundo do homem e, em particular, da cultura e da sociedade, pode implicar associações com as crenças, sentimentos e ideologias da comunidade de fala.

Na Lingüística temos um exemplo modelar de como nem as terminologias escapam desse fenômeno. Sabe-se que a escola neogramática, seguindo a tendência positivista de sua época, considerava os fatos da língua tomando "emprestados" conceitos das ciências naturais, daí podermos observar, em sua terminologia, o emprego de expressões do tipo: 'nascimento ou morte de uma língua', 'vida das línguas', 'línguas-mãe', 'línguas irmãs', 'família de línguas', 'parentesco lingüístico', etc.

O que vemos, portanto, é que essas associações não são gratuitas; antes, refletem a ideologia de quem as produziu. Esses campos de imagens seguem uma tradição e são muito bem estruturados e pertencem à imagem lingüística do mundo e de uma cultura.

A abundância ou escassez de distinções semânticas, por sua vez, são reflexos dos interesses, necessidades e ocupações de uma comunidade por uma determinada esfera de sua realidade. Os temas que provocam grande interesse ou se relacionam com atividades freqüentes dos grupos podem atrair maior número de sinônimos, de modo que a uma variedade de experiência corresponde quase sempre uma variedade também na segmentação lingüística da realidade – uma experiência de grande complexidade dá lugar a uma organização semântica de análoga complexidade.

Essa perspectiva, no entanto, não deve sugerir o equívoco de se considerar as intrincadas relações entre linguagem e cultura como simples correlação de fatos: não existe correlação imediata e necessária entre fatos culturais e fatos lingüísticos. Nesse âmbito não

caberia uma interpretação teleológica, mas o entendimento de que esses fatos se influenciam reciprocamente.

Por outro lado, as transformações em uma língua não são outra coisa que não uma reestruturação, fruto da necessidade de manter distintos os saberes que se devem conservar e de distinguir os novos, que vão se consolidando como patrimônio lingüístico e cognitivo de uma comunidade.

Em suma, retomando a noção coseriana, à *Etnolingüística da língua* corresponderia o estudo dos fatos de uma língua enquanto motivados pelos “saberes” (idéias, crenças, concepções, ideologias) acerca das “coisas”, portanto, também acerca da estratificação social das comunidades e acerca da linguagem mesma enquanto *fato real*. Assim, por exemplo: de que modo uma determinada organização léxica corresponde a um tipo determinado de experiência e conhecimento intuitivo do real? (no caso da linguagem: que palavras tem uma língua para nomear fatos de linguagem e qual é a organização léxica de tais palavras? e no caso da estratificação social: que palavras tem uma língua para nomear condições sociais e em que relações semânticas se encontram essas palavras umas com as outras?); em que domínios da experiência há concentração (ou, ao contrário, escassez) de distinções semânticas?

#### **3.3.4 Etnografia lingüística no nível histórico**

No nível das línguas históricas, a Etnografia lingüística se ocupa de identificar a cultura não lingüística manifestada nessas línguas, chegando até a determinar a cosmovisão particular ao grupo de fala estudado. E, para Velarde (1991), é, justamente, o estudo do léxico na atualização dos significados que pode caracterizar melhor a cultura de uma comunidade em seus diversos setores.

A necessidade de uma abordagem histórica se dá porque, muitas vezes, nos significados atuais de muitas palavras já não se pode identificar a evocação do fenômeno cultural que deu origem aos vocábulos. Assim, sem uma estreita vinculação entre a Lingüística e a história cultural, a origem do significado de muitas palavras resultaria num



enigma. Por exemplo, o vocábulo latino *moneta* (port. *moeda*) procede do verbo latino *moneo*, que significa “aconselhar”. Onde, então, estaria a conexão entre os dois significados? Diz o autor que a associação foi casual: *Moneta* era um sobrenome que os romanos davam à Deusa Juno, junto a cujo templo em Roma se instalou uma fábrica de moedas.

### 3.3.5 A etnolingüística do discurso

Essa disciplina terá como objeto de estudo os discursos, tipos e estruturas típicas que apresentam, enquanto motivados ou determinados pela cultura de uma comunidade, estabelecendo, eventualmente, correlação entre certos tipos de discurso e certos tipos de cultura em comunidades diversas.

Dos tipos de conteúdo lingüístico existentes – a designação, o significado e o sentido – o sentido é o conteúdo próprio de um determinado ato de fala e se expressa por meio de uma designação e do significado. O sentido, como conteúdo próprio de um texto, é o que o texto expressa para além da designação e do significado. No texto, o significado (as expressões lingüísticas) e o designado (situações, pessoas) se convertem em significantes ou instrumentos para expressar um determinado sentido.

Por exemplo, na sentença “Quando terminará essa onda de calor?”, enunciada numa situação de muito frio, o sentido “ironia” extrapola tanto o material lingüístico quanto a própria situação designada.

Portanto, do ponto de vista do sentido, várias categorias designativas e significativas podem reduzir-se a somente uma função textual, enquanto, por outro lado, categorias designativas e significativas unitárias podem repartir-se em funções textuais diferentes. Tudo isto faz do discurso um fato duplamente semiótico, já que o plano do significante está constituído pela designação e pelo significado idiomático; ao passo que o plano do conteúdo está representado, precisamente, pelo sentido. Enfim, o sentido é a atitude humana que o discurso implica, ou a finalidade com que se realiza. São, por exemplo, unidades mínimas de sentido: “pergunta”, “resposta”, “ordem”, “súplica”, “convite”,

“insinuação”, “rejeição”, etc. Em um discurso complexo, as unidades de sentido se articulam umas com as outras em unidades de nível cada vez maior, até chegar ao sentido global do discurso considerado.

Assim sendo, a verdadeira babel hoje está representada não pela multiplicidade de línguas faladas, mas pela disparidade de significados e valores com que empregamos as mesmas palavras – se, por um lado, vivemos numa “sociedade mundial”, por outro parece claro que não temos um mundo comum.

### 3.4 Linguagem e Trabalho

Um dos traços definidores do ser humano é, sem dúvida, a geração, o uso e a manutenção de meios de trabalho que lhe assegurem a sobrevivência, a produtividade e a sua afirmação perante o seu grupo social. O trabalho está, portanto, na base da formação, e nos anseios de todo agrupamento humano.

Por outro lado, o sentido que o trabalho tem para quem o exerce, a forma como o indivíduo capta e se relaciona ao ambiente sociocultural em que se insere a sua atividade – tudo isto fica, de alguma forma, impresso na linguagem. Por isso mesmo, dentre as muitas perspectivas pelas quais se pode estudar o lugar da linguagem no estabelecimento das formações sociais, penso ser muito pertinente discuti-la através de atividades que, a um só tempo, viabilizam a interação do homem com outros membros do grupo e o caracterizam, além de proporcionar a consolidação dos papéis que contribuem para a funcionalidade e o equilíbrio desse mesmo grupo.

Mas seria mesmo a linguagem um caminho, um recurso para a compreensão do trabalho?

Eu diria que sim: a fala dos trabalhadores sobre sua própria atividade pode ser um recurso valioso para que os mesmos trabalhadores, ou pesquisadores interessados no assunto, pensem sobre essa atividade e sobre os fatores que a determinam. No entanto, como afirma Ferreira (1998:90-1), a metodologia de abordagem terá que oferecer condições para que trabalhadores falem sobre um dos temas mais misteriosos do mundo: a atividade rotineira, ou o que fazem no seu dia-a-dia de trabalho. Isto porque, segundo a mesma autora, paira sobre a rotina do trabalho “um silêncio tão mais paradoxal quanto mais se percebe a importância que ela exerce na vida de cada um e na vida de toda a sociedade.”

No entanto, uma reflexão conseqüente sobre a linguagem e o trabalho requer, necessariamente, que se definam os enfoques que se pretende abordar: a linguagem *sobre* o trabalho; a linguagem *no* trabalho ou a linguagem *como* trabalho? Segundo Lacoste

(1998:15), essa tripartição permitiu separar as falas que são provocadas, exteriores à situação de trabalho, daquelas que são comunicação e integram a atividade.

Essa autora informa ainda que a tradição, nessa linha de pesquisa, privilegiou a análise da fala do trabalhador *sobre* a sua atividade. A observação da linguagem na própria constituição da atividade gerou uma mudança também nos métodos de pesquisa: ao invés de se suscitar a fala, passa-se a observá-la em situações reais de trabalho. Por outro lado, diz a autora, reconhecer a fala *como* trabalho implica tomá-la como a *essência* da tarefa.

Lacoste chama, contudo, nossa atenção para o fato de que a fala *no* trabalho não se restringe ao seu papel na atividade operativa. Sua abrangência é muito maior, indo além do plano estrito das tarefas, articulando dimensões múltiplas da vida social. Desse modo, evita-se hoje a oposição fala *no* trabalho X fala *como* trabalho.

A autora comenta, ainda, uma outra distinção bastante generalizada: aquela que se faz entre *fala funcional* e *fala não funcional*. Para ela, essa oposição é reducionista, “pois oculta toda uma ordem de fatos e separa, a priori, coisas que na vida social sempre vêm juntas” (p. 16). A oposição só seria útil, por exemplo, a um ergonômista que tome em consideração apenas a linguagem diretamente ligada a uma tarefa, ou a um sociólogo que foge dessa perspectiva para obter uma visão mais ampliada do fenômeno que observa. Ela acrescenta que a abordagem da fala de ação imediata como objeto de uma “pura ergonomia da tarefa” implica que essa *fala de ação* estaria alheia a toda construção social, o que justificaria o fato de ter sido sempre relegada pelas ciências da significação:

À exceção de casos extremos em que a comunicação se faz por mensagens pré-construídas, cada situação permite marcar as relações intersubjetivas através do jogo dos tempos, dos modos, das pessoas, através das escolhas lexicais, dos esquemas entoativos. Social e intersubjetiva, a fala de ação não é puramente funcional: ela tem também componentes sociolingüísticos. (Lacoste, 1998: 16).

Por outro lado, a *fala social* ou *não funcional* não deve ser entendida como sempre indiferente às tarefas: ao contrário, em parte ela se nutre de eventos do trabalho e permite a elaboração deste num outro plano.

As classificações propostas, contudo, teriam, apenas, valores provisórios diretamente associados ao seu poder de descrição. O fundamental é que se observe o trabalho real – só assim pode se tentar compreender e explicitar a sua complexidade:

(...) para a ação do trabalho como para outras formas de ação social, o método de pesquisa deverá muito à observação atenta e instrumentalizada das práticas cotidianas, pois é nela que se desenvolvem, sem cessar, o entendimento das situações, a iniciativa individual e a compartilhada, a *negociação do sentido*. (p. 19) [grifo nosso].

Mais adiante, Lacoste relaciona também os princípios que têm embasado a sua análise da fala na atividade:

### **1. Caráter local e “situado”**

A ação se constrói, e só pode ser interpretada, em circunstâncias particulares: entre ação e contexto há elaboração mútua, elo de reflexividade.

### **2. Sentido e relação com o dizer**

O sentido da ação nunca é fechado nem definitivamente fixado, mas construído pelo agente, pelos participantes, por algum superior nas relações hierárquicas, etc. O sentido se manifesta na interação com o outro, ele se desenvolve na atualidade da ação.

### **3. Interação e cooperação**

A cooperação está no princípio da construção da ação. É no trabalho, talvez mais que em outro lugar qualquer, que os recursos e os saberes estão divididos, os obstáculos de tempo e espaço exigem a conjunção de forças, as pertinências estão interligadas.

#### **4. Funções da fala na atividade**

A observação das situações de trabalho revela a diversidade dos usos da fala; esses usos contribuem para mostrar que a linguagem, longe de ser estranha ao trabalho, impregna a sua realização.

#### **5. Realizar a ação**

Realizar uma ação é utilizar as circunstâncias e se adaptar a elas – não há tarefa que prescindia do engajamento pessoal daqueles que a efetuam.

#### **6. Modificar a ação**

Uma dada situação pode conduzir a uma postura reflexiva, ou mesmo deliberativa, que levará a uma decisão de transformação: no novo contexto surge um cálculo, uma intervenção explícita sobre os procedimentos, as regras ou os hábitos.

#### **7. Programar a ação**

É necessário se remontar a estágios preliminares da ação. Se algumas atividades se desenrolam num quase silêncio, é porque uma fase de preparação e de encaminhamento as precedeu, é porque um quadro de familiaridade e de entendimento tácito foi criado, permitindo ajustes mútuos implícitos.

#### **8. Coordenar a ação**

Um primeiro grau de coordenação é o da cooperação indispensável para determinadas ações: entrar em acordo a respeito do espaço e do tempo durante uma manipulação conjunta, assegurar-se de que as pré-condições para a ação seguinte estão satisfeitas, distribuir entre si as tarefas para a sua realização.

## 9. Remediar disfuncionamentos

Resolver situações incidentais, tratar disfuncionamentos, improvisar a solução de um problema representam uma parte crescente das atividades de trabalho.

## 10. Avaliar, controlar, criticar

A interação pode atribuir a função da avaliação a um dos parceiros ou construí-la com base num princípio de julgamento conjunto e de negociação: um é encarregado de agir enquanto o outro controla, ou então cada um participa das duas funções.

Lacoste afirma que esses papéis são desempenhados pela linguagem: a) através do seu poder de designação, sua força de evocação de objetos ausentes, de denominação ( e ela chama atenção para o fato de que denominar é também *categorizar e classificar*), e de metaforização; b) através de sua capacidade de marcar as relações temporais, de qualificar o espaço e designar as fronteiras, de mobilizar o passado na situação presente, de pronunciar o futuro; c) através da inscrição das relações sociais. Enfim, a linguagem – quando indica e também quando significa – dispõe de múltiplos recursos para elaborar o universo da ação.

Enfocando as ligações entre os instrumentos de trabalho e a linguagem, D'Onofrio (1998) afirma que essas relações estão na base da operação humana e que, mais que quaisquer outras, marcam os limites com a técnica animal. A fabricação de um instrumento que, por sua vez, fabrica outros instrumentos é chamada por D'Onofrio (1998) de “meta-instrumento”, analogamente ao conceito de “metalinguagem”. A produção de objetos destinados a desenvolver uma função meta-instrumental gera uma capacidade projetiva, de incremento e aperfeiçoamento contínuo.

D'Onofrio (1998:41) concorda, nesse sentido, com a posição de Cirese (*apud* D'Onofrio, 1998), segundo quem esse crescimento necessário de utensílio em utensílio e de projeto em projeto, que faz a espécie humana diversa da espécie animal, tem raízes no fato de que o homem não somente fala do mundo, mas pode falar de seu falar do mundo

(capacidade metalingüística); e não só produz instrumentos que operam o seu mundo, mas produz instrumentos que, por sua vez, produzem instrumentos que operam o seu mundo (capacidade meta-instrumental), com a conseqüente abertura ao infinito da metalinguagem e do meta-instrumento.

A integração entre linguagem e trabalho é considerada como duas faces conjuntas e inseparáveis da realidade- o dizer e o fazer. Segundo D'Onofrio, essa "lógica dos distintos" remonta ao conceito saussuriano de solidariedade sincrônica – como, afinal, essa relação entre a *langue* e a *parole* se manifesta no âmbito da cultura material? Para começar, diz D'Onofrio, essa distinção (entre *langue* e *parole*) se estenderia a todos os sistemas de significação, embora não exista, no âmbito da cultura material, uma noção como a de *langue* que exprima imediatamente a parte social e sistemática, reguladora de toda ação laborativa concreta. Num certo sentido, completa, sobre o processo laborativo se pode dizer, *mutatis mutandis*, que é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade do trabalho (como a *langue* o é da linguagem) e um conjunto de convenções adotadas por um grupo social, para consentir o exercício dessa faculdade pelos indivíduos.

A noção de processo laborativo nos faz chegar ao cerne do problema. Alguns trabalhos (cf. Buttitta, 1998; D'Onofrio, 1998) que investigam as relações entre cultura material e Lingüística têm retomado, nesse sentido, a visão que Hjelmslev (*apud* D'Onofrio, 1998) propõe para linguagem. A *langue* saussuriana é chamada, pelo lingüista dinamarquês, de *esquema*, que é a forma pura da língua. A *norma* é socialmente definida e atua sobre o *uso*, que exprime a atitude lingüística de uma sociedade, no funcionamento individual da *parole*. Hjelmslev substitui, portanto, a dicotomia saussuriana por outra: *esquema/uso*. D'Onofrio diz que o esquema hjelmsleviano pode corresponder, em muitos aspectos, ao conceito de "processo laborativo abstrato", para o qual, independentemente de qualquer manifestação concreta, é possível isolarmos diversos elementos regulares.

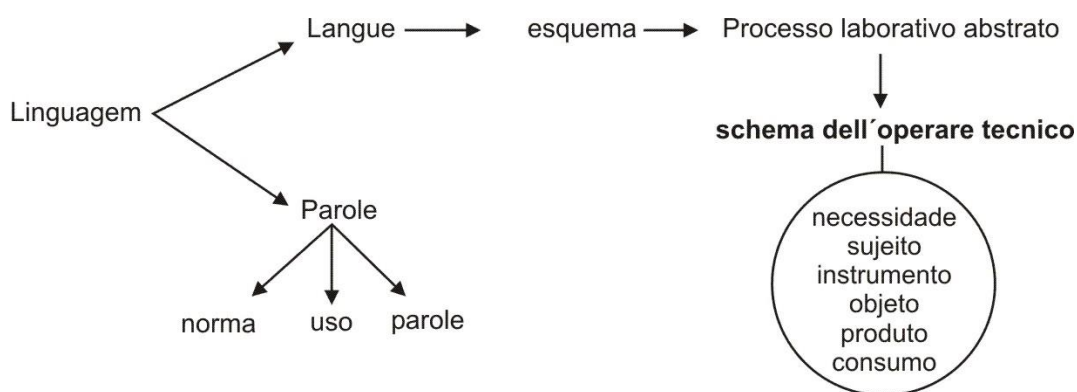
D'Onofrio (1998:45) propõe um **schema dell'operare tecnico**, no qual é possível reconhecer:

- a) a **necessidade** que deslança o processo laborativo;
- b) o **sujeito** que o executa;



- c) o **instrumento** da ação laborativa;
- d) o **objeto** sobre o qual essa ação é exercida;
- e) o resultado final, o **produto**
- f) o ato de **consumo** individual – que representa o alcance dos propósitos do ato laborativo.

Essa classificação pode ser visualizada no seguinte quadro:



Para D'Onofrio (1998), então, o trabalho se configura como uma atividade em que são operadas forças projetivas e ordenadoras da cultura. A natureza social das necessidades humanas faz com que os apetrechos utilizados para obter produtos capazes de satisfazer o processo laborativo sejam culturalmente motivados.

A passagem de um esquema invariante à sua execução varia conforme a cooperação e a organização que caracterizam o trabalho humano. Colocado no centro da relação social da produção, o sujeito se reveste dos atributos que lhe conferem sua identidade. Todos os sistemas de cultura material manifestam esta passagem do nível do **esquema** para o da **norma**, no espaço semântico do sujeito. A caracterização social desse sujeito está intimamente ligada à forma e a outros significados de que vem carregado, em qualquer cultura, o instrumento de trabalho. Enquanto resultado, ele mesmo, de um processo laborativo, o instrumento de trabalho não pode ser redutível à mera soma de materiais e de suas propriedades naturais. Representa, antes, a cristalização de conhecimentos – são

indícios de relações sociais no quadro em que o trabalho se realiza. Por essas características, são como que relíquias, "fósseis" das formações sociais desaparecidas...

D'Onofrio afirma, ainda, que é no nível da ação laborativa que se dá a correspondência mais significativa entre o *sistema da língua* e o *sistema da cultura material*. Como numa frase de linguagem articulada, uma modalidade de ação laborativa raramente se deve a um princípio de combinação individual. Essa possibilidade é mínima, em razão de que as ações laborativas atualizam-se graças a um conjunto de convenções que uma dada época histórica julgou necessário observar graças a uma valoração coletiva que lhe atribuiu um sentido.

Saussure (1987) mesmo pensava que o sintagma não necessariamente estivesse associado no âmbito lingüístico à *parole* – ato individual no qual prevalece a liberdade de combinações. Dessa forma, é possível atribuir à *langue* todos os sintagmas produzidos de forma regular. O esquema implicado na ação laborativa remete para outras relações associativas. Fora da sucessão linear do eixo sintagmático, alguns se associam na memória a outra entidade com que tenham qualquer coisa em comum, formando, como na linguagem, grupo nos quais coexistem relações bastante diversas.

D'Onofrio (1998) discute, sobre essa *série mnemônica virtual* que se forma a partir do instrumento de trabalho, o exemplo do siciliano *zappuni* (enxada). Ele considera que além de ser um instrumento de trabalho, este é, obviamente, um termo da língua que obedece às mesmas regras segundo as quais qualquer palavra pode evocar tudo que é passível de associação, de uma forma ou de outra.

Recorrendo à noção saussuriana, o termo *zappuni* pode associar-se pela sua forma sonora, a: *zappari*, *zappamu*, *zappatilu*<sup>13</sup>, etc. Pode encontrar-se, também, em outras palavras, por analogia ao seu sufixo: *balatuni*, *scarpuni*, *santuriantanuni*,<sup>14</sup> ou, ainda, por analogia ao seu significado – por exemplo, em uma série de termos que indiquem objetos com os quais se revolve a terra.

---

<sup>13</sup> Palavras do italiano dialetal – não disponho de recursos para traduzi-las.

<sup>14</sup> Idem

Existe, ainda, o caso em que um apetrecho evoca um outro por associação funcional, por exemplo, como em *prego/martelo*. Essas associações estão, muitas vezes, na base da elaboração simbólica relacionada às necessidades, ao exercício das profissões.

Outro caso significativo refere-se ao instrumento associado na memória sobre a base de uma organização interna com as partes que o compõem. É o elemento variável que é constituído pelas suas funções, que implicam denominações diversas do objeto base. Identidade estrutural e diversidade funcional são expressos, em linhas gerais, no campo de uma mesma área lingüística, por uma raiz comum e por um sufixo diferente.

O grupo associativo depositado na memória será, retomando o exemplo dado: *zappuni, zappuda, zappa, zappuddicchia*, etc., em que o diminutivo acrescido indica não somente tamanho, mas também um uso diverso do aparelho, mais adequado ao objeto do trabalho que está sendo executado.

D'Onofrio (1998) diz, ainda, que esse tipo de enfoque se torna mais complexo se, ao invés de dados lingüísticos, privilegiamos aspectos funcionais. Se se assume a função como um elemento unificante (mais estável), o paradigma pode associar termos diversos também no sufixo. Isto ocorre, por exemplo, nessas designações para tipos de machado: *cceta, ccittuni, ccittulidda*, que indicam instrumentos de corte diversos, a depender do tamanho da planta a ser cortada.

Esse paradigma poderia, ainda, incorporar *rrunca* (instrumento usado para podar ramos bem pequenos) que, por sua vez, pode, em razão do seu formato e do seu sufixo, associar-se a *rrunchitta* (pequena faca com a qual se cortam cachos de uva).

Para cada paradigma, é possível estabelecer ainda o termo-base, geralmente aquele ao qual se atribui também um valor simbólico. Nesse sentido, diz D'Onofrio (1998), é que, até pouco tempo, antes da introdução da motoserra, o instrumento de trabalho dos carvoeiros sicilianos era, por excelência, a *ccetta* (machado). Usada para o corte das plantas, o seu aprendizado requeria, não por acaso, um cuidado particular que se

estabilizava na memória como o momento significativo da passagem da condição de adolescente para a adulta.

Os diversos momentos do **schema dell'operare tecnico** proposto por D'Onofrio (1998) referem-se, logicamente, a um outro, realizando um encadeamento ao mesmo tempo sintagmático e paradigmático; cada um desses momentos, em razão do uso, é ainda susceptível de resolver-se nos outros. A foice, que é relacionada ao trabalho consumado da ceifa e é também figuração simbólica da morte, se converte em objeto do trabalho do ferreiro, quando este intervém para reconstituir o fio de sua lâmina. Assim, do ponto de vista simbólico, ela se identifica com o produtor, do mesmo modo que o machado para o carvoeiro.

O entrelaçamento de dados lingüísticos e funcionais, dessa forma, pode ajudar a construir o quadro paradigmático dos instrumentos de trabalho. Retomando a quadripartição hjelmsleviana (*esquema/norma/uso/parole*), esta não deve ser entendida no sentido de que cada fato cultural seja enquadrado em um daqueles níveis, mas no sentido de que cada um daqueles níveis está presente em todo fato cultural.

A noção, portanto, de **schema dell'operare tecnico** pode revelar-se bastante útil não somente na documentação de processos laborativos concretos, mas também na sua representação.

D'Onofrio considera que são, pelo menos, duas as ordens temporais implicadas na reconstrução estrutural de um processo laborativo:

- a) um tempo circular, reversível – que mede a duração necessária ao desenvolvimento de um ciclo laborativo completo ou de uma das fases das quais ele se compõe. É o tempo que retorna com as estações e com as formas de trabalho que, tanto na atividade agrícola como na artesanal, dobram o progredir linear e irrepitível da ação laborativa à norma própria da coletividade.

b) um tempo linear irreversível – que registra constância e mutações em qualquer momento do **shema dell'operare tecnico**: no sistema dos instrumentos de trabalho e das necessidades, dos recursos materiais e do consumo (como no caso da substituição do uso do machado para o emprego da motosserra).

Assim vista a questão, o processo laborativo traz implícita uma dupla diacronia: um andamento cíclico, que estaria relacionado ao domínio da *parole*; e um andamento retilíneo, que poderia ser relacionado ao domínio da *langue*. A dificuldade de representação reside no fato de, simultaneamente, e segundo a perspectiva sincrônica que se adote, se dar conta de todos os momentos/estágios do **schema dell'operare tecnico** que interferem nas ações laborativas.

D'Onofrio diz que se pode afirmar que qualquer elemento resultante do corte horizontal sincrônico de um sistema de cultura material possui uma história que poderemos ler operando um corte vertical diacrônico. Assim, pode ser representada, ao mesmo tempo, a execução de um esquema e os fatos de mudança registrados ao longo do eixo das sucessões.

De todo modo, completa D'Onofrio, essa forma de abordar os processos laborativos tradicionais ensina que as representações ajudam não somente a pensar a realidade, mas a entender de que modo a construímos.

### 3.5 Léxico e Ações Laborativas

Já dizia Martinet (1975:178) que o caráter evolutivo das línguas é motivado por pressões internas e externas ao sistema lingüístico. Ele identifica este aspecto dinâmico à evolução das necessidades comunicativas do grupo que as emprega, as quais, por sua vez, relacionam-se diretamente com a evolução intelectual, social e econômica desse mesmo grupo, e o léxico reflete esse fenômeno de forma bastante clara.

Wartburg (1951) também considerou os reflexos que as transformações na cultura material dos povos imprimem à sua língua. Para esse autor, alguns grupos de palavras

são mais susceptíveis que outros às mudanças no seu conteúdo semântico, através dos tempos:

Debe, pues, tomarse cada palabra como una parte de su grupo semántico. Estos grupos son de naturaleza muy diversa. Hay algunos de contornos bastante precisos y que permanecen constantes. Estos grupos dados por la naturaleza son, por ejemplo, las partes del cuerpo, las relaciones de parentesco, los fenómenos atmosféricos, las actividades cotidianas de la vida humana (comer, beber, dormir). Junto a estos hallamos grupos que cambiam totalmente de aspecto en el transcurso del tiempo, tales como la indumentaria, las instituciones estatales, los sistemas de transporte, en fin, todo lo que crea el hombre. (Wartburg, 1951: 262).<sup>15</sup>

Pude comprovar essas idéias através da pesquisa que desenvolvi, entre os anos de 1994 a 1996 (Santos, 1997), sobre o vocabulário empregado por trabalhadores de casas de farinha artesanais. Os dados revelaram que as atitudes dos informantes em relação ao trabalho que desempenhavam, assim como os sentidos que dão a essas atividades, são refletidos nas denominações e nos novos sentidos que, por sua vez, estas assumem no contexto social ao qual estão associadas. As transformações sofridas pelo grupo, em diversos períodos de tempo, também deixaram seus “rastros” no léxico estudado. Nesse sentido, algumas designações para o principal produto das casas de farinha, a farinha de mandioca, são bastantes esclarecedoras

Por exemplo, **farinha de guerra** é uma lexia que se consolidou na língua graças às interpretações do elemento colonizador sobre os costumes dos nossos índios. Encontrei essa designação, por exemplo, no relato de Gabriel Soares de Sousa (s.d<sup>16</sup>: 325). Segundo ele, a farinha era assim denominada porque os “gentios” a levavam consigo quando partiam em jornadas para confrontos com tribos inimigas. Carregavam-na às costas, embrulhadas de tal maneira em fardos de folhas que ainda que “atravessassem rios ou estivessem sob

---

<sup>15</sup> Deve-se, pois, tomar cada palavra como uma parte de seu grupo semântico. Esses grupos são de natureza muito diversa. Há alguns de contornos bastantes precisos e que permanecem constantes. Esses grupos, estabelecidos pela natureza, são, por exemplo: as partes do corpo, as relações de parentesco, os fenômenos atmosféricos, as atividades cotidianas da vida humana (comer, beber, dormir). Junto a estes, temos grupos que mudam completamente de aspecto no transcurso do tempo, tais como a indumentária, as instituições estatais, os sistemas de transporte, enfim, tudo aquilo que é criado pelo homem. [Tradução minha].

<sup>16</sup> O texto de Gabriel Soares de Sousa data de 1587; a edição consultada, no entanto, não é datada.

chuva”, não se molhava. Essa farinha, conta Soares de Sousa, era usada pelos portugueses para sustento de criados e escravos. Nos engenhos de açúcar, acrescenta, era principal fonte de alimentação “em tempo de necessidade”. Também nas viagens marítimas, afirma aquele autor, não havia “outro remédio de matalotagem para se sustentar que não o da **farinha de guerra**” ([1587]s.d.:325).

Gândavo (1858:18)<sup>17</sup>, após caracterizar como “*farinha de pão*” os derivados da mandioca “com que os moradores e o gentio desta Provincia se mantem”, descreve o produto que chama de “**farinha de guerra**”:

A **de guerra** se faz desta mesma raiz, e depois de feita fica muito seca, e torrada de maneira que dura mais de *hum anno sem se damnar*. (Gândavo, 1858:18).

O padre Fernão Cardim (1980:41)<sup>18</sup>, no capítulo em que descreve os vários produtos que os índios desdobravam da raiz da mandioca, também emprega aquela lexia para referir-se a um daqueles derivados:

(...) se faz uma farinha biscoitada que chamão **de guerra**, que serve aos Índios, e portuguezes pelo mar, e quando vão á guerra como biscoito.

Na crônica de Léry (1980:124)<sup>19</sup>, embora não se registre a forma **farinha de guerra** há referência a um tipo de farinha “muito cozida e dura, a que os selvagens chamam de **uhi antan**, usada nas expedições guerreiras por se conservar melhor”.

**Farinha de Copioba** é outra forma que tem história antiga. Ouvi de pessoas mais velhas do lugar que o nome vem do Vale da Copioba, que corta os municípios de São Felipe, Nazaré das Farinhas e Maragojipe, região que ganhou notoriedade no passado graças à grande produção de farinha de mandioca. De lá, antigamente, procedia a farinha de melhor qualidade e, conseqüentemente, de melhor aceitação no mercado. A qualificação *de copioba*, então, passou a ser atribuída aos produtos que apresentassem semelhante

---

<sup>17</sup> A edição original data de 1576.

<sup>18</sup> A edição original data de 1583.

<sup>19</sup> A edição original data de 1587.

padrão de excelência. Hoje em dia, se mantém a utilização dessa lexia para designar a farinha de mandioca de boa qualidade; isto é, de granulação fina, cor amarelada e bem torrada, independentemente da região em que seja produzida.

Outras formas, no entanto, se explicam à luz das relações sociais e econômicas estabelecidas entre os membros da comunidade alvo da pesquisa, o distrito de Vila de Guaí, no município baiano de Maragogipe. Para atestar essa afirmativa, basta verificar as explicações fornecidas pelos informantes<sup>20</sup> que as empregaram. A **farinha de comer** difere da **de vender** porque a fabricação desta última é condicionada pelas exigências do mercado de consumo. Basicamente, dois aspectos diferenciam o primeiro tipo do segundo: a) a **farinha de vender** apresenta uma granulação mais fina: “*Lá em casa a gente faz a farinha de vender mais fina e a de comer mais grossa*” (Inf. 9); b) a **farinha de vender** caracteriza-se pela adição de um produto à base de urucum que lhe confere uma cor amarelada, adequando-a, assim, ao mercado a que se destina:

(...) o produto é amalero, igual dendê, pra ficar amalera a massa.

(Inf. 4)

(...) bota um produto... um pacotezinho que eles compra ; aí joga na massa em antes de enxugar. Aí a mandioca pode ser branca do jeito que for ... quando tira, a massa já tá amarela. (Inf.5)

Tanto os donos das casas de farinha quanto aqueles envolvidos no trabalho desaprovam essa prática em relação à farinha para uso próprio; portanto, não adicionam o pó de urucum à farinha que consomem. Referem-se a essa farinha “impura” como **farinha de produto**, que tem uma conotação pejorativa entre eles.

A **farinha motorizada** é aquela produzida em casas de farinha mais “modernas” para os padrões locais – aquelas que contam com um forno movido por processo mecânico e um motor de maior proporção do que aqueles que são utilizados nas casas de farinha manuais. A farinha produzida nessas casas mais rústicas é, por oposição, chamada de **farinha manual**. À **farinha motorizada** é adicionado o pó de urucum, já que é

---

<sup>20</sup> Os informantes identificados com números pares são do sexo feminino; com números ímpares, do sexo masculino.



produzida em maior escala e se destina à comercialização. Em razão disso, as lexias **farinha motorizada** e **farinha de produto** são empregadas de forma alternativa pelos informantes.

Já o entendimento do uso da forma **farinha de ganho** se associa às relações de trabalho vigentes na comunidade. A informante que a mencionou pertence a um estrato social menos privilegiado, e trabalha nas casas de farinha e roçados locais em troca de uma remuneração que pode se configurar em moeda, uma porção da farinha produzida ou ainda ração para animais. Na localidade, fazer farinha de ganho é fazer farinha para os outros, em troca daquela remuneração. No uso geral, “*de ganho*” pode ocorrer com o mesmo conteúdo semântico – quem *lava roupa de ganho*, por exemplo, o faz como atividade profissional, para garantir o sustento.

Um outro estudo que penso ser esclarecedor em relação a esta discussão é o de Isquierdo (1998). Trata-se de um interessante trabalho sobre o vocabulário do seringueiro do estado do Acre, em que afirma que o exame de um léxico regional caracteriza não apenas a língua, mas o fato cultural que nela se deixa transparecer, perspectiva de análise que favorece uma melhor compreensão do próprio homem e da sua maneira de ver e de representar o mundo.

Em seu trabalho, Isquierdo (1998) considera tão somente o campo léxico da seringa, a atividade básica do habitante da floresta, focalizando, sobretudo, o papel do referente na construção do significado, como ela própria diz: verificando a força exercida pelo contexto extralingüístico no processo de nomeação de um novo elemento da realidade.

É interessante notar que grande parte das formas lingüísticas têm sua origem em formas já existentes, ocorrendo o acréscimo de traços semânticos motivados por condicionantes sócio-culturais muito característicos do meio. Dessa forma, no processo de nomeação dos novos referentes, percebe-se a manifestação da interação entre elementos lingüísticos e extralingüísticos, o que acaba por gerar um significado contextual das diferentes lexias.

Por exemplo, a autora identificou que o trabalhador dos seringais vale-se de verbos que indicam ações próprias do ser humano para nomear diferentes fenômenos relacionados ao processo da coleta. Ela relaciona esta atitude a dois aspectos:

- a) a falta de itens lexicais específicos para nomear as diferentes particularidades inerentes à natureza do trabalho do grupo;
- b) a estreita ligação existente entre o homem/árvore que acaba por motivar uma quase “humanização” da seringueira – única fonte de sustento desse trabalhador – e um forte compromisso com a preservação;

Veja-se o emprego dos verbos *vadiar*, *judiar*, *sangrar* e *sarar*, exemplos citados por Isquierdo (1998: 93-94):

(...) a madêra é grossa... mas é só no risco... a senhora divide ela... eu meço assim... um pano e dois... dêxo esses dois **vadiano...** passa ocupano... aí isso aqui é a bandêra... é o pano que fica **vadiano** né...o pano que eu tô trabalhano... (INQ3, Inf.05)

(...) aqui tem uma seringuêra... se ele **judiá** ela... ela morre né... aí entonce ele... pra ele achá ôta pa colocá no canto daquela... aí fica difice. (INQ2, Inf.02)

(...) mais tem a arvre né a gente vai buscá donde tivé... a gente **sangra** né... pra tirá o leite né... (INQ1, Inf.04)

Quano aquela ôta... tá aquela arriação tá seca... saiu aque... quela casca no risco... ela **sara...** todinha... aí desce aquela casca todinha... (INQ2, Inf. 4)

Em outra situação, pode-se observar uma tentativa de “humanização” de um elemento da natureza. Ao invés de dizer que o látex se perdeu com a chuva, o informante afirma que *a chuva tomou o leite*:

(...) a **chuva vem... toma o leite...** mela o caminho... toma porque a chuva vem e enche a tigela d’água... aí derrama o leite todim... aí derrama o leite todim... aquelas tigela chêa d’água... (INQ2, Inf. 07)

A mudança de perspectiva na exposição do fato espelha bem a força da ação imputada à chuva, um elemento determinante na orientação do sistema de vida do homem da mata.

Um outro trabalho que trata da linguagem como mediadora na construção dos sujeitos sociais é o de Silva (1998), segundo quem o conteúdo da experiência histórico-social não se consubstancia tão somente nas coisas materiais produzidas pelo homem, mas generaliza-se e se reflete na verbalização da linguagem, nas formas de expressão. São, portanto, as necessidades comunicativas, surgidas na dinâmica das interações sociais, que condicionarão um uso lingüístico específico. Numa situação de trabalho, diz a autora, essa relação é potencializada pela própria natureza pragmática da interação.

Em razão disso, Silva afirma não ser um exagero dizer que a linguagem demarca não somente o mundo conhecido, mas também o que está por conhecer, e que se incumbe de organizar “o cenário” para a atuação dos indivíduos. Vai além, afirmando que “o espaço vivencial de um indivíduo se espria até onde a sua capacidade expressiva o conduz” (1998:172). Essa capacidade expressiva será condicionada e refletirá o ideário e a experiência desses indivíduos.

Assim, quando observamos um determinado uso na língua, testemunhamos o fato de que “o homem e o mundo se encontram no signo, na palavra vitalizada na concretude dos significados urdidos pela aventura vital”. A palavra será, portanto, a ponte posta entre um e outro membro empenhados na funcionalidade de uma comunidade lingüística, no caso específico, num grupo de trabalho.

A esse respeito, a pesquisa empreendida pelos que elaboraram o *Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro* mostra resultados interessantes. Os informantes foram selecionados a partir do estabelecimento de três faixas etárias (A, B e C) e conforme o seu ambiente de atuação profissional: fluvial, lacustre ou marítimo. Silva (1998) diz, por exemplo, que o ato de apreensão do pescado é predominantemente denominado de *pescar*, mas a faixa A fluvial designa o mesmo processo como *pegar*.

Segundo a autora, essa escolha evidencia o distanciamento do jovem da prática dessa atividade, “de poucas perspectivas e muitas agruras”, nela permanecendo por absoluta falta de opção e até que surja “coisa melhor pra fazer”. A pesquisa identificou que os informantes mais jovens são os que menos operam com termos específicos, preferindo fazer uso de “designações banalizadas do seu fazer”. A faixa intermediária (B) foi a que propiciou a recolha mais significativa do vocabulário específico: apresentou o dobro das designações encontradas na faixa A e superou significativamente o índice da faixa C. Essa situação, no entender de Silva, se configura em razão de ser a faixa B a que está em pleno exercício profissional.

Outra conclusão interessante é a que se refere ao índice de ocorrência de algumas classes gramaticais em detrimento de outras. Os profissionais do mar, por exemplo, empregam com maior frequência *formas verbais* em razão da multiplicidade de ações necessárias para a realização de suas atividades. A autora diz ter lhe causado espécie o limitado elenco de adjetivos e advérbios com que operam. Uma das explicações é o fato de, segundo se observou, o homem do mar passar longos períodos em silêncio, atento aos procedimentos da pesca. Essa constatação mostra a clara interferência das experiências psicossociais de um indivíduo nas formas lingüísticas com as quais representa o mundo à sua volta. São evidências de que um trabalhador, ao empregar processos de denominação, deposita no vocabulário resultante desses processos as marcas de seu sistema de valores, de suas experiências cotidianas.

Para ilustrar, reproduzo aqui o quadro constante do trabalho de Silva (1998:176):

<b>PERSONIFICAÇÃO</b>	<b>ZOOMORFIA</b>	<b>REIFICAÇÃO</b>
peixe sabido	barco voa nas ondas	pescador enferrujado
barco capaz	o mar devora seus filhos	homem estragado
rio revoltado	o pescador urra por direitos	sujeito carunchado

Analisando o quadro, a autora afirma que o pescador “dramaticamente consciente de seu desvalor social, atribui-se, e aos seus camaradas, qualificações usualmente empregadas como adjuntas a animais e coisas, enquanto que para o rio, o barco, o peixe, concede apanágio de pessoa” (1998:176).

Imagino que um conjunto maior de dados possa confirmar essa idéia, mas fico inclinada a pensar que as denominações positivas ou negativas dependerão, em grande medida, da natureza das experiências pontuais relacionadas aos enunciados produzidos. Que designação, por exemplo, serviria para nomear um pescador que tem dado sorte em suas pescarias, sempre retornando com muitos peixes de suas viagens? Seria ‘pescador sortudo’? Ou como eles chamariam um pescador que demonstra bastante destreza no manuseio de um barco e de seus instrumentos de trabalho? Seria ele um pescador ‘sabido’, ‘tinhoso’?!

Por outro lado, Silva (1998) identifica que o pescador, dentre todas as ambiências que o cercam, e os respectivos assuntos, elege aquilo que está mais estreitamente ligado à sua labuta diária, ficando em última instância o que se refere às coisas da terra: o porto, o ancoradouro, o local onde conserta a rede ou vende seu pescado. A este respeito, Silva (1998:177) conclui:

Indubitavelmente, o mar, o rio e a lagoa passam a constituir o chão desse homem que tão bem entende o discurso das intempéries e os segredos das águas.

Vemos, portanto, que mesmo quando as relações de trabalho estão fortemente moldadas pela manipulação conjunta de objetos, pela proximidade espacial, pela comunicação corporal, a linguagem continua sendo um elemento essencial. Assim, por sua riqueza semântica, suas ressonâncias, sua abertura para a interpretação, a fala é o modo de construção privilegiado de relações na experiência de trabalho.

Sob a perspectiva apresentada, eu diria que estudar a linguagem nas atividades e em torno delas é, pois, atribuir à natureza da atividade de trabalho complicações que lhe são inerentes – o que não ocorre quando se parte de concepções mais estritamente instrumentais

– e nela introduzir a relação com o tempo, com o outro, com o coletivo. E este é um estudo tão intrincado quanto instigador. Sobretudo, porque aproxima o saber, a capacidade de interpretação acadêmica aos saberes do homem comum, que apenas vê no trabalho a abençoada oportunidade de existir como sujeito participativo, que dá o suporte necessário à manutenção da célula social à qual está ligado; tendo a linguagem como um valioso instrumento que lhe permite representar a sua realidade e a sua percepção dela própria.

### 3.6 Signo lingüístico e realidade extralingüística

Um dos muitos caminhos trilhados pela Lingüística para abordagem do significado lexical, a teoria do campo léxico é discutida por Geckeler (1971), à luz de uma Semântica estrutural moderna. Inicialmente, esse autor esclarece conceitos que considera básicos para a compreensão da teoria: as noções de *significação* e de *designação*, acatando a caracterização (proposta por Weisberger, em 1927), que dizia ser a *significação* um conceito relacional. Essa visão encontra eco nas “definições operacionais (ou contextuais) do significado” de Ullmann (1964:134), baseadas nas “investigações filosóficas” de Wittgenstein (1984), para quem, não cabe indagar sobre os significados das palavras, mas sobre as suas funções práticas, ou seja, o significado de uma palavra é o seu uso na língua:

O que designam, pois, as palavras dessa linguagem? O que elas designam, como posso mostrar isso, a não ser na maneira do seu uso? (...) Pense nas ferramentas em sua caixa apropriada: lá estão um martelo, uma tenaz, uma serra, uma chave de fenda, um metro, um vidro de cola, pregos, parafusos. Assim como são diferentes as funções desses objetos, assim são diferentes as funções das palavras ( Wittgenstein, 1984: 13).

Posicionamentos como esses evidenciam uma afinidade notável entre o pensamento de Wittgenstein e a Lingüística contemporânea (Ullmann 1964). Contudo, pontua Geckeler (1971), a Lingüística Moderna não é pioneira nessa forma de considerar a significação: desde a Antigüidade Clássica (com os estóicos), passando pela Idade Média (com Santo Agostinho), se identificavam os seguintes componentes da significação: o signo lingüístico; o plano da expressão; o plano do conteúdo e a realidade extralingüística. Mais tarde, encontramos a célebre dicotomia saussuriana (significante e significado) definindo o signo lingüístico como unidade que se opõe ao contexto exterior ao sistema lingüístico.

Assumindo que entende que os lexemas funcionam em campos léxicos, Geckeler (1971) define a *significación* (referindo-se ao significado léxico) como relações no plano do conteúdo, relações entre *significados*.

O conceito de *designación* é entendido por Geckeler (1971) como “ la relación de signos lingüísticos en su totalidad com <objetos> de la realidad extralingüística<sup>21</sup>” (p. 93). E tão árdua quanto relevante é a tarefa de delimitar o que pertence à esfera do significado lingüístico e o que pertence ao conhecimento das coisas. Isso se deve, segundo Geckeler, à proximidade da função léxica com a realidade designada pelos lexemas:

pues el vocabulario es la última capa lingüística anterior al paso de la realidad, es decir, representa la capa de la lengua que está en unión inmediata con la realidad extralingüística (Geckeler, 1971: 215).<sup>22</sup>

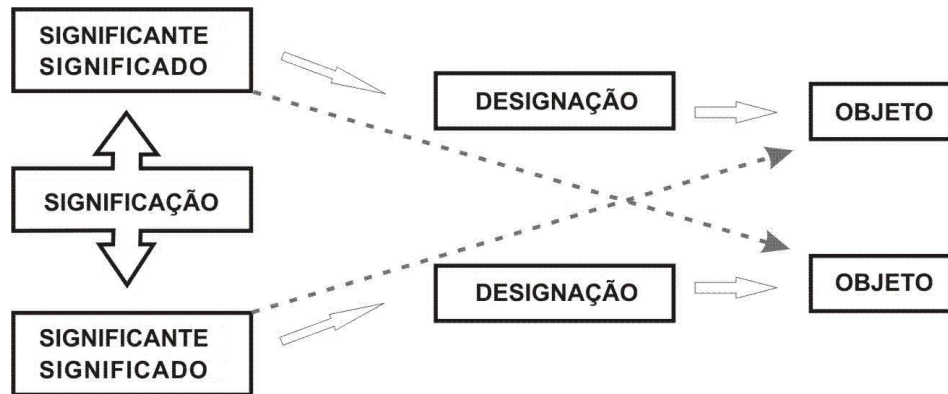
Em relação a isso, um caso exemplar é o de um vocabulário técnico, terminológico (como o da carpintaria naval), uma nomenclatura que não foi estabelecida a partir da evolução da língua, mas sobre a base da realidade extralingüística, dos objetos da área correspondente. Por isso mesmo, concorda Geckeler (1971), os significados das terminologias são conhecidos na medida em que se conhecem as ciências e as técnicas aos quais se associam os termos técnicos e não na medida em que se conhece a língua.

---

<sup>21</sup> “a relação de signos lingüísticos em sua totalidade com “objetos” da realidade extralingüística”.

<sup>22</sup> “pois o vocabulário é a última capa lingüística anterior à realidade; quer dizer, representa a capa da língua que está em união direta com a realidade extralingüística [Tradução minha]”.

A relação entre *significação* e *designação* é assim ilustrada por esse autor:



Geckeler prossegue estabelecendo algumas distinções entre *significação* e *designação*: a) em princípio, apenas são estruturáveis as relações de *significação*; b) a *designação* de um objeto determinado é um fato do discurso; a *significação* é um fato da língua; c) do ponto de vista sincrônico, as relações de *significação* são constantes, enquanto que as de *designação* concreta são variáveis; d) a *designação* pode ser metafórica, mas não a *significação* (do ponto de vista sincrônico e distintivo).

Citando um trabalho de Coseriu<sup>23</sup>, Geckeler torna ainda mais claras essas distinções. Para o lingüista romeno, a *designação* por meio da língua é algo secundário, condicionado – uma possibilidade que só se realiza por meio da *significação*. Sendo assim, a *significação* pode ser entendida como a virtualidade da *designação*. Essas são, portanto, funções lingüísticas completamente distintas: a *significação* é conceitual, ao passo que a *designação* é material. Em razão disso, o estudo das estruturas léxicas proposto por Geckeler procura dar conta das *relações significativas* às quais chegamos, afirma ele, através das *relações designativas*.

<sup>23</sup> Das Phänomen der Sprache und das Daseinsverständnis des heutigen Menschen, Pädagogische Provinz, 1967, p. 11-28.



O trabalho de Jost Trier<sup>24</sup> é tido por alguns lingüistas como fundamental para a Semântica moderna (Cf. Ullmann, 1964, Geckeler, 1971, Lyons, 1977): a teoria proposta por ele recebe, na literatura especializada, uma certa variedade terminológica, justificada pela sua própria indefinição no emprego de termos como “campo” (al. *Feld*), “área” (al. *Bezirk*), “campo lexical” (al. *Wortfeld*) ou “campo conceitual” (al. *Sinnfeld*). O termo “campo semântico” (ing. *semantic field*; al. *Bedeutungsfeld*) foi evitado pelo próprio Trier, embora amplamente empregado por semanticistas que o sucederam.

No capítulo em que discute a teoria do campo léxico, Geckeler (1971) mostra que o conceito de campo já se encontrava em alguns trabalhos de lingüistas alemães e suíços, anteriores às formulações de Trier,<sup>25</sup> principalmente em Ipsen (1924), Jolles (1934), Porzig (1934), (*apud* Geckeler, 1971). Mas as origens e o ponto fundamental da noção de campo estão nas idéias de Humboldt, no século XIX, para quem a *articulação* é a característica mais geral e mais profunda de toda a língua (cf. Geckeler, 1971:118; Lyons, 1977: 250).

As idéias de Trier foram desenvolvidas posteriormente por seus alunos, particularmente por L. Weisgerber, com quem Trier associou-se ainda nos anos 30. Essa associação foi bastante produtiva para a Lingüística, uma vez que Weisgerber se tornou líder do movimento *Sprache und Gemeinschaft* (Linguagem e Sociedade), responsável pela maior parte das publicações da chamada Teoria dos campos Trier-Weisgerber.

Como acontece em outras áreas da Lingüística, as idéias “novas” bebem em “velhas fontes” – além da fonte humboldtiana, Trier adota a noção saussuriana de língua como um sistema, tendo o mérito de ser o primeiro a aplicar esse princípio ao estudo do vocabulário. As idéias de *totalidade*, de *articulação* e de *estrutura* são as “estrelas condutoras” do trabalho de Trier, que, segundo Geckeler (1971:118):

---

<sup>24</sup> O trabalho em questão é *Der deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes. Die Geschichte eines sprachlichen Feldes*. Heidelberg, 1931.

<sup>25</sup> Conferir “Los comienzos de la teoría del campo”, em Geckeler, 1971: 100-116.

concebe el vocabulario de un estado lingüístico sincrónico como una totalidad semánticamente articulada, estructurada precisamente en “campos léxicos”, que pueden estar entre sí en una relación de coordinación o jerárquica<sup>26</sup>.

Por outro lado, acrescenta Geckeler (1971), campo léxico (ou campo lingüístico de signos), uma estrutura articulada, está subordinada a um complexo conceitual, mais ou menos fechado. O emprego efetivo das palavras distintas que compõem esse campo léxico é orientado pelo sistema e pelos falantes de uma dada comunidade lingüística, em situações de uso também específicas.

Além disso, a interpretação de um determinado item lexical dependerá de sua relação com as palavras “vizinhas” (para usar um termo do próprio Trier) e de sua *integração* com o conjunto da “envoltura léxica”, da “capa de signos” que se superpõem na esfera conceitual, como um verdadeiro mosaico . Sendo assim, as palavras estão num campo em mútua dependência: *cada palabra adquiere su determinación conceptual a partir de la estructura del todo* (Geckeler, *op. cit.*, p. 119).

Outro aspecto fundamental para a teoria em discussão é o fato de que todo o campo de signos léxicos deve estar presente, como uma imagem psíquica, para a compreensão de um signo léxico individual: (...) *Si el oyente quiere entender, debe tener presente el número y situación de los signos lingüísticos de este campo conceptual sin pronunciarlos* (Geckeler, *op. cit.*, p. 120). As noções de “campo léxico” e “campo conceitual” não estão claramente definidas no trabalho de Trier e Weisgerber; no entanto, Geckeler intui ser o *campo conceitual* o “lado semântico” do *campo léxico*.

Além das noções saussurianas de *sistema, estrutura, articulação, presença e ausência*, percebe-se na Teoria do Campo Léxico as noções de *valor e oposição*: reconhece-se e delimita-se o valor de uma palavra na medida em que esse valor se opõe ao de palavras vizinhas. O conteúdo designativo de um signo, portanto, dependerá da posição

---

<sup>26</sup> “concebe o vocabulário de um estado lingüístico sincrónico como uma totalidade semanticamente articulada, estruturada precisamente em “campos léxicos”, que podem estar entre si em uma relação de coordenação ou hierárquica” [Tradução minha].

que esse signo ocupa dentro do conjunto dos demais signos que dele se aproximam semanticamente. (Cf. Geckeler, *op. cit.* p. 120).

A articulação hierárquica do vocabulário é outro ponto relevante para a teoria: na língua tudo é articulação – as palavras se articulam a partir do campo e os campos, por sua vez, se articulam a amplitudes superpostas e assim sucessivamente até o todo da língua. Outra propriedade fundamental do campo seria cobrir sem lacunas, em qualquer momento da língua, uma seção da visão de mundo de membros de uma comunidade.

É em 1934<sup>27</sup> que Trier dá uma definição geral de seu conceito de campo, apoiada no princípio da articulação: campos são as realidades lingüísticas vivas, situadas entre as palavras individuais e o conjunto do vocabulário, que, enquanto “totalidades parciais” têm como características comuns com a palavra o articular-se (al. *ergliedern*), e o organizar-se (al. *ausgliedern*) com o vocabulário, em graus hierárquicos distintos.

Foi Weisgerber quem alçou as idéias de Trier à esfera da teoria lingüística geral. Baseado em Humboldt, que concebe a língua como uma atividade (*energeia*) e não como uma obra (*ergon*), Weisgerber distinguiu uma análise lingüística “estática” (método gramatical, aplicado à forma) e outra “energética” (método plenamente lingüístico, aplicado ao rendimento e aplicado ao efeito). Vemos aqui uma interessante inserção do contexto externo num modelo de investigação lingüística, ventilando um pouco a predominante atmosfera da análise formal, já que para Wiesgerber:

La mayor importancia de la idea del campo es la de haber llegado a ser el concepto metodológico central de la investigación aplicada al contenido lingüístico y, al mismo tiempo, **la clave para el descubrimiento de una visión lingüística del mundo** [grifo nosso] (Geckeler, *op. cit.* p.127)<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> Geckeler afirma ser essa uma citação de Trier no artigo *Das sprachliche Feld. Eine Auseinandersetzung*, cuja data ele não especifica.

<sup>28</sup> A maior importância da idéia do campo é a de ter chegado a ser o conceito metodológico central da investigação aplicada ao conteúdo lingüístico e, ao mesmo tempo, a chave par o descobrimento de uma visão lingüística do mundo. [Tradução minha].

Concordando com Trier, Weisgerber entende que a idéia fundamental para uma análise por campos é a organização a partir de um *todo conceitual superior*; além disso, a sua noção de campo diz respeito *aos grupos de la lengua materna cuyos miembros alcanzan una determinación mental por su relación recíproca*<sup>29</sup> (Geckeler, op. cit. p. 128). Essa *determinação mental* se identifica com a “imagem psíquica” definida por Trier.

No desenvolvimento de sua teoria, Weisgerber aponta como tarefa principal de uma investigação por campos a de destacar os pontos de vista que desempenham um papel na estrutura lingüística de uma esfera da vida. Assim, ele define três campos léxicos, diferenciados segundo o domínio ao qual pertencem:

- a) Campos léxicos do domínio dos *fenômenos naturais*;
- b) campos léxicos do domínio da *cultura material*;
- c) campos léxicos do domínio do *espiritual*.

Os campos léxicos do *domínio espiritual* ocupam um lugar especial nas idéias de Weisgerber, porque, para ele, enquanto nos campos do domínio da natureza encontramos respostas do homem aos estímulos externos, o vocabulário do domínio do espiritual representa melhor a aproximação com o “entremundo espiritual”, uma vez que só podemos compreender a essência dos *objetos espirituais* através da língua.

Weisgerber (*apud* Geckeler, 1971) procura dar um enfoque prático<sup>30</sup> ao seu modelo teórico, mas sem elaborar um método lingüístico, propriamente dito. E essa é uma das críticas que Geckeler (1971:130) faz à sua abordagem. Uma outra limitação, a falta de precisão terminológica, é parcialmente corrigida na década de 50, quando Weisgerber define o conceito de *esfera conceitual*: tratar-se-ia de uma parte da visão lingüística do mundo, relativamente independente, para cuja delimitação concorrem condicionamentos intra e extralingüísticos. Essa esfera seria um espaço sistemático para a ordenação das

<sup>29</sup> “aos grupos da língua materna cujos membros alcançam uma determinação mental, por sua relação recíproca” [Tradução minha].

<sup>30</sup> Por exemplo, Weisgerber distingue alguns estratos de articulação: a) os *campos unidimensionais*: a “articulação linear”: e.g. as qualificações escolares e as séries numerais; a “articulação em superfície”: e.g. o campo das palavras de parentesco no alto alemão moderno; a “articulação em profundidade”: e.g. o cone cromático; b) *campos pluridimensionais*: e.g. a expressão lingüística dos verbos que expressam a morte. (Cf. Geckeler, 1971:129)

apreensões lingüísticas (enfoque “energético”, oposto ao conteúdo lingüístico “estático”). Por outro lado, a *esfera conceitual* estaria acima do *campo léxico*, a fim de sistematizar as reflexões sobre a gramática e os conteúdos semânticos, e evitar, nas palavras de Geckeler (*op. cit.* p. 133), “a sobrecarga do conceito de campo léxico, com sua idéia fundamental de articulação e delimitação recíproca, diante de outros tipos de apreensão lingüística”.

Até aqui foram discutidos alguns princípios essenciais da Teoria do Campo Léxico que o identificam como uma estrutura lexemática:

- a) o princípio da totalidade;
- b) o princípio da ordenação;
- c) o princípio da determinação recíproca;
- d) o princípio da integridade;
- e) o princípio da diferenciação; e
- f) o princípio da ausência de lacunas.

Não foram poucas as críticas formuladas ao modelo de Trier e Weisberger<sup>31</sup>, embora boa parte dos críticos se dirija ao primeiro lingüista e esqueçam de que foi o seu seguidor quem desenvolveu e colocou a Teoria do Campo Léxico no âmbito das discussões teóricas da Lingüística moderna. Não pretendo aqui elaborar uma exaustiva revisão das críticas à teoria, apenas esboço alguns aspectos levantados por Lyons (1977) em sua avaliação geral da teoria denominada por ele de *theory of semantic fields* (teoria dos campos semânticos).

Lyons (1977) salienta que ainda está por ser feita, em relação a uma teoria dos campos (*field theory*), uma formulação mais explícita dos critérios de definição de um campo léxico (*lexical field*). Além disso, os teóricos (*field-theorists*) que têm se dedicado aos campos semânticos concordam com o fato de que a maioria dos campos lexicais não são tão ordenadamente estruturados ou nitidamente separados uns dos outros como Trier sugeriu em sua teoria – e essa deficiência torna difícil a formalização de uma teoria de

---

<sup>31</sup> Para uma bem fundamentada discussão de algumas críticas dirigidas à Teoria do Campo Léxico, conferir o capítulo *Crítica y Defensa del Campo de Tipo Trier-Weisgerber*, em Geckeler, 1971: 210.

estruturas semânticas. Por outro lado, embora, para Lyons (1977), “vagamente formulada”, a teoria dos campos mostrou a sua validade enquanto um guia geral para a pesquisa em semântica descritiva. Ainda, é inquestionável que a teoria abriu caminhos para a compreensão das formas pelas quais os lexemas de uma língua se interrelacionam semanticamente. Quanto a essa questão, Lyons (1977:268) sugere :

The fact that it has not been, and perhaps cannot be, formalized would be a more damaging criticism, if there were available some alternative theory of the structure of vocabulary which had been formalized and which had been tested against an equal amount of empirical evidence; and this is not yet the case<sup>32</sup>.

Nesse sentido, Lyons (1977) tenta fornecer uma noção mais precisa do que seja um campo lexical. Para ele, num dado sistema lingüístico, pode-se dizer que lexemas e outras unidades lingüísticas que estiverem semanticamente relacionadas pertencem ou são membros de um mesmo campo; e um campo cujos membros sejam lexemas é um campo lexical (*lexical field*). Assim sendo, um campo lexical é um subconjunto do vocabulário (*lexicon*) estruturado paradigmática e sintagmaticamente.

Lyons (1977) conclui a sua breve avaliação enfatizando dois aspectos teórico-metodológicos que vinham marcando as pesquisas em semântica da teoria dos campos, e sobre os quais há uma relativa concordância: o primeiro é a necessidade de se considerar o contexto (intra e extralingüístico) no qual as palavras ocorrem; o segundo é a impossibilidade de se estudar o vocabulário de uma língua independentemente de sua estrutura gramatical.

Por sua vez, Geckeler (1971) identifica uma base intuitiva nas investigações de campos léxicos, em razão de não existir um método bem elaborado, com procedimentos lingüísticos. Da busca desse método se ocupa Coseriu, há algum tempo, em seus trabalhos por uma Semântica Estrutural. Isto porque vê nesse caminho (estrutural) a possibilidade de

---

<sup>32</sup> “O fato de que ainda não foi, e talvez não possa ser, formalizada [a teoria dos campos léxicos] seria uma crítica mais nociva se houvesse uma teoria alternativa sobre a estrutura do vocabulário que fosse formalizada e testada com um igual conjunto de dados – e ainda não é o caso”. [Tradução minha].

aprofundamento e desenvolvimento da Teoria dos Campos. Ele propõe que esta se alie ao princípio das oposições *funcionais* e à análise lingüística por *traços distintivos*.

Também discutido por Coseriu (1987), o campo léxico é considerado como um paradigma léxico que tem origem na distribuição de um contínuo de conteúdo léxico em diferentes palavras (unidades) da língua, e que estão reciprocamente em oposição mediante traços distintivos de conteúdo simples. Geckeler vê esse conceito como uma ampliação da teoria de Trier-Weisgerber, além de revelar a introdução de uma “terminologia coerente e, sobretudo, o emprego de um método baseado em procedimentos lingüísticos” (p. 232).

Segundo a concepção coseriana, são três os conceitos fundamentais para uma análise do campo léxico:

- a) lexema: toda unidade dada na língua como palavra simples, do ponto de vista do conteúdo (e.g.: no campo dos adjetivos para idade: velho, ancião, idoso, jovem, novo, etc.);
- b) arquilexema: unidade que corresponde a todo o conteúdo de um campo léxico;
- c) semas: traços semânticos mínimos distintivos na análise de um conteúdo (e.g.: cadeira: “com assento”, “com encosto”, “para uma pessoa”, “com quatro pés”, etc.).

Pode-se observar que esses conceitos derivam do modelo fonológico estabelecido pelos lingüistas da Escola de Praga, aplicáveis também a outros níveis da língua (morfológico, sintático e semântico). Para uma análise lexical, os traços sêmicos são considerados como unidades teóricas construídas a partir da comparação de lexemas (Cf. Vilela, 1994:25); esse tipo de análise por *traços mínimos distintivos de conteúdo* (semas) e em *dimensões* pode conduzir à identificação do conteúdo de um lexema, bem como das relações existentes entre esses lexemas, e com outros do mesmo campo.

Vilela (1994) entende que as *dimensões* e o modo de funcionamento das oposições caracterizam a estrutura interna dos campos lexicais, além de revelar, de forma mais ou menos estruturada, como o léxico está construído. Por exemplo, diz Vilela (1994:34), num determinado campo uma dimensão pode ser realizada por lexemas primários, como

acontece com a dimensão “sexo” em ‘rapaz:rapariga’, ‘cavalo:égua’; ou não se realizar lexematicamente, como em ‘águia’, ‘crocodilo’, ‘cobra’, etc.

O conceito de *dimensão* também é interessante para entender os princípios sobre os quais o léxico se estrutura. Esse aspecto é ilustrado por Vilela (p.35) com a dimensão “maturidade”: esta pode se realizar através de diminutivos, como em ‘lobo-lobinho’, ‘perdiz/perdigão-perdigoto’; ou recorrendo a lexemas primários, como ‘homem-rapaz-criança’, ‘galo-frango-pinto-pintainho’. Vê-se aqui que o léxico primário e o léxico secundário (palavras derivadas) se condicionam e se complementam mutuamente. Mais ainda, se existe um lexema primário que realize determinada dimensão (por exemplo, “instrumento” em ‘cabecear’), há restrição à formação da palavra derivada (‘telefone-telefonar’, ‘serra-serrar’, mas ‘vassoura-varrer’).

Do ponto de vista estrutural, este estudo se ocupa dos conteúdos dos lexemas, ou seja, das unidades léxicas e dos significados que elas veiculam, observando tanto as relações paradigmáticas quanto as sintagmáticas. O que aqui procuro é compreender um uso lingüístico tanto do ponto de sua estrutura, que se relaciona à estrutura geral da língua portuguesa, como de sua atualização num contexto sócio-histórico tão específico, que é o caso do vocabulário da carpintaria naval.



#### **4. Cada um tem seu dom de coisa pra aprender: designações para a hierarquia nos estaleiros**

Um aspecto cujo entendimento é basilar para a consideração do universo dos carpinteiros navais é a estrutura hierárquica nos estaleiros. Vimos que alguns fatores externos têm, ao longo dos anos, interferido nos rumos da atividade de construção naval; dentre eles, a fiscalização das organizações ambientais sobre a exploração de madeiras, e as mudanças nos sistemas de transporte de passageiros e escoamento de mercadorias. Essas modificações atuaram também sobre os papéis sociais desempenhados pelos membros das comunidades envolvidas com a construção naval e, conseqüentemente, interferiram na estruturação dos próprios estaleiros, incluindo a sua organização hierárquica.

Como não poderia deixar de ser, todos esses rearranjos no sistema social e cultural estão refletidos no uso lingüístico. Particularmente, discutirei aqui algumas intersecções entre os modelos socioculturais vigentes e o âmbito semântico-lexical, no que se refere às designações para os componentes da hierarquia; para as ferramentas que simbolizam a tradição da carpintaria naval (a suta e o graminho); e alguns processos de denominação da realidade dos carpinteiros navais.

Concordando com Geckeler (1971), considero nesta análise a *designação* como a relação dos signos com objetos e fatos da realidade extralingüística. O *significado léxico* é, por sua vez, contemplado tanto do ponto de vista de sua relação com outros elementos do sistema lexical da língua como em relação ao entorno extralingüístico dos dados analisados. Veremos que, ao lado da evolução histórica dos itens lexicais na língua, a conformação sociocultural determinou novas significações para os itens considerados.

Além disso, entendo o vocabulário como sendo tão dinâmico quanto os reveses das marés do litoral do Baixo Sul. E essa característica lhe é conferida pelo contato seu direto com o real, ou seja, por *ser a capa da língua que está em união imediata com a realidade exterior ao sistema lingüístico* (Geckeler, 1971:215).

Busco, assim, alcançar as *relações significativas* por meio de *relações designativas* (Geckeler, 1971), motivadas também pelo contexto situacional. Os significados são aqui interpretados à luz das complexas redes de relações entre os próprios sujeitos; entre os sujeitos e os mecanismos sociais a eles impostos; entre o vocabulário específico da carpintaria naval e a língua comum; entre os sujeitos, numa dimensão diatópica; e entre os sujeitos e os esquemas operacionais de sua atividade laboral.

A idéia é , como ensina Geertz (1989:10), compreender, e não apenas descrever; identificar a sistematicidade sem reduzir as particularidades do grupo sob estudo.

#### **4.1 Às margens do Rio Una: designações para a hierarquia nos estaleiros de Valença**



**Estaleiro do Mestre Valmiro, em Valença.**

Em Valença, embora um tanto ignorada pelos poderes públicos e em franca decadência, a Arte ainda tem uma certa aura de grandiosidade, de tradição entre os que a praticam, embora lamentem o seu declínio, como o faz o Mestre Zé Crente:

(01) O nosso trabalho, professora, era pra ser mais valorizado... eu não ganho nada aqui, minha irmã... é pouquinho! (...) Eu não sei o porquê... como nós vê, de tudo tem aí com abundância, mas... nossa construção naval em Valença acabou! Não dá pra sobreviver, não...

Apesar da situação desfavorável, os Mestres mais antigos ainda desfrutam de prestígio entre os carpinteiros, notadamente os mais jovens. Eles são consultados quando há alguma dúvida sobre um cálculo no graminho ou a construção de uma peça mais importante para a embarcação. Diz Mestre Valmiro que os estaleiros se comunicam bastante e trocam idéias e ferramentas quando precisam um do outro.

Interpretar o conteúdo semântico das designações para os participantes dos processos de construção de uma embarcação<sup>33</sup> é tarefa das mais interessantes, visto que, para tanto, é total a dependência da compreensão dos papéis desempenhados pelos sujeitos dos diferentes níveis hierárquicos em um estaleiro. Neste caso específico, os significados que costumamos atribuir a esses termos no uso comum da língua têm um papel secundário, pois há que se considerar também como os participantes conduzem suas interações e de que forma relacionam o seu uso lingüístico ao ambiente no qual os signos são produzidos.

Afinal, um enfoque etnolingüístico, como dito anteriormente, considera os falantes como atores sociais e a linguagem enquanto recurso e enquanto produto da interação nas comunidades de fala. Essas, por sua vez, operam com entidades reais e simbólicas, cujas fronteiras são permanentemente negociadas pelos falantes (Duranti, 1997:6).

Quando indagados sobre o nome de sua profissão, os informantes, através da formulação direta, respondem: **carpinteiro naval**. No decorrer das conversas, mais espontaneamente, aparece também a forma **construtor naval**. Embora eles empreguem o verbo **armar**, designando o processo de construção das embarcações, não utilizam a forma *armador* (como o fazem os carpinteiros de Cajaíba) para intitular seu ofício:

---

<sup>33</sup> É importante salientar que, depois de concluída a construção da embarcação, são necessários outros processos de acabamento, envolvendo outros profissionais especializados: calafates, pintores, eletricitas, mecânicos, construtores de aparelho vélico, marceneiros, etc. Pelos motivos expostos na descrição da Metodologia da pesquisa, esses processos e respectivos nomes não serão abordados na análise.

(02) Não tá aparecendo é muita encomenda... Eu vou fazer três barquinhos agora, eu vou **armar**... (Mestre Waltinho)

(03) ... é o caso dessa embarcação aí que eu tô **armando** com oito casa... então vai ser um barco, como se diz, bojudo, né? (Cláudio)

(04) ... quando nós tamos começando uma embarcação, a gente chama armadora... que é ela quem (a)panha, quem dá o sustento, né, colocou aquelas casa de madeira do meio, nós **armamo** ela... (Mestre Zé Crente)

Pelo que pude perceber, o *status* de **Mestre** é algo que, para ser conseguido, demanda o preenchimento de alguns requisitos. Tentei, nas entrevistas, através das perguntas diretas, obter a caracterização de um Mestre. As respostas eram, via de regra, imprecisas... Atribuo essa dificuldade ao fato de ser esta relação hierárquica já tão arraigada na comunidade, e tão tacitamente aceita entre os seus membros, que se torna difícil para eles verbalizar qual seja a diferença entre um **Mestre** e um **Oficial**. Válidas, nesse sentido, foram as lições dos etnometodólogos (Garfinkel, 1974) e, mais recentemente, de Duranti (1997): os atores sociais sempre deixam escapar o seu próprio entendimento sobre o que está acontecendo, quer através da fala quer através de outros recursos semióticos.

Sendo assim, nos trechos da entrevista em que a conversa foi mais espontânea, ou nas conversas informais que não foram gravadas, o desejado “perfil” do Mestre começou a ser mais claramente delineado...

Em primeiro lugar, o **Mestre** é o responsável, mediante o proprietário da futura embarcação, pela sua construção. É a ele que se dirige um cliente, quando chega a um estaleiro para encomendar o seu barco. Embora ele necessite delegar muitas tarefas, e dependa de serviços, sobretudo de acabamento, bastante especializados, ele chama para ele a responsabilidade total pelos erros e acertos de suas obras:

(05) O responsável sou eu, eu não posso confiar em ninguém, porque o nome que tá em jogo é o meu. (Mestre Waltinho)

(06) Porque ele [o carpinteiro] só vai trabalhar, fazer o que eu mando, né? (...) Se errar, quem errou fui eu, não foi ele, não é isso? (Mestre Zé Crente)

Por conta disto, desde o início da construção, se estabelece uma relação de confiança entre o Mestre e o cliente. Aliás, quando este decide pela construção num determinado estaleiro, já tem notícia das qualidades do Mestre que o dirige. As questões de segurança são, nesse sentido, muito consideradas:

(07) Quando a gente vai fazer uma embarcação, a gente já sabe o que é um barco seguro, estável. Sabe que daqui vai enfrentar um mar perigoso... um temporal inesperado não avisa ninguém, né? O barco tem que tá preparado pra enfrentar aquilo, e aí vai do construtor não facilitar; o proprietário confia nele, ele é o Mestre que vai executar o serviço com essa garantia, essa prevenção. (Mestre Waltinho).

Ocorre que esse reconhecimento, essa "fama" de bom carpinteiro leva anos para ser conseguida. Cláudio, o mais jovem dos entrevistados, por exemplo, não esconde que hoje trabalha para "fazer o seu nome" para atrair encomendas para o seu estaleiro:

(08) Eu quero chegar e o cliente falar assim: eu investi o dinheiro, mas o rapaz trabalha bem. Eu não quero eu mesmo ficar me elogiando, eu quero que o cliente fale assim, fale pra outros: não, Cláudio trabalha bem.

Outro aspecto que caracteriza o perfil de um Mestre é que ele acompanha todos os processos da construção da embarcação. Ele entende de todas as etapas e as administra. Acompanhei de perto a sua atividade e o que pude perceber é que nada parece escapar ao seu olhar atento. O Mestre está sempre circulando no estaleiro, observando o trabalho dos oficiais e ajudantes. Além disso, ele próprio constrói muitas peças – aquelas mais importantes para a estrutura da embarcação. Nem o *serviço fino*, como eles chamam os trabalhos de acabamento, escapa de sua fiscalização; afinal, como diz o Mestre Waltinho, *o que tá em jogo é o nome do estaleiro*:

(09) A pessoa que é Mestre conhece tudo [Falando sobre o processo de dar fogo na madeira, para curvá-la]... sempre o ajudante a gente não pode facilitar... aqui tá bom, aqui

não tá... tem muito fogo, queima... já é conhecimento, é a prática do Mestre, né? (Mestre Waltinho).

(10) A parte do mastraréu o cara faz, mas você tem que olhar com ele, não confiar nele. O Mestre tem que ficar, tem que ter personalidade e provar que tá certo ou errado, não é verdade? (Mestre Waltinho)

(11) Cada um trabalha com uma finalidade aqui. A minha parte é construir a embarcação e colocar o motor dentro da embarcação. A parte do calafeto, já chamo outra pessoa pra fazer essa parte; a pintura também; o mecânico também. Vem o rapaz do toldo pra fazer a capotagem toda da embarcação, né, a parte de lona (...) eu administro essa parte toda. (Cláudio).

Conforme já sinalizei, o Mestre planeja e distribui o trabalho entre os seus comandados, que trabalham sempre sob sua supervisão. Essa delegação de tarefas é designada por **marcar trabalho**:

(12) O Mestre tem que tá junto, tem que tá em atividade, participando de tudo, **marcar trabalho** pra um, pra outro... (Mestre Waltinho).



Mestre Waltinho observa o trabalho do discipulo em seu estaleiro.

A diminuição no movimento nos estaleiros provocou uma considerável redução no contingente de carpinteiros; e se poucas são as encomendas, os próprios Mestres constroem as peças com um ajudante, o que representa economia de recursos, uma vez que não precisam contratar oficiais. No passado, a situação era outra:

(13) Teve uma época que eu não podia trabalhar, porque não tinha tempo, que era muitas embarcação... Hoje tem que trabalhar. (Mestre Valmiro).

Mas, além dos aspectos mais gerais que citei, e que ajudam a definir, digamos, o perfil de um Mestre carpinteiro naval, há alguns outros que julgo ainda mais interessantes para a caracterização que estou aqui pretendendo delinear: a reverência à Arte; a transmissão do saber a outros, e muitos, muitos anos de experiência.

Esses critérios já reduzem em muito o grupo de Mestres que ainda existe na região. Segundo eles mesmos, há bons carpinteiros, mas poucos Mestres. Por exemplo, quando perguntado sobre quantos ainda havia em Valença, Mestre Waltinho responde que:

(14) Tem pessoas que trabalham, não têm aquele certo *know-how*... fazem, né? A gente não pode criticar ninguém, tem que elogiar o seu trabalho. Mas dentro de um esquema de fazer aquilo que é bom, tem uns três ou quatro... (Mestre Waltinho)

Alguns donos de estaleiro, mesmo tendo uma média de vinte anos de prática na profissão, não se sentem confortáveis quando lhes pergunto se são Mestres. Eles desconversam, e dizem que preferem deixar que o tempo responda por eles...

Sobre isto, um caso interessante é o de Cláudio. Ele é o proprietário do estaleiro que herdou do pai, e administra todas as etapas de construção de uma embarcação, com todas as responsabilidades envolvidas. É articulado e vê a profissão com um tino mais empresarial. Pergunto-lhe, então, já que é dono de seu estaleiro, se ele é um Mestre. Ele se mostra hesitante, até constrangido, em responder afirmativamente:

(15) Ainda não sou, mas... pretendo ainda chegar assim, dizer assim: agora eu tô mais qualificado em cima disso aí...

Eu lhe lembro o que me dissera numa outra conversa: que Mestre era quem fazia uma embarcação perfeita. Ele retruca:

(16) Eu faço também, mas não me considero...

Percebo, pela atitude de Cláudio, que, apesar de ele ter muita preocupação com a qualidade do seu trabalho, exercer liderança sobre o grupo, inclusive sobre outros membros da família que trabalham no estaleiro sob sua supervisão; embora tenha herdado o saber de seu pai, a ele faltam duas condições para preencher os requisitos que caracterizam, segundo outros depoimentos, um Mestre: a idade e a preocupação com o ensino da Arte, com a transmissão do saber. Ele se preocupa, sim, com o profissionalismo de sua atividade, buscando formas de enquadrá-la em moldes empresariais mais modernos:

(17) (...) nessa embarcação aí eu tô trabalhando mais com a modernização; tudo que eu tô colocando agora é tudo lixadinho, tipo um veleiro. Quando chegar um cliente aqui, falar: a obra tá nota dez.

Uma outra característica num Mestre, a reverência à sua Arte, é algo que se percebe em qualquer conversa que se entabule com os carpinteiros navais. Eles têm consciência de que é um saber difícil de ser adquirido e que é herança já de muitas gerações. Apesar de sofrerem com o declínio da atividade nos últimos anos, e com a ameaça de sua completa extinção, não é raro ouvir declarações que revelam o orgulho e o prazer que sentem pelo que fazem.

Veja-se, por exemplo, o que diz Mestre Valmiro sobre um saveiro de carga que ajudou a transformar numa escuna, a Estrela D'alva. Na época, trabalhava no estaleiro de Mestre Alfredo (pai de Mestre Waltinho):

(18) (...) tive o prazer de trabalhar nesse barco, uma das **escuna** mais bonita, tanto que saiu em revista e tudo!

Quando, em outro momento, lhe perguntei qual a peça da embarcação que mais gostava de fazer, não hesita:



(19) A **quilha**, que a gente tá vendo que é mais um barco que vai nascer... aí a gente fica mais alegre, né?

Cláudio, o mais jovem dos entrevistados, também me declarou, inúmeras vezes, que "era apaixonado pela Arte". Disse-me que dormia e acordava pensando em embarcação e que seus amigos já andavam chateados com ele porque ele não "muda a conversa". Contou-me que essa "paixão" começou quando seu pai o iniciou no ofício:

(20) (...) eu achei bonito! Aí surgiu aquele interesse mesmo de aprender e com catorze ano mesmo de idade eu já comecei fazer... fiz uma embarcação pra mim, né? Aí fui tendo aquele gosto, né?

É interessante notar que esse informante, um tanto mais pragmático que os Mestres mais velhos, ora designa a carpintaria por *Arte* ora por *profissão*:

(21) Quando eu vi que o negócio tava bom, eu falava pros meus irmão: rapaz, vamos aprender *a profissão*. E todos agora estão tudo na *profissão*.

Não foram poucos os que se iniciaram na Arte atraídos pelo apuro estético na construção das peças e do resultado final das embarcações. Velho, por exemplo, foi atraído pela beleza do trabalho nos estaleiros da Gamboa do Morro:

(22) Eu me interessei assim: quando eu via uma pessoa farquejando [falquejando], eu achava aquilo bonito! A pessoa batia ali na madeira, pegava o machado e tal, eu digo: um dia eu ainda vou aprender a fazer isso! (Velho).

Mas foi num depoimento de Mestre Waltinho que encontrei a definição mais completa do papel de um Mestre num estaleiro:

(23) Hoje a parte dos Mestres tão acabando, tá tudo quase igual. Mestre foi no começo nosso, que tinha respeito, mais idade, que ensinava a trabalhar. Um menino não fumava diante do Mestre, não bebia... Ia na rua, eu cuspi no chão: "Volta já!". Tinha obediência, tomava até bolo! Hoje não pode dar bolo... Ficava de castigo, né, pra forçar a aprender... Dava castigo mesmo, pra aprender a profissão...

Nessa fala de Mestre Waltinho, encontramos outro aspecto definidor de um Mestre: o *ensino*, a preocupação com a transmissão de seu saber às novas gerações. Eu diria que este é traço mais marcante no perfil de um Mestre: a preocupação com a perpetuação de sua Arte. E a angústia por não ter mais a quem ensinar e, por isso mesmo, antever a morte de um saber centenário. A grande questão é a quem ensinar, já que as gerações mais novas não se interessam pela atividade:

(24) Hoje, praticamente, sumiu [os meninos nos estaleiros], porque antes, no tempo lá de Mestre Zezinho Galo foi quem mais ensinou, é porque na Gamboa todo mundo queria ir trabalhar com seu Zezinho, e é o lugar que mais teve carpinteiro; e são bom os carpinteiro que aprendeu lá. (Velho).

O desejo de transmitir a Arte está sempre evidente no depoimento de Mestre Waltinho, que procura no fim da vida repassar aos mais jovens o seu conhecimento:

(25) Eu quando tenho um graminho, quando risco um barco, eu chamo todo mundo pra aprender... porque amanhã depois a gente morre, aí tem que alguém aprender, né? Acho bonito, né? Porque burro é o discípulo que não passa o Mestre. Tem que aprender alguém pra substituir...

Graças ao fato de os Mestres, desde sempre, desempenharem o papel de formadores, a Arte se mantém até hoje. Embora ensinassem sob uma rigorosa disciplina, os carpinteiros ainda falam de seus Mestres com respeito e gratidão:

(26) Era como uma professora ensina um aluno, né? Naquela época na base da parmatória também (rindo)... Mas foi importante... a gente procura caprichar mais... (Mestre Valmiro).

Quando eu pergunto qual a diferença entre um **oficial** e um **Mestre**, ouço respostas como a de Cláudio: *“chama mais de Mestre é o dono”*. O Mestre Waltinho, sobre essa diferenciação, completa:

(27) O **Mestre** sabe mais o segredo da Arte. Por muito que o **oficial** saiba, mas o **Mestre** tem mais visão.

Mestre Valmiro, por sua vez, quando indagado sobre se havia outros membros da família trabalhando em seu estaleiro, diz que um era:

(28) (...) **oficial, carpinteiro**, igual a mim; um deles é **ajudante**.

Pergunto-lhe, então, qual a diferença entre **oficial** e **carpinteiro**:

(29) Não, não tem diferença de um **oficial** pra um **carpinteiro**; existe diferença do **oficial** pro **Mestre**.

Peço-lhe, então, que explique a diferença. Ele responde:

(30) É quase que inexplicável... é tanto que já se nasce com o dom, né, de saber mandar, de saber administrar.... esses que são os **Mestres**, que tem aquele dom de saber administrar, saber mandar sem problema. Nem todo mundo sabe. Sabe trabalhar, mas não sabe comandar... as diferenças são essas.

Num outro momento da entrevista, o Mestre Valmiro deixa claro que há uma distinção. Enquanto conversávamos, sentados próximos a um barco em construção, na beira do rio, aproximaram-se uns estrangeiros numa embarcação. Percebendo que poderiam ser clientes, perguntei-lhe se ele gostaria de interromper a nossa conversa para atender as pessoas. Ele, então, responde:

(31) Não... eles chegaram, eu tive lá no barco e tudo, é pessoas que às vezes traz e não sabe, né? Ele [um conhecido seu que conduzia as pessoas] me apresentou como Mestre, quer dizer, como **Mestre**, não um **oficial**. (...) Mas cabia a eles também se tivessem interessados procurar saber...

O que me parece é que as designações **carpinteiro/construtor naval** são mais genéricas, servem para identificar o campo profissional. A lexia **oficial**, por sua vez, incorpora, além desse, outro valor semântico: aquele a quem é atribuída uma responsabilidade, uma função importante na construção de uma embarcação. Um carpinteiro naval mais especializado, e que tenha aprendido a Arte com um Mestre:

(32) (...) porque os pais precisava, eu dava um ordenadozinho a ele, e ele foi tomando gosto, foi trabalhando, e, pra melhor lhe dizer, hoje é um **oficial** de primeira categoria. (Mestre Zé Crente).

(33) (...) dependendo do tamanho da embarcação... necessário são três **oficiais**, dois **ajudantes**... Isso aí dependendo do tamanho da embarcação e a pressa que o proprietário tenha. Se quer com menos tempo de construção, pode se colocar mais **oficial**. (Mestre Valmiro).

O **oficial** é, portanto, alguém cuja aptidão um Mestre aprova e reconhece, embora sob sua constante supervisão. Esse valor pode ser exemplificado quando Mestre Valmiro, referindo-se a seu irmão e sócio Tenório que, muito embora seja *bom oficial*, não evoluiu para a categoria de Mestre:

(34) Acabou de aprender [a Arte] comigo; teve uma parte com Mestre Zezinho e acabou de aprender comigo mesmo. Na época eu já trabalhava aqui em Valença, ele veio da Gamboa pra aqui e ficou comigo... e deu um **bom oficial**, né? Um dos melhores daqui de Valença, não é por ser meu irmão não....

Esse mesmo informante sinaliza para o fato de que **oficial** tem história sólida no vocabulário dos carpinteiros. Durante a entrevista com Mestre Valmiro, eu lhe perguntava se, no passado, mulheres e crianças se envolviam na retirada e transporte de madeira das matas para o estaleiro. Ele responde que não, que essas eram atribuições de profissionais mais experientes:

(35) Não, era **oficiais** mesmo.

Normalmente, um **oficial** tem que acumular alguns anos de experiência para obter essa qualificação. Pelas minhas observações e conversas em campo, a faixa etária média dos oficiais está em torno dos trinta anos, o que é atestado por Mestre Valmiro: os **oficiais** daqui já tão numa faixa de trinta anos, né?

Os **ajudantes** não entram no estaleiro para aprender a Arte. Entram na qualidade de auxiliares de Mestres e oficiais e não evoluem, geralmente, dessa condição. Não é uma mão-de-obra especializada – muitos deles prestam serviços também em outras áreas, como a construção civil, tudo dependendo da demanda de trabalho no estaleiro.

Por exemplo, quando conversava com Mestre Valmiro sobre o exercício da profissão em sua família, ele declara sobre um de seus irmãos, que é **ajudante**:

(36) Infelizmente, o mais velho não aprendeu a Arte, não... Só vem fazer parte de limpeza, essas coisa...

Ele, também, confirma que o estágio inicial do aprendizado da Arte é o de **discípulo**, quando lhe pergunto se todo carpinteiro naval passava pela fase de **ajudante** antes de se tornar um carpinteiro:

(37) Não, não é bem **ajudante**, né? (...) A maioria entra como **discípulo**. (...) No meu caso entrei como **discípulo**, né? Entrei pequeno...

E, mais adiante, ele reforça a idéia de que um discípulo, desde cedo, já mostra se tem o dom indispensável para se tornar um oficial:

(38) O interessante nisso aí é que ... o **discípulo**, desde quando ele vai pro estaleiro, ele já traz aquele dom, se ele vai dar um bom oficial ou não... Que dizer, um oficial de qualidade, que já saiba trabalhar, já vem de berço... coisa incrível!

Referindo-se à forma de trabalho do Mestre Zezinho Galo, com quem se iniciou na Arte, Mestre Valmiro diz que ele explicava, mostrava e... mandava, que... marcava trabalho pros **oficiais**, pros **ajudantes**, pros **discípulos**. Nesse processo, o Mestre ia observando os mais habilidosos:

(39) Aquele que levava mais jeito, a esse que dava mais atenção, dava mais trabalho. (Mestre Valmiro).

A hierarquia que se podia observar nos estaleiros de antigamente hoje está mudada, em função da ausência do elemento continuador da Arte: o **discípulo**. Essa realidade provoca nos Mestres uma profunda falta de esperança em relação ao futuro da carpintaria naval:

(40) Olha, infelizmente eu não vejo [futuro para a Arte] porque, é como eu lhe falei, nem os **discípulos** nós temos tendo mais... (Mestre Valmiro).

Esse informante foi o único que mencionou a função de **contramestre**, que é exercida em seu estaleiro pelo seu irmão Tenório:

(41) Bom, existe o **contramestre**, chamado assim, né? Aqui no meu caso tem meu irmão, que hoje nós somos sócios, inclusive, né? Quando eu saio, ele fica.

Segundo Mestre Valmiro, somente o seu irmão Tenório está apto a exercer o papel de contramestre porque assume seu lugar quando ele precisa se ausentar; e, além disso, possui duas qualidades *que nem todos oficiais têm*:

(42) Ele [Tenório] trabalha polido e rápido; dificilmente você vê essas duas qualidades num oficial, que às vezes quando ele é polido, ele é devagar, ele é lento!

No caso do estaleiro de Mestre Valmiro, parece ser essa substituição de comando uma situação bastante especial, em razão da relação de parceria que tem com seu irmão Tenório. Nem sempre essa substituição é algo pacífico. É como se a autoridade do Mestre fosse tão consolidada no grupo de trabalho que qualquer alteração nesse esquema repercuta negativamente no andamento da obra. Mestre Waltinho, por exemplo, quando perguntado se passava o comando da obra para outros, diz:

(43) A senhora falou uma coisa interessante... essa é uma preocupação enorme pra mim, porque os colegas, às vezes por falta de mentalidade ou por ignorância, eles ciúma do outro. Se eu passar pra um, aí "Você é Mestre agora?"... Eles têm essa coisa... fica com ciúme do outro porque o Mestre confiou no outro... Então tinha essa ciúmada interna...

Registrei, também, o que Mestre Zé Crente caracterizou como um **meio-carpinteiro** ou **servente prático**, que é alguém que trabalha sob suas ordens, que ‘está no lugar de um oficial, de um aprendiz’ e que lhe ‘custa menos que um profissional’:

(44) (...) porque se eu pegar um profissional... ele vai me custar muito caro... Então eu não preciso desse profissional de primeira... de primeira classe... eu preciso de um **meio-carpinteiro**.

Quando solicito ao Mestre Zé Crente que esclareça melhor as funções de um **meio-carpinteiro**, acrescenta:

(45) Porque... ele só vai trabalhar, fazer o que eu mando, né? Bom, cheguei aqui, peguei a fôrma, risquei isso aqui... tome! Ele vai fazer ela... por isso eu chamo **meio-carpinteiro**, né? (rindo) Porque ele vai trabalhar, se errar, quem errou foi eu, não foi ele, não é isso? Quer dizer que é um... eu chamei um **meio-carpinteiro**, mas realmente é um... um **servente prático**.

Mestre Zé Crente ainda salienta que esse **servente prático** é uma espécie de aprendiz que tem chance de evoluir na escala hierárquica num estaleiro, se demonstrar boa vontade de aprender:

(46) Essa pessoa, sendo inteligente, amanhã ele não vai depender mais de mim pra fazer um barco desse. Tô pondo na mão dele, ele tá em lugar de um **oficial**, de um **aprendiz**, não é verdade? Agora, se não tiver inteligência, fica nisso todo o tempo, né? (Risos).

A estrutura hierárquica até aqui exposta sofreu uma modificação importante, que foi, como vimos, o desaparecimento de um dos seus elementos: o **discípulo**. E essa é uma situação complexa, um quadro difícil de ser revertido.

O aprendizado da Arte demandava muitos anos de dedicação, de sacrifício mesmo, uma vez que os discípulos levavam uma boa parte do seu tempo de aprendizado sem receber nenhum tipo de pagamento: ser um discípulo, aprender a Arte já era, por si só, um

enorme privilégio. Era garantia de um futuro promissor e de consecução de grande prestígio na comunidade. Tornar-se um Mestre era algo para poucos e sonho de muitos meninos...

Por tudo isto, as famílias pediam permissão aos Mestres para que seus filhos ficassem nos estaleiros, aprendendo. Naqueles tempos, a escolarização era acessível a poucos e o campo mais promissor era o da construção naval:

(47) Naquele tempo não tinha ginásio... As mães pedia aos Mestre pra ensinar os filhos... não tinha pra onde ir... E a gente tinha boa vontade de ensinar, e aprendiam... Hoje modificou tudo isso. Os menino não quer mais aprender a Arte.

Para resolver o problema, Mestre Waltinho propõe a criação de uma escola de construção naval em que os Mestres sejam os professores. Ele anda preocupado com o envolvimento da juventude pobre com as drogas e vê no aprendizado da Arte uma saída. Ele conta, por exemplo, que um dia estava andando por uma rua da cidade, quando se deparou com um grupo de jovens que o ao reconhecê-lo lhe pediram: "*Mestre, me ensine a Arte, que eu não tenho o que fazer*".

A criação dessa escola popular de construção naval teria, contudo, que se adequar à rapidez dos tempos modernos... Segundo os próprios Mestres, hoje a preocupação com a sobrevivência supera qualquer amor pela Arte. Os meninos sumiram dos estaleiros porque estes deixaram de ser rentáveis e eles precisavam ajudar no sustento de suas famílias:

(48) Hoje os pais botam o garoto pra aprender no intuito de já entrar ganhando dinheiro, né? Se não der nada no fim da semana, se o Mestre não der logo o dinheiro, aí na outra semana a criança não volta mais; aí você não encontra hoje uma criança aprendendo, né? (Mestre Valmiro).

(49) Menino hoje não quer mais aprender, porque é o seguinte: antes não ganhava nada, né?, e hoje se a gente botar um menino e no dia de sábado não tiver o dinheiro pra dar, na próxima semana não espere porque ele não vem mais, não é isso? (Mestre Zé Crente).



Mais adiante, Velho acrescenta:

(50) E antes, não, não queriam nem saber se Mestre Zezinho ia dar dinheiro no final de semana ou não; todo mundo queria é aprender. (Velho)

Esse mesmo informante contou-me que tenta a todo custo convencer seu filho de que um estaleiro é uma *senhora escola*, que ele deve freqüentar sem se preocupar com a remuneração:

(51) Nessa semana, eu dizendo a meu menino: venha cá, você tá lá no colégio, conte o quê você ganha lá. E porque você quer trabalhar e já quer ganhar “x” por semana, desde quando no colégio você não tá ganhando nada?

Os Mestres e carpinteiros entrevistados entendem que somente a criação de uma escola de construção naval não basta. A atividade passa por uma crise estrutural que, segundo eles, para ser resolvida, depende de incentivo financeiro por parte do governo. O mercado precisaria melhorar para absorver os que aprendessem a Arte numa provável escola:

(52) É, pode ser válida essa idéia [da criação da escola]... mas você pega hoje quatro, cinco, dez garotos; você ensina ele fazer o barco, né? Depois ele vai fazer o quê, se ele não tiver encomenda?(Mestre Valmiro)

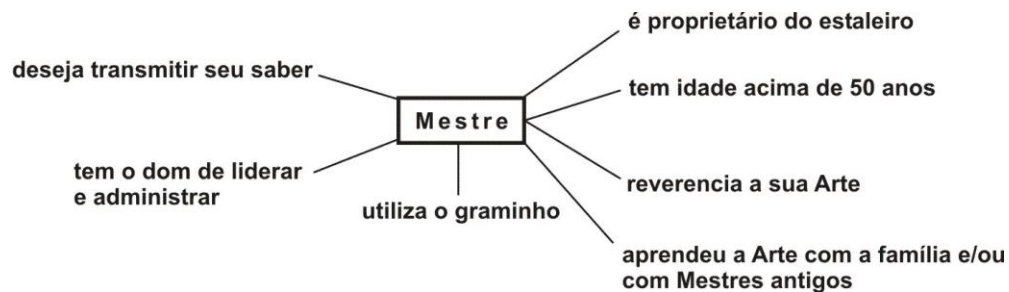
Uma coisa é certa: qualquer iniciativa governamental que pretenda transmitir a Arte sem a participação dos Mestres parece fadada ao fracasso. Um exemplo disso foi a oferta de um Curso de Construção Naval, a partir de 1996, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Valença. Esse curso começou com duas turmas de 40 alunos e foi extinto em 2001. A razão? Contava com apenas um aluno, no ano em que foi encerrado! Esse é um quadro absurdo se consideramos que o curso funcionou numa localidade que é um pólo de carpintaria naval.

Conversando com alguns professores do curso, ouvi a mesma preocupação que o Mestre Valmiro demonstrou: um aluno formado em construção naval faria o quê de sua formação, se os estaleiros da região estavam em franca decadência? Além disso, a

construção naval na região obedece a um sistema de valores informalmente transmitido de uma geração para outra, há muitas gerações. Em outras palavras: um aluno considerado apto pela educação formal para construir uma embarcação pode não o ser na avaliação de um Mestre. Sendo assim, o seu diploma não lhe garante trabalho num estaleiro.

Dentre as designações para a composição hierárquica nos estaleiros, há duas que ocupam uma posição bastante frágil, instável no vocabulário dos carpinteiros: **mestre** e **discípulo**.

As razões para essa instabilidade já foram apontadas, mas não julgo que seja demais repeti-las: os mestres estão desaparecendo e levando consigo os seus discípulos. Se examinarmos a amplitude semântica da designação mestre, no universo dos carpinteiros, veremos que muitos traços já se têm enfraquecido por conta das mudanças no âmbito sociocultural:



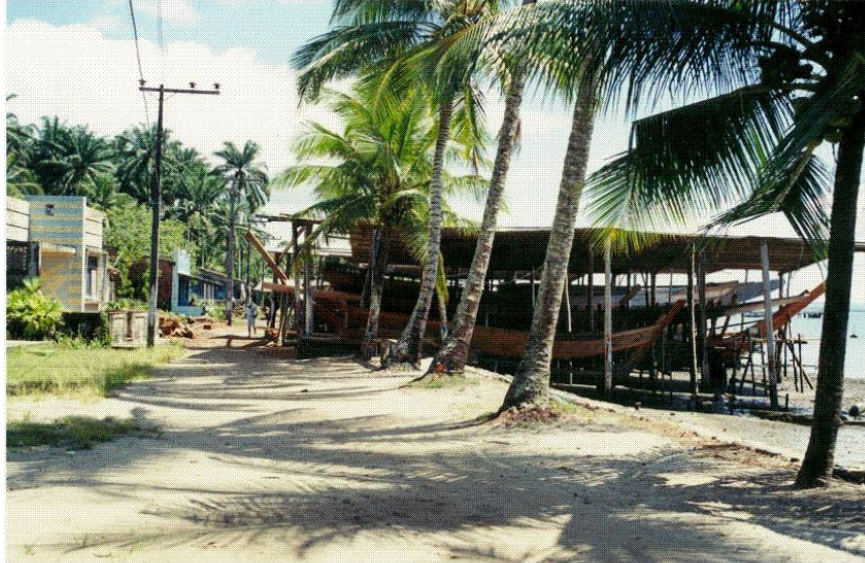
Atualmente, os mestres já não são procurados pelos pais para ensinar a Arte a seus filhos; já não têm a quem ensinar e seu amor à tradição de sua Arte tem sido ameaçado pelas imposições do pragmatismo da sociedade moderna. Por outro lado, os discípulos sumiram dos estaleiros buscando outras possibilidades na educação formal ou em atividades cujo retorno financeiro seja mais imediato.

Vemos aqui confirmada a idéia de que os campos lexicais são tão dinâmicos quanto dinâmicas são as transformações por que passam, inevitavelmente, os grupos sociais sujeitos ao curso da história (Sapir, 1971; Geckeler, 1971; Martinet, 1975; Ullmann, 1987).

Esse campo lingüístico dos signos (Geckeler, 1971:18) está subordinado a um complexo conceitual (que tenho tentado aqui descrever), cuja relação com o emprego

efetivo de palavras está condicionado pelo sistema lingüístico (itens disponíveis no léxico específico); e pelos sujeitos da particularíssima comunidade dos carpinteiros navais de Valença.

#### 4.2 Uma praiazinha pra trabalhar: designações para a hierarquia nos estaleiros de Cajaíba



Estaleiros de Cajaíba

Em Cajaíba, os carpinteiros entrevistados também falam com saudades dos tempos da pujança do transporte marítimo:

(53) Antigamente, nós olhava lá pro lado de Itaparica, (...) parecia uma mata, de tanto pano de barco, veleiro, essa coisa, né? Hoje a senhora olha pra lá e não vê nada... algum ou outro que ainda tem aqueles barco de feira... (...) Nós viajava aqui... só daqui pra Ilhéus trabalhava... efetivamente vinte e oito barcos... é, vinte e oito barcos! Fora os que iam pra Salvador... Isso de acordo a... concorrência de evolução, foi se transformando em estrada, e essas estrada acabou com essa coisa toda do transporte marítimo. (Seu Zelito).

(54) E depois, essas navegações, elas viajava pra Salvador... Canavieira, Ilhéus, toda essa região... As carga tudo era conduzida nesses barco... mas as estrada, logo que foram rompendo, então... os barco foi... foram saindo... do ramo... Em vez dos barco, era

conduzido por via terrestre, né? E assim foi desaparecendo, desaparecendo, desaparecendo... Barco de carga não tem mais nenhum... (Seu Dedé).

Percebi, na localidade, algumas variações em relação à estrutura hierárquica nos estaleiros, e quanto às respectivas designações. Em princípio, as origens da carpintaria naval nessa localidade da baía de Camamu são distintas das de Valença.

Os carpinteiros de Cajaíba contam que aprenderam a profissão com um senhor chamado Roberto da Silva Rocha, a quem se referem com respeito e gratidão. Foi ele quem implantou a atividade e que sustenta a economia do povoado:

(55) Cajaíba significa o... município dos estaleiro... quase é conhecido internacionalmente.(Seu Dedé).

(56) (...) a gente, toda essa família sobreveve disso [da carpintaria naval] aqui. Dependemos disso não só financeira, como... o outro lado do conhecimento mundial. Tô satisfeito... graças a Deus... E lhe digo sim, se nós não tivesse essa atividade aqui não sei o que seria disso aqui. (Seu Zelito).

Por ser a única atividade geradora de renda, quando decai o movimento nos estaleiros, toda a comunidade sofre:

(57) Todo mundo aqui vive em torno dessa profissão de carpinteiro (...). Até a lavadeira, ela ganha disso aí. É o peixe pra vender, todo mundo compra fácil aí; mas quando não se vende a embarcação é a quebradeira total, porque não tem dinheiro... não tem dinheiro pra nada. (Seu Dedé).

Segundo os informantes entrevistados, Cajaíba sempre teve uma tradição marítima – muitos filhos do lugar seguiram “a profissão de marítimo”; ou seja, trabalhando embarcados, executando funções diversas, mas principalmente a de condutores das embarcações. A carpintaria naval e os ofícios ligados a ela, como o de calafetagem, sempre existiram no lugar, embora somente na década de 60, com a chegada de “um senhor do

norte chamado Roberto” é que a atividade ganhou o impulso definitivo para tornar-se uma profissão rentável. A atual geração de carpinteiros aprendeu o ofício com seu Roberto:

(58) Foi quem trouxe a carpintaria naval pra aqui foi ele, Roberto. (Zé Bodinho).

Os depoimentos também revelaram que, antes de sua vinda, a atividade praticamente se extinguiu após a morte dos antigos carpinteiros:

(59) (...) os meus avós trabalhavam [na construção naval], meus tios trabalhavam, como se dizia antigamente, machadeiro... trabalhava de machado... era o **oficial**, né, o chamado **oficial**. Nessa gestão eles trabalhava com essa coisa... Alguém fazia o barco, mas quem fazia já tinha morrido... e depois os barco ficavam velho, com trinta anos, por exemplo, vinte e cinco, trinta, quarenta anos... ia reformando... (Seu Zelito).

As lexias **carpinteiro** e **carpinteiro naval** são as empregadas para fazer referência a ‘quem constrói embarcações’:

(60) **Carpinteiro naval** é que faz barco, né? Agora, carpinteiro civil já é negócio de casa... (Zé Bodinho).

(61) (...) o certo mesmo é **carpinteiro... de construção naval**. (Seu Zelito).

A designação **mestre** aparece nas entrevistas, mas em relação ao passado, provavelmente em função das mudanças na configuração da atividade, que passou de *arte* para *profissão*.

(62) (...) tinha uns **mestres**, chamava-se de **mestres**, mas era o tipo de mestre de coisas que não tinham que escrever... eles pegava uma peça, riscava, nós recortava... e aí conseguia imitar outra... e daí fazia um barco.(Seu Zelito).

(63) Antigamente nós chamava... Mestre Roberto, Mestre Firmino também, que era lá de Nazaré, trabalhou aqui uns tempo... mas o pessoal não chama **mestre**... (Seu Zé Bodinho).

As pessoas que visitam a Ilha costumam se referir aos carpinteiros como **mestres**; todavia, eles próprios não se tratam assim, mas pelos seus apelidos:

(64) Trata pelo apelido mesmo. (...) Alguma pessoa que chega de fora chama mestre... (Seu Zé Bodinho).

Esse mesmo informante deixa-nos a pista de que, no passado, outros ofícios tinham também seus **mestres**, pessoas, certamente, com grande experiência no que faziam. Os pais ou responsáveis pelas crianças delegavam a esses mestres a tarefa de ensinar aos meninos o seu ofício:

(65) Então minha avó [esse informante ficou órfão de pai aos quatro anos] pegou eu e botou junto de um **mestre... de calafate...** pra aprender a .... calafate... Então tinha as pessoas que os criadores obrigavam as criança a aprender uma coisa. (Seu Zelito).

Ora, se havia no passado os **mestres calafates**, esses trabalhavam em estaleiros, construindo ou reformando embarcações. Isso sugere que, em que pese os carpinteiros mais experientes de Cajaíba terem aprendido a profissão com seu Roberto nos anos sessenta, a carpintaria naval na região é anterior a essa época.

Muito embora os donos dos estaleiros não sejam tratados pela designação **mestre**, utilizam essa forma quando se referem aos antigos Mestres de Valença:

(66) Aí, então, existia Mestre Alfredo [pai do Mestre Waltinho], que era o chefe, num sei se a senhora conheceu esse homem...(Seu Zelito).

Foi registrada, ainda, a ocorrência de **mestre carpinteiro** para se referir àquele carpinteiro mais experiente, que comanda o trabalho no estaleiro:

(67) Olhe, nós só classifica... dois tipo de palavra, é... vamos dizer, um mestre, **mestre carpinteiro...** é tudo é um só... carpinteiro. É, eu chamam assim, o **mestre carpinteiro**. (Seu Zelito).

A lexia **oficial** figura nas entrevistas designando um profissional “de antigamente”, mais qualificado e mais experiente: um **oficial machadeiro**, por exemplo:

(68) (...) meus tios trabalhava, como se dizia antigamente, machadeiro, trabalhava de machado... era o oficial, chamado oficial. (Seu Zelito).

Quando indaguei a seu Zelito se, hoje em dia, se chamava um bom carpinteiro de **oficial**, ele identifica essa forma como uma variante mais prestigiada, embora diga que em Cajaíba *não se chama oficial*:

(69) É... esse **oficial** já é uma palavra mais..., como é... mais... educada. (...) Aqui **oficial**... não chama assim não, carpinteiro é mais o hábito de divulgar. (...) é... **oficial** é uma palavra excelente!

A designação cujo conteúdo semântico mais se aproxima do **oficial** de Valença é **carpinteiro profissional**. Seu Zé Bodinho, por exemplo, conta da dificuldade para contratar essa classe de trabalhador, em razão da concorrência dos outros estaleiros:

(70) Eu tô precisando de... pelo menos de dois **carpinteiro profissional**, mas não tem! Tô trabalhando com os ajudante e eu metendo a mão, marcando, fazendo de tudo! (Seu Zé Bodinho).

A disputa pelos **carpinteiros profissionais**, trabalhadores experientes, mais qualificados, evidencia a vitalidade da carpintaria naval na Ilha:

(71) Tem muito estaleiro, tá todo mundo funcionando aí, tá todo mundo... Tá faltando gente profissional pra trabalhar aqui... (Seu Zé Bodinho).

Tal qual os carpinteiros de Valença, os de Cajaíba também não conseguiram gerar sucessores em suas famílias. De maneira geral, os filhos dos construtores navais não quiseram seguir a profissão dos seus pais. Segundo seu Zelito, porque “*cada um tem seu dom de coisa pra aprender*”. Em seu estaleiro, como no de seu irmão Zé Bodinho, alguns filhos se ocupam da parte administrativa. Viveram algum tempo como marítimos *tomando*

*conta de barco dos outros, e conhecem algo da carpintaria, como pegar uma ferramenta, bater uma cravilha, pegar numa motosserra, mas:*

(72) Não tem uma... teoria, uma atitude correta pra fazer um barco, não... (Seu Zelito).

Ainda que lamente o fato de nenhum de seus três filhos terem se interessado pela carpintaria naval, seu Zelito mostra resignação:

(73) Então... é esse o nosso desejo de coisas, que os filhos tenham progresso, saiba alguma coisa, mas... é que cada um tem um dom...

A característica do ensino em que *não se tinha que escrever*, mas observar, ouvir e praticar, se assemelha à forma de transmissão do saber empregada pelos Mestres de Valença. O mesmo não ocorre com a “disciplina da palmatória”, que não era praticada por quem ensinou a profissão aos atuais carpinteiros de Cajaíba. Há que se considerar aqui as diferenças quanto ao papel da carpintaria naval, e dos seus mestres, nas duas comunidades.

Em Valença, as famílias confiavam os seus meninos aos Mestres para que fossem iniciados na bonita e promissora Arte, delegando-lhes poderes paternos sobre as crianças. Os Mestres formavam homens para o exercício de sua Arte e também para a vida. Os aprendizes, por sua vez, respeitavam e temiam seus Mestres, inclusive porque se os desobedecessem, eram “exemplados” com a temida palmatória.

Em Cajaíba, os rapazes, a maioria em torno dos vinte anos, se aproximaram da carpintaria por vontade própria, e com um desejo mais pragmático – o de aprender uma outra profissão, já que a vida de marítimo era muito incerta para quem já tinha família para sustentar. Pelo que contaram os carpinteiros, não levavam *bolo de palmatória*, mas tinham que se submeter ao comando firme de seu Roberto:

(74) Não tinha palmatória. Uma que nós trabalhava hoje; amanhã... depois a gente não ia mais, pronto, acabou! Não tinha compromisso... (Seu Zelito).



(75) Naquele tempo ele dava muito esporro na gente... reclamava muito, era muita observação... (Seu Dedé).

Embora os carpinteiros de Cajaíba não se refiram a seu Roberto como **Mestre**, reconhecem o seu interesse em ensinar a profissão:

(76) Ele tinha aquele lado nervoso e tinha aquele lado bom... naquelas hora de calma ensinava a gente... (Seu Dedé).

Quanto ao método empregado, era semelhante ao dos Mestres de Valença:

(77) Mandava [seu Roberto] nós trabaiá de machado pra praticar, né, bater cravilha, molar ferramenta... tudo era manual, não tinha nada elétrico, tudo na base da mão... (Seu Zé Bodinho)

Os aprendizes desempenhavam também outras funções de apoio no estaleiro, como pegar água, limpar o estaleiro, arrumar as ferramentas, etc:

(78) Eu e ele [seu Dedé] trabalhava junto, aprendendo... eu pegava água onze hora, descarregava a água todinha. Dia de sábado varria o estaleiro e tudo, deixava tudo limpinho... (Seu Zé Bodinho).

Atualmente, da mesma forma que ocorre em Valença, os mais jovens também não têm tanto interesse em aprender a carpintaria naval:

(79) Não, hoje eles não quer aprender mais isso, não.(...) Você tá aqui esse tempo todo, já viu um garoto aprendendo nada aí? Naquele tempo o pessoal se dedicava mais... (Seu Dedé)

(80) (...) a juventude agora não tão querendo muito essa coisa.... dessa coisa braba... tão querendo coisa diferente... (Seu Zelito).

Ninguém mais quer trabalhar *só pra aprender*, como era no passado; trabalha-se para ganhar algum dinheiro para o sustento:

(81) Hoje se eu chamar qualquer pessoa pra trabalhar eu tô pagando, seja ele quem for. Eu já trabaiei de graça demais, demais mesmo... (Seu Zé Bodinho).

Assim, não há meninos aprendendo o ofício da carpintaria nos estaleiros. A figura do discípulo, do aprendiz, portanto, desapareceu. O ajudante, já adulto, o substituiu:

(82) Agora tem **ajudante** assim, vai trabalhando, trabalhando, aí aprende, né? Mas menino assim, garotão mesmo, não tem ninguém, ninguém quer, não... (...) Tá adulto, às vez de família, aí que vai começar a trabalhar de **ajudante**... (Seu Zé Bodinho).

(83) Tem o carpinteiro, tem o ajudante de carpinteiro. (Seu Dedé).

Outra razão para o afastamento dos jovens dos estaleiros é a busca pela educação formal:

(84) Acho que é pelo estudo, que naquele tempo até o estudo era precário, quase não existia por aqui... Hoje, hoje eles [os meninos] estuda em ginásios, ali... na Ilha [Ilha Grande, próxima a Cajaíba]... Sai de manhã, chega meio dia, já chega cansado... não tem como aprender [a carpintaria naval]... eles prefere estudar do que aprender... (Seu Dedé).

Em Cajaíba, quem comanda o estaleiro é o **dono**. Outra distinção em relação aos dados de Valença é que, na localidade, há a figura do **armador**, o proprietário do estaleiro, tido por quem não conhece a realidade local como o construtor das embarcações, embora não participe de nenhuma etapa de sua construção:

(85) O dono daquele estaleiro ali não dá um prego em um sabão. E o carpinteiro aqui não tem nome, quem tem nome é esses que paga pra fazer e lá não dá um prego! Carpinteiro aqui bem poucos têm nome! Os dono do estaleiro é quem são os carpinteiro. (Seu Dedé).

Os informantes também atribuem à designação **armador** o sentido de ‘aquele que possui um estaleiro registrado’, como o Estaleiro Camarada, em Camamu, propriedade de um filho de Cajaíba, onde os estaleiros são informais:

(86) É... **armador**... agora, ninguém tem o saber registrado aqui. (Seu Zelito)

Muito interessante é a definição que este informante dá para os estaleiros da comunidade:

(87) **Estaleiro** é como eu falei, ninguém tem. (...) É um... **uma locação de praia...** de trabalho. Cada um tem uma praiazinha fazendo, é... (...) **Uma praiazinha pra trabalhar...**

Ainda assim, a forma **estaleiro** é bastante produtiva entre eles para designar as suas *praiazinhas pra trabalhar*, mesmo no uso de quem afirmara que *ninguém tem estaleiro*:

(88) (...) não sei se a senhora viu [um de seus filhos] lá no **estaleiro...** Também trabalha lá daqueles lados... mas não quer seguir minha profissão. (Seu Zelito).

Em Cajaíba, também, designa-se por **armar barco** o ‘ato de construir uma embarcação’:

(89) Depois vim pra aqui e continuei a **armar barco** por minha conta. (Seu Zé Bodinho).

Outro aspecto diferenciador da atividade nas duas localidades é o fato de que, enquanto a carpintaria naval de Valença depende das encomendas de novas embarcações, os carpinteiros de Cajaíba constroem as embarcações para, então, pô-las à venda:

(90) Com o nosso recurso fazemos os barco, pronto, chega uma pessoa e leva pronto, logo, com quinze dias, vinte dias, um mês... (Seu Zelito).

(91) Vou armar um barco daquele tipo ali [uma traineira]; o cara tá interessado em comprar; disse: Zé, arme o barco que eu vou comprar outro barco. Praticamente, pela conversa dele, ele vai deixar fechado quando sair daqui... (Seu Zé Bodinho).

Eventualmente, fazem barcos sob encomenda, mas dizem ser *muita consumição*, porque, de quando em vez, a obra fica emperrada por falta das verbas necessárias para a sua continuação. Por isso preferem mesmo trabalhar com recurso próprio:

(92) Mas só que não é bom, não, trabalhar como encomenda; é bom o trabalho pra depois o cara vender... (Seu Zé Bodinho).

Tais quais os Mestres de Valença, os carpinteiros de Cajaíba lideram as atividades em seus estaleiros, distribuindo as tarefas. *Marcar o trabalho* designa, justamente, essa distribuição:

(93) Aí eu vou **marcar**, meu trabalho quem **marca** sou eu; eu **vou marcar**. Quer dizer, eu vou, digo: “eu quero assim”; aí o cara que entende faz do modo que eu quero; na hora, eu vou lá olhar, ver se está certo... (Seu Zé Bodinho).

Sabedores de que a responsabilidade final pelos erros e acertos é sua, eles não são meros supervisores: fazem eles próprios as peças e acompanham de perto o desempenho de seus liderados:

(94) Sempre tem que tá na presença, olhando (...). Se eu ver que tá errado, eu digo: assim, não... tem que ser assim.(...) aí mando furar; faça isso, faça aquilo... e na prática vai vendo, e eu tô ali, marcando e fazendo... (Seu Zé Bodinho).

Em se tratando de uma embarcação, um erro de cálculo pode comprometer a segurança de quem vai utilizá-la. Sobretudo porque constroem barcos para navegar não só na Bahia, mas em outros estados do Brasil, em outros países. Os carpinteiros falam de barcos que já construíram como se fossem filhos que, uma vez “criados”, seguiram o seu destino:

(95) Certa vez eu fiz um barco pros Estados Unidos que foi todo assim [reforçado]... Ia pra Porto Rico, (...) daqui pra lá não deu um pinga de água... viajou até Porto Rico... (Seu Zé Bodinho).

(96) O primeiro barco eu vendi até a esse... esse senhor publicitário (...), o São Domingo...(Seu Zelito).

Os dados de Cajaíba, no que se refere à composição hierárquica nos estaleiros, mostram que itens lexicais que se situavam numa posição de fragilidade no sistema

acabaram por cair em desuso, permanecendo apenas no vocabulário passivo de alguns informantes mais velhos. Estão nessa situação as formas **mestre** e **oficial**. Em Valença, ainda são produtivas, mas em pleno processo de redução semântica, tendem a seguir o mesmo rumo.

Alguns traços semânticos incorporados ao uso de **mestre** e **oficial** na região não são novidade na língua portuguesa. Esses verbetes constam do glossário elaborado por Carbonell Pico (1963), sobre a terminologia naval portuguesa anterior a 1460. Nesse trabalho, a autora aponta uma tipologia variada de mestres, conforme o tipo de embarcação, evidenciando ser esta uma designação bastante conhecida na terminologia náutica: Mestre de aloque, Mestre de barca, Mestre de caravela, Mestre de nau, Mestre de navio, etc. Portanto, Mestre era ‘aquele que nos navios tinha a seu cargo o aparelho e o velame , e a quem competia também dirigir a tripulação’, desde o início da viagem até o retorno ao porto de partida. Mas Carbonell Pico salienta que não era somente no âmbito da navegação que se usava o termo para fazer referência àquele que dirigia os trabalhos – chamava-se **mestre** ao ‘capataz de qualquer ofício’, como: Mestre de calafates (que documentei em Cajaíba), Mestre de carpintaria, Mestre dos engenhos, Mestre de fazer naus, Mestre de pedreiro, etc. Nos navios mercantes, ao Mestre correspondia o **contra-mestre** (forma documentada em Valença).

No que se refere a **oficial**, Carbonell Pico (1963) afirma que o vocábulo adquiriu especialização de sentido, empregando-se quase exclusivamente para designar membros do exército do mar ou da terra, embora se aplicasse ainda a alguns artífices, como carpinteiros e marceneiros. Nos documentos medievais que pesquisou, a palavra tinha o sentido de ‘qualquer artífice membro da tripulação’; portanto um emprego no campo léxico da marinharia.

Vimos que os casos de redução semântica observados no *corpus* ocorreram em virtude das transformações das *práticas e crenças socialmente herdadas* (Sapir, 1971). Essas transformações atuaram sobre a caracterização social dos sujeitos (D’Onofrio, 1998), gerando novos significados e novos ajustes estruturais do campo léxico. As palavras não desapareceram ainda, mas são lembradas, capturadas em algum ponto da memória

pregressa dos carpinteiros. Lembrando D’Onofrio (1998:46), são indícios das relações sociais no quadro em que o trabalho se realiza; são como relíquias das formações sociais desaparecidas...

Como ensina Wartburg (1951), esse grupo semântico, tal qual outros fatos culturais produzidos pelo homem, não tem contornos precisos, constantes, como, por exemplo, os grupos estabelecidos pela natureza (partes do corpo humano, fenômenos atmosféricos, etc.). Essa configuração semântico-lexical, fruto de pressões internas e externas ao sistema lingüístico (Martinet, 1975), deverá seguir a sua evolução histórica assimilando tantas mudanças quantas sofrerem os grupos sociais que delas façam uso. E esses fenômenos são intuídos pelos próprios informantes:

(97) (...) de acordo a... concorrência de evolução, foi se transformando em estrada, e essas estrada acabou com essa coisa toda do transporte marítimo. (Seu Zelito).

### **5. A régua, a caneta e o pedaço de pau**

A transmissão do saber dos carpinteiros navais, dos segredos da sua Arte, sempre me fascinou, desde os primeiros contatos com os estaleiros. Como qualquer manifestação da sabedoria popular, a arte de construir embarcações das mais suntuosas às mais toscas, utilizando um conhecimento transmitido oralmente é mesmo de impressionar.

Contam os carpinteiros que os antigos mestres *não paravam pra ensinar a ninguém*: eles apenas chamavam os meninos a observar o que faziam, delegando-lhes, em princípio, pequenas tarefas num grau crescente de complexidade. Mesmo os que nasceram e se criaram em famílias de carpinteiros, adquiriam conhecimento também com Mestres de outras famílias, estabelecendo uma produtiva rede de formação e de informação. Sobre a sua experiência, conta Mestre Waltinho:

(98) Minha família, meus antecessor, é tudo construtor naval. Meus avós que passou pra meu pai e também meu pai pra mim...desde pequeno; qualquer coisa, ele me chamava...

Também eu tinha muitos colegas já antigo, mestre velho, que eu aprendi também, né? Tinha pessoas antigas, tinha Mestre João Bezerra... aquele pessoal do passado...

Muitas vezes, quando se deparam com a contraparte formal do seu saber, a engenharia naval, os carpinteiros reagem com certa ironia. Eles têm consciência do valor de sua ciência, embora lamentem o seu desprestígio e declínio.

Esse “estranhamento” é característico de um antigo debate entre os que consideram o senso comum como sendo um conjunto de métodos relacionados a concepções sobre a natureza e o mundo (Elliot, 1974), e, de outro lado, os que entendem o saber científico como “oposto” ao saber comum. Esta própria pesquisa demonstra que o debate é tão antigo quanto despropositado, uma vez que não somente é possível como é essencial que os fenômenos do senso comum sejam crítica e factualmente integrados à atividade científica (Elliot, 1974:21).

Um caso sintomático do confronto entre o saber da “régua e da caneta” e o saber do “pedaço de pau” foi o evento da construção da nau capitânia por ocasião das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Mestre Waltinho contou-me que o fiasco da nau que não navegou é motivo de piada entre os carpinteiros da região. Não entendem os interesses escusos e a burocracia que impediu que a nau fosse construída por aqueles que ainda detêm o secular saber da carpintaria naval. Os organizadores do malfadado evento perderam uma singular oportunidade de mostrar ao mundo um raro bem da nossa cultura.

Mestre Waltinho faz pouco dos engenheiros e arquitetos que ignoraram o saber da antiga tradição naval da região:

(99) Fiz barco pra vários país aí do mundo; fiz barco pra Espanha, pro Canadá, pra Israel... Fiz caravela , a Nina, que tá aí o exemplo, viajando o mundo todo, a réplica da Nina<sup>34</sup>. Não participei da nau. A nau, nem me chamaram pra nada. Eu acompanhei na Base Naval, fui lá ver qualquer coisa, não me deram espaço. Veio o Clube Naval do Rio, fez a nau em

---

<sup>34</sup> Essa réplica foi construída por Mestre Waltinho para o filme *1492*, estrelado por Gerard Depardieu, que conta a saga de Cristóvão Colombo.

Salvador e deu no que deu! Enquanto a Nina tá o exemplo aí no exterior, até hoje navegando...

Ele é um dos que demonstram consciência do valor e dos mistérios do seu saber, muitas vezes difíceis de compreender pela ótica do saber formal:

(100) O engenheiro tem vontade de ver, ele olha... olha... Ele traça de uma maneira, nós traçamos pelo graminho. Graminho é a parte fundamental.

Alguns professores do curso de Construção Naval do CEFET de Valença tentaram, em vão, trazer para as suas salas de aula a sabedoria dos Mestres, mas esbarraram sempre nos entraves burocráticos comuns à nossa máquina administrativa governamental. O resultados dessas incompatibilidades foi a aprendizagem de um saber estanque em relação à cultura local, fadado a ficar restrito a um certificado de conclusão de curso, o que gerou a frustração por parte de quem “aprendeu” e desânimo por parte de quem diz ter, efetivamente, algo a ensinar:

(101) (...) se vier pra aqui [para o estaleiro] e for inteligente, de um ano em diante eles já tão fazendo alguma coisa; agora lá [no CEFET], só riscando no papel, ele não vai aprender nunca. Sabe por que? Porque se perguntarem a ele que peça é essa aqui, ele não sabe... Ele pode desenhar lá no papel, mas não sabe explicar as peça, porque toda peça de barco tem nome, não é isso?! (Velho).

Sobre os que lograram a conclusão do curso pelo CEFET, Velho comenta:

(102) Já se formaram em Construção Naval. Agora se formaram no papel, no caso em desenho, né, porque cá nunca viram a ferramenta, não (rindo)... Até hoje nunca vieram pegar a ferramenta; então eles se formou, mas não sabe. (Velho).

Ao contrário dos técnicos em construção naval, os carpinteiros da região se orgulham do seu próprio saber, e reconhecem o valor da forma como o receberam dos mais experientes, além de reputar por inútil o conhecimento da engenharia:



(103) É uma senhora escola [o estaleiro], porque tem pessoas que acha bonito o nosso serviço porque a gente não foi pra engenharia nenhuma, como tem o CEFET aí, né? Não, mas a gente aprendeu assim, pega, risca e faz tudo! Às vez o engenheiro chega pra medir o que a gente já sabe, né, porque o engenheiro só faz na pranta, como teve um que me disse lá em Valmiro [estaleiro do Mestre Valmiro]. Eu digo: rapaz, isso aí a gente, os menino daqui já sabe de cor! Ele disse: ah, mas eu aprendi não sei o quê, eu faço aqui no papel. Eu digo: então o senhor embarca no papel! (Velho)

(104) (...) porque no Rio [de Janeiro], meu colega tava me falando que a sobrequilha não faz parte da embarcação. Eu disse: ele como estudou como engenheiro e eu não, pelo que eu tô vendo, não sabe de nada... (Cláudio).

Velho sempre demonstra muita segurança quando fala sobre o valor do aprendizado informal que circula entre os trabalhadores num estaleiro:

(105) E a escola nossa é com ele aqui, é com seu Zé [Mestre Zé Crente], é com Valmiro [Mestre Valmiro], é com Jorge Ganso, é com Tonho Cheiroso, que são as pessoa que sabe trabalhar... Então a escola foi entre eles aqui mesmo, nunca saí pra ir pra lugar nenhum.

Os saberes se encontram, mas não se misturam, quando a burocracia demanda que a embarcação tenha um projeto:

(106) A gente faz a embarcação, depois é que o engenheiro vem pra fazer a planta, pela embarcação.

Dentre os entrevistados, o mais jovem, Cláudio, é o único que manifesta desejo de aliar alguma teoria à sua prática:

(107) Eu adoro a minha profissão (...), eu sou apaixonado mesmo, e quero aprender mais ainda, porque se tivesse um colégio assim, de engenharia naval, eu tava estudando (...), porque como eu tenho a prática, eu ia pegar a teoria também...

Reconhecem a dificuldade em se transmitir o saber comum através de estruturas formais, mas eles querem que a sua tradição seja preservada, antes que seja tarde demais:

(108) Agora na idade minha [então, 74 anos] não tem que pensar mais nada – é pensar no que vou fazer no resto, no final da vida. E fazer alguém que quer aprender, pra deixar na história o nome... conseguir alguma coisa pra se lembrar daquele que ensinou. (Mestre Waltinho).

Em Cajaíba, seu Dedé, quando perguntado se fazia algum tipo de desenho antes de começar a construir uma embarcação, afirma:

(109) (...) não precisa de engenharia nenhuma, que nós temo prática.

Os carpinteiros de Cajaíba desfrutam, segundo eles próprios, do reconhecimento público pelo seu trabalho:

(110) (...) eles [as pessoas que vêm de fora] elogiam como as pessoas ... que têm um conhecimento de grande valor, né? E vem os cara de muito lugar e... se dedicam a procurar saber se alguém aqui é formado... se alguém estudou aquela coisa: ninguém aqui! Tem pessoas aqui que não sabe fazer o nome, como eu, mas... têm a prática... (Seu Zelito).

De modo geral, têm baixa escolaridade e nada do que sabem veio de qualquer *teoria*. Sua habilidade vem da prática, da *persistência no trabalho*.

(111) (...) Então você vê aquelas coisas ali, coisas que... que alguém vê e admira, e... procura saber como é que a gente faz aquilo com uma perfeição... Então, a coisa com perfeição nós fazemos é de acordo a persistência no trabalho... nós pega uma prática, e nessa prática a gente fazemos essas coisa que, graças a Deus todo mundo admira, uma coisa muito importante. (...) Agora, ninguém aqui tem uma... uma formatura como um profissional de tal coisa, ninguém, ninguém... (Seu Zelito).

Seu Zelito conta que, uma certa vez, alguns argentinos visitaram Cajaíba para conhecer a sua carpintaria naval. Curiosos para conhecer o graminho, ficaram espantados quando o viram: *É isso que o senhor chama de graminho?!*, indagaram surpresos. Seu Zelito explica que o espanto foi causado porque diante dos estrangeiros estava *um pedaço de taubua com uns riscozinho, as coisas que a gente por ali se guia...*

Quanto à relação que os carpinteiros têm com os *engenheiros navais formados*, contam que, muitas vezes, necessitam de projetos técnicos, somente para atender a exigências burocráticas de alguns contratos. Quando isto ocorre, o engenheiro elabora o projeto com base nos desenhos do carpinteiro:

(112) (...) hoje nós desenha o barco antes e depois ele [o engenheiro] faz o projeto. É um projeto da gente. Então, o lado do arquiteto é a engenharia de... de régua e de caneta. Pra nós uma régua é um pedaço de pau. (Seu Zelito).

Em outra ocasião, Seu Zelito me contava como eram complexos os cálculos das peças de uma embarcação:

(113) Então eu fiz um cálculo de... de pensamento... de horas de sono... Acordava pensando naquilo... Disse: amanhã eu vou fazer tal coisa, assim, então vai essas coisas que entra o tempo de fazer... um pensamento...

Enfim, qualquer pessoa que acompanhe o trabalho dos carpinteiros navais da região ficará impressionada com a sua habilidade, com a precisão dos seus cálculos e com o resultado final dos métodos que empregam – tudo fruto da persistência no trabalho e de muito estudo, muito pensamento. Para fazer barcos, completa seu Zelito, é preciso:

(114) (...) matutar um bocado, arrodar, assim, pra poder dar certo. Nós somos professor desse lado também, nós somos professor...

### 5.1 Um barco que vai nascer: sobre alguns processos de nomeação da realidade

Quando os carpinteiros tentam explicitar seus métodos, percebe-se claramente a interseção da língua comum com a língua de especialidade; assim, operam com tantos recursos lingüísticos quantos necessários para tornar compreensível a sua explicação. Nesses casos, formas já existentes no léxico comum emprestaram matizes semânticos ao vocabulário dos carpinteiros, para atender a necessidades expressivas em processos de nomeação de fatos que tentam retratar:

(115) O fundo [do saveiro] é mais estreito, as cavernas têm mais pé... A lancha, não, ela é sura, ói como é o fundo dela, tá vendo? (Mestre Zé Crente).

O sentido atribuído a **sura** pelo informante é o de ‘animal sem rabo ou que apresenta somente um coto de cauda’. Com essa acepção, a forma é variante de **suro**, **suruco** e **suruca**, todas documentadas no Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963), carta nº 113; e no Atlas Lingüístico de Sergipe (1987), carta nº 115. A lancha é sura, portanto, porque não tem “rabo”, como o saveiro.

Conforme conferimos nos trabalhos de Isquierdo, (1998) e Silva (1998), nos processos de nomeação em léxicos específicos, é comum os falantes associarem elementos de suas experiências psicossociais à realidade que pretendem representar lingüisticamente. Nos dados analisados, por exemplo, identifiquei casos em que os carpinteiros navais, empregando processos metafóricos, atribuem traços humanos às embarcações, a partes dela ou a alguma etapa de sua construção:

(116) Depois faz o leme com umas ferragem, coloca, que é o... **o juízo do barco**. (Mestre Zé Crente).

(117) (...) passa um oleozinho e bota fogo [na madeira a fim de curvá-la para fazer um cintado] ... com a quentura ela vai ceder (...) vai molhando com uma aguazinha nela, **ela vai sentindo**, ela vai envergando... Já tem experiência em fazer... ela cede automaticamente, **ela se entrega**, fica torta do jeito que a gente quer... (Mestre Waltinho).

(118) A quilha [parte do barco que mais gosta de construir], que a gente tá vendo que é mais **um barco que vai nascer**. (Mestre Valmiro)

(119) (...) tive o prazer de trabalhar nesse barco, uma das escuna mais bonita [a Estrela D'alva], tanto que saiu em revista e tudo; aí, já **no fim da vida dela**, aí veio pra aqui, já aqui no meu estaleiro, pra eu desmanchar e fazer um barco de carga. (Mestre Valmiro).

(120) (...) tem que saber que tamanho é a embarcação, a largura que vai ficar a embarcação, pra ela não ficar **doida**, né, **bandoleira**, como se diz, né? (Cláudio).

(121) Se um barco é projetado pra dez tonelada, um **barco frouxo** mesmo que não tiver projetado pra isso não vai güentar dez tonelada. (Cláudio).

(122) Tem barco que aqui é bem **ancudo**, aí a água quando chega aqui é aquele montão de água medonho! (Seu Zé Bodinho).

(123) (...) quanto mais ele [o barco] tem menos pé, ele fica mais **bochechudo**. (Seu Zé Bodinho).

(124) (...) toda estrutura vem em cima daquela peça [o cintado]. E aí tome-lhe cravilha! **Coitada, ela sofre**, né? E fura e tome-lhe cravilha pra guentar outra peça! (Seu Zelito).

Em outras ocorrências, os informantes formularam hipóteses sobre alguns processos de denominação de sua realidade, evidenciando a sistematicidade e a consciência espontânea de seu uso lingüístico. Por exemplo:

(125) Porque aí nós coloca o nome de sobrequilha porque a quilha é essa outra, essa daí que tá aí embaixo. (Mestre Zé Crente).

(126) Como eu tava dizendo, é a mesma borda falsa, que ela é borda falsa porque está acima do convés, não é isso? (Mestre Zé Crente).

Identifiquei, ainda, alguma *solidariedade semântica* (D’Onofrio, 1998) entre lexemas do mesmo campo da especialidade. Do vocabulário de procedimentos de navegação, **atracar** emprestou o traço semântico ‘juntar, aderir com firmeza’ para o processo de pregação da sobrequilha:

(127) Aí faz uma **atracação** através de parafuso. (Mestre Zé Crente).

(128) Ali em cima, colocamos o dormente; então a embarcação fica toda presa, **toda atracada, bem atracada**. (Mestre Zé Crente).

Note-se que o mesmo informante, de forma espontânea, ou seja, sem que estivesse respondendo a uma pergunta direta, emprega **parafusar** ao invés de **atracar**, explicando o mesmo processo:

(129) Depois que colocar a sobrequilha, que **parafusar** tudo, aqui ela não sai mais do lugar...

E adiante:

(130) (...) é a sobrequilha mesmo, que ela já tá **presa através de parafuso** com a quilha, né isso?

Os informantes, também, identificam variações (diastráticas, diacrônicas, diafásicas, etc.), dentro do mesmo campo léxico:

(131) Eu tenho uma dúvida nos nome, que um chama pau de giba, outros chama pau de riba... me parece que o mais certo é pau de giba. (Mestre Zé Crente).

(132) Nós chamamos de resbordo (...) é porque na linguagem de antigamente, não sei se porque retorcia, era chamado de resbordo.(Seu Zelito).

(133) É... esse oficial já é uma palavra mais..., como é... mais... educada. (Seu Zelito).

(134) (...) pra mim... no meu... linguajar, né, é que não guenta carga [explicando o que denominara de barco frouxo]. (Cláudio).

Quando estão explicando os processos de construção de um barco, reconhecem que os nomes que empregam podem variar em relação àqueles empregados “pela engenharia”:

(135) Tabica, é chama de tabica **na linguagem da gente**... conhecemos por isso, né? Já **na engenharia... de outro lado**, às vezes tem um outro nome e a gente até ignora... (Seu Zelito).

(136) É o costelame, é, chama braço... caverna, braço, enchimento; **tem vários tipo de nome** que ... **o engenheiro naval já dá outro nome diferente**, né? (Seu Zé Bodinho).

(137) **Nós que trabalha por prática e não por teoria**, nós chama vau. (Mestre Zé Crente).

Os processos de comparação são também freqüentes, e revelam o esforço dos informantes para explicitar a sua realidade. Note-se que constroem comparações interessantes, sempre envolvendo elementos do senso comum:

(138) A mastreação... é como seja de um menino pra uma menina. Um menino a gente veste uma calça, uma camisa, um sapato... e uma cuequinha; botou uma meia, tá pronto! E a menina precisa uma argola, um lacinho no cabelo... e lá vai mais coisa, né? Então o barco é uma coisa assim, mas tem escuna que é uma coisa diferente... que seja... feminina... (Seu Zelito).

Veja-se a explicação que esse mesmo informante dá sobre a feitura do **cintado** da embarcação:

(139) O cintado é... é como que seja a pessoa vestir as calça e... pegou um cinto [fazendo o gesto de colocar o cinto]! Então se torna-se de um cinturão.

Esses dados confirmam que o léxico, muito mais que um inventário de palavras, retém saberes sociolinguísticos e culturais compartilhados pelos falantes das comunidades

estudadas. Mais além o léxico nos revela o modo como os carpinteiros interpretam, representam e modificam a sua realidade.

## 5.2 Os segredos da Arte: a suta e o graminho



Utilizando a SUTA, Mestre Valmiro traça um GRAMINHO

A antiga tradição da carpintaria naval ensina que *riscar um graminho* é o primeiro passo para a construção de uma embarcação:

(140) Isso aqui chama-se **graminho**; isso aí são os primeiros detalhe da embarcação, tá nesses traço, esses traço aqui.(...) O segredo tá aqui, aqui se chama-se **graminho**. (Mestre Zé Crente).

(141) Aqui na história dos antecessor, dos grandes Mestres, a gente tem um **graminho**, né? Cada construtor risca seu **graminho**, faz seu cálculo e constrói. O **graminho** é a parte básica da construção. (Mestre Waltinho)

(142) Eu trabalho com o **graminho**, né, porque dali que a gente sai surgindo as coisas. (Cláudio).



Os Mestres construtores navais utilizam um rudimentar sistema de medidas baseadas na palma da mão. Falando sobre como aprendeu a “riscar um graminho”, Mestre Waltinho diz que aprendeu porque tinha a curiosidade de ficar observando o seu pai usá-lo no estaleiro da família. Ele diz que no uso do graminho está *o segredo do profissional*; e demonstra preocupação sobre a transmissão desse *segredo*:

(143) Eu quando tenho um **graminho**, quando risco um barco, eu chamo todo mundo pra aprender... porque amanhã, depois, a gente morre, aí tem alguém que aprender, né? Acho bonito, né? Porque burro é o discípulo que não passa o Mestre.

Chegaram a ser cômicas as situações em que os Mestres tentaram me “ensinar” como se fazer os cálculos e riscar o graminho. Buscavam, em vão, me fazer entender a que parte da embarcação correspondia cada um daqueles riscos e o porquê das suas proporções. Não é que não fossem bons professores, mas me faltavam as condições a que foram expostos para que aprendessem os segredos do graminho. Dentre elas, os longos anos de prática, de observação do uso – definitivamente, é um conhecimento de difícil teorização. Para ilustrar o que digo, vale a pena a transcrição de um trecho da tentativa do Mestre Zé Crente, em que, segurando um graminho, procurava me explicar o significado de cada um dos seus traços:

(144) (...) porque aqui chama-se o pé da caverna, no caso, né, porque isso aqui significa o pé da caverna. Cada uma caverna dessa aqui, ela vai ficando... a maior é essa daqui de cima; outras vai tendo um ponto menor e um pé mais alto, que é pra fazer a entrada ou a saída de água; porque ela não pode ser o pé tudo de uma altura só, porque aí não vai ter condição. Que a popa, a senhora vê que tem bem que ir subindo, né? Justamente, é isso que tá aqui; cada uma caverna que faz, a senhora vai passando pra aqui, ela só vai alteando o pé, pra chegar àquele ponto de ter a saída ou a entrada de água. É, o problema tá nisso aqui. Compreendeu?

As abonações dos dicionários não ajudam muito a visualizar o incrível graminho. De modo geral, lexicógrafos brasileiros e portugueses o definem como:

- ‘um instrumento usado por carpinteiros, marceneiros, torneiros, construtores náuticos, etc., para traçar riscos paralelos à borda de uma tábua;
- ‘um instrumento que serve para riscar linhas paralelas a um lado reto’;
- ‘uma tábua com uma peça ao meio, de modo a formar com as tábuas ângulos retos’;
- ‘traçado geométrico outrora usada na fabricação de navios’;

Etimologicamente, os dicionários derivam graminho de *grama+inho*; vindo **grama-** do grego *grámma, atos*, ‘caráter de escrita, letra, texto, inscrição, linha, algarismo’.

Graças ao emprego do graminho pelos mestres construtores da Bahia as embarcações têm uma histórica e intrigante homogeneidade em sua forma. Esse aspecto foi ricamente abordado pelo arquiteto ucraniano Lev Smarcevski (1996), em *Graminho: a alma do saveiro*; e ele justifica o título que deu à sua obra:

A similitude com um barco egípcio – a sua infraestrutura, o seu velame – faz crer que o graminho é um ábaco genealógico, responsável pela manutenção de uma incomparável perfeição náutica e por uma absoluta pureza funcional acumulada e aperfeiçoada ao longo do tempo pelos artífices e construtores navais. Sintetizado num pequeno pedaço de madeira, concebido e tocado por esses “deuses”, gostamos de chamar, filosoficamente, o graminho de “A Alma do Saveiro”, denominação inspiradora do título deste livro. (Smarcevski, 1996:22).

Em seu trabalho, Smarcevski define o graminho como ‘um ábaco detentor dos parâmetros utilizados pelos mestres construtores indianos trazidos de Goa, Cochim e da Ilha de Bitão para o Brasil, no século XVI (p.22). O autor diz serem os construtores indianos seguidores da tradição dos carpinteiros egípcios, árabes e de outros ainda mais antigos, com quem os portugueses intercambiaram conhecimentos de carpintaria naval. Esse não é um posicionamento unânime entre os estudiosos da marinharia portuguesa e brasileira, mas não pretendo aqui discutir essa questão, em razão dos objetivos por ora estabelecidos para este estudo. De todo modo, Smarcevski fornece uma detalhada descrição técnica de um graminho, inclusive instruindo sobre como traçá-lo.

Um outro instrumento simbólico da tradição dos mestres carpinteiros é a **suta**. Essa ferramenta é utilizada para calcular as partes curvas (e são muitas!) das embarcações, enquanto as peças retas são traçadas pelo esquadro:

(145) Olhe o jeito da embarcação: a largura que ele tem no meio ele tem na popa? Não... Então com a **suta** é que damos essa diferença aqui e o graminho, que ela já está toda riscada no graminho que nós tem, e ali tá marcando esse que chama escantilhão – a diferença já está tudo ali. (Mestre Zé Crente).

Um dos indícios da importância da suta para a carpintaria está refletida em sua produtividade no uso lingüístico em questão. Veja-se, a explicação de seu Zé Bodinho sobre a pregação da falca:

(146) É que ela tem **sutamento**, ela tem caimento... lá adiante fica certa... É um negócio meio complicado, porque você fazer uma casa, não, é tudo esquadro, mas um barco depende de **sutamento**. (...) Peça de esquadro mesmo tem bem pouca, quilha, roda de proa, que é feita no esquadro... mas se for pra encher o barco, começa pelo esquadro e termina em **sutamento**.



**Seu Martelo, carpinteiro de Cajaíba, confere o SUTAMENTO de uma CAVERNA.**

De etimologia obscura, **suta** figura nos dicionários como um ‘instrumento com que se marcam ângulos num terreno’; ‘espécie de esquadro de peças móveis com que se traçam e se medem ângulos’; ‘utensílio de pedreiro formado por duas réguas articuladas por um extremo e que se fecham sobre si, geralmente para fazer sutamento em qualquer superfície angular’. Alguns dicionários registram, ainda: a **suta de braços**, um ‘instrumento concebido para a medição dos diâmetros das árvores; constituído por uma barra graduada com um braço fixo e outro móvel’; a **suta digital**, variante da suta de braços, que permite a digitalização das medições efetuadas.

Abonado pelo informante como ‘caimento curvo na peça de madeira’, **sutamento**, também um item dicionarizado, se refere ao ‘ato ou efeito de transplantar um ângulo a uma superfície angular por meio de suta e, por extensão, o ângulo que se transplanta desse modo. **Sutar** designa o ajuste de uma peça noutra servindo-se de suta; transplantar um ângulo de uma peça a outra por meio de suta.

Tal qual *zappuni* (tipo de enxada), forma do siciliano discutida por D’Onofrio (1998:47), o termo **suta** também está sujeito às mesmas regras que outros itens do léxico da língua, sujeitos a quaisquer associações demandadas por uma necessidade expressiva (*e.g* martelo/martelar/martelando; prego/pregar/pregado; ripa/enripar, etc.). Daí, a produtividade

de **suta** e de algumas formas derivadas: **sutar**, **sutando**, **sutamento**, **sutado** (adj), **sutadinho** (adj).

Os carpinteiros mostram que detêm um conhecimento espontâneo dos procedimentos organizados e socialmente operados (D’Onofrio, 1998), necessários ao desempenho das tarefas, que, por sua vez, são condicionadas pelos saberes comuns inerentes à atividade da construção naval. E aqui, conforme afirmei anteriormente, a linguagem tem um papel essencial na forma de representar o *common-sense knowledge* (Garfinkel, 1974), já que integra e possibilita a manifestação deste mesmo senso.

O **schema dell’operare técnico** proposto por D’Onofrio (1998) faz-se bastante interessante para esta interpretação. Para ele, os instrumentos empregados para obter produtos satisfatórios a um processo laborativo são culturalmente motivados e decorrentes da natureza social das necessidades humanas – tanto o graminho quanto a suta representam um comportamento técnico culturalmente orientado. Esse *esquema* se converte em *norma* graças à intermediação do sujeito, cuja caracterização social se associa aos significados em que as formas se atualizam no contexto do trabalho. Daí, segundo D’Onofrio (1998), ser na ação laborativa que se manifesta a correspondência mais significativa entre o *sistema da língua* e o *sistema da cultura material*.

Embora eu não tenha compreendido o segredo que Mestre Zé Crente tentou me revelar, contei com a sua complacência, uma qualidade que somente os bons mestres têm – ele me presenteou com o seu graminho e uma suta. Se não aprendi a traçar um graminho, aprendi que o encontro do saber dos homens comuns com a nossa curiosidade científica pode ser verdadeiramente enriquecedor para uns e para outros, quando o intuito é o conhecimento mútuo, a compreensão dos valores de cada um, sem a tola pretensão de demarcar fronteiras ou de impor uma particular visão dos mundos que se tocam.

### **Arrumando as ferramentas: considerações finais**

Ao final de uma jornada de trabalho, é rotina nos estaleiros a arrumação das ferramentas, para que, devidamente organizadas e limpas, possam ser utilizadas no dia seguinte. E é isto exatamente o que faço agora. Olho para o resultado de alguns anos de lida e sinto satisfação por ter conseguido chegar ao fim da jornada, tendo ainda as ferramentas que me serviram e que podem servir a outros. Refiro-me aqui aos recursos do instrumental teórico e metodológico que utilizei, mas também falo da singular experiência humana, o principal motor quando das instabilidades das marés que surpreenderam o curso desta pesquisa.

Ouvi de um informante (Cláudio) uma frase que nunca mais saiu de minha cabeça, quando me falava sobre a importância da estrutura numa embarcação. Ele me disse que *o vento quando vem, a gente não sabe qual é a força que vem o vento. Tem que tá preparado*. Assim, desde os primeiros contatos com o objeto deste estudo eu entendi que necessitaria de uma boa e sólida estrutura para empreendê-lo.

Se não alcancei a estrutura ideal, ao menos pude contar com bases pertinentes ao grau de aprofundamento a que pretendia chegar por agora. Procurei me cercar da boa tradição dos estudos dialetais; de estudos que associaram a linguagem à cultura em que esta se manifesta; de dados históricos e etnográficos da cultura naval brasileira; de abordagens semânticas a léxicos específicos e, muito especialmente, confesso, da incrível sabedoria dos homens comuns que constroem barcos de madeira...

Além da busca pela compreensão de aspectos que caracterizam o campo léxico da carpintaria naval, procurei abordar alguns procedimentos técnicos culturalmente orientados em associação com a linguagem, que permitem aos usuários da língua empregar signos que refletem e comunicam a sua própria e única experiência (*e.g.* **Mestre; oficial; graminho; suta**).

Procurei interpretar o significado dos fenômenos lingüísticos e culturais a partir do sentido atribuído pelos próprios membros das comunidades de fala, entendendo o sentido

de um fenômeno como o significado particular que ele assume em relação à situação de uso, do funcionamento concreto, do significado interno que assume no universo social e cultural dos indivíduos que o produzem e o empregam (*e.g.* **lança sura; barco frouxo; barco ancudo; embarcação bandoleira; a madeira se entrega, o juízo do barco**).

Em outras palavras, busquei responder a questões como: o modo pelo qual uma organização léxica corresponde a um tipo determinado de experiência e conhecimento intuitivo do real; a escolha de palavras empregadas para nomear diversas condições sociais e as relações semânticas que se estabelecem entre essas palavras; os domínios da experiência em que há concentração (ou, ao contrário, escassez) de distinções semânticas.

Mais amplamente, pretendi oferecer uma contribuição aos estudos etnolingüísticos, no que se refere:

- a) ao levantamento dos itens lexicais representativos das atividades e processos relacionados à carpintaria naval;
- b) ao confronto desses dados com aqueles levantados da consulta aos textos dos séculos XVI e XVII, sobre a historiografia naval brasileira;
- c) à interpretação dos dados levantados, no nível léxico-semântico, levando-se em consideração fatores externos ao sistema lingüístico que possam ter atuado sobre o acervo lexical sob estudo;
- d) à reunião de dados iconográficos sobre a atividade de carpintaria naval na Bahia;
- e) à elaboração de um glossário de termos da carpintaria naval da Bahia, visando a contribuir para estudos futuros sobre o tema.
- f) a uma revisão de teorias e métodos de estudos nesse âmbito, com a finalidade de estimular novas pesquisas.

Contudo, muito ainda há que se fazer nessa seara: para ficarmos somente nos fenômenos culturais ligados aos ofícios tradicionais, muitos estão na rota inevitável da extinção, com todo o seu patrimônio, levados pela irrefreável evolução tecnológica. A aplicação de velhas práticas laborativas pode não mais ser possível, acostumados que estamos à celeridade dos tempos modernos. Mas precisamos nos debruçar sobre esses costumes que tanto dizem sobre o nosso passado e sobre os rumos de nosso presente, cultural e lingüisticamente falando.

Não cabe mais, contudo, uma aproximação movida apenas pela curiosidade, por exemplo, de quem observa um pássaro exótico numa floresta tropical. A ciência, através de seus muitos braços, construiu (e forneci aqui uma pequena amostra desse percurso) um consistente aparato teórico e metodológico para que abordemos esses fenômenos com alguma pertinência e com algum resultado para as gerações que hão de vir, e que gostarão de saber em que consistiu a sua formação sócio-histórica.

Devo confessar, contudo, que para um trabalho desta natureza, aquela curiosidade inocente é muito bem vinda, para completar e dar algum sabor aos rigores acadêmicos. Aliás, as falhas nesse sentido, de “escapular” dos métodos em favor da contemplação e da fruição, todas elas são de minha inteira responsabilidade.

Asseguro, no entanto, que persegui a honestidade científica e o respeito aos informantes e ao seu ambiente, para alcançar a compreensão de seu trabalho e de seu uso lingüístico. Embora alguns carpinteiros insistissem em me chamar de professora, fui, em seus estaleiros, uma compenetrada aprendiz do seu modo de trabalhar e de pensar a vida. Provei do seu saber, e evoluí na arte de escutar e de esperar pela manifestação dos seus segredos.

Enfim, concordando com seu Zelito, *foi Deus que nos ajudou aqui, porque trabalhamos com honestidade, graças a Deus, e graças a Deus a sabedoria não virou bicho*. Sendo assim, *Laus Deo!*



## Referências

ABREU, J.Mendoza. *Contribución al estudio del habla rural y marinera de Lepe (Huelva)*. Huelva: Imprensa Provincial, 1985.

AGOSTINHO, Pedro. Contribuições para a arqueologia naval de Portugal e Brasil. Tipologia do barco do Recôncavo. In: *Revista Ocidente*, vol. LXVI. Lisboa: 1964. (p. 111-130).

AGOSTINHO, Pedro. *Embarcações do Recôncavo*. Um estudo de origens. Salvador: Museu do Recôncavo, 1973.

ALVAR, Manuel. *Atlas lingüístico y etnográfico de Andalucía*. Granada: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1961.

ALVAR, Manuel. *Léxico de los marineros peninsulares*. Madrid: Arco/Libros, 1985.

ALVAR, Manuel. *Atlas lingüístico y etnográfico de Cantabria*. Madrid: Arco/Libros, 1995.

ANDRÉ, Marli Eliza Damazo Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995. (Série Prática Pedagógica).

BOLÉO, Manuel de Paiva. Relações da lingüística com a Etnografia e o folclore. In: *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XIX. Coimbra, 1991. p. 249-281.

BUTTITTA, A. I. Cultura, segni e società. In: D'Onofrio, Salvatore & Gualdo, Riccardo (org.). *Le solidarietà. La cultura materiale in linguistica e in antropologia*. Atti del Seminario di Lecce (novembre-dicembre 1996). (Pubblicazioni del Dipartimento di Filologia Linguistica e Letteratura dell'Università di Lecce. vol. 13). Galatina: Congedo Editore, 1998.

CARBONELL PICO, M.A.T. *A terminologia naval portuguesa anterior a 1460*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, 1963.

CÂMARA CASCUDO, Luiz da. *Jangada*. Rio de Janeiro: MEC, 1957. 183 p.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: EDUSP, Belo Horizonte: Itatiaia, 1980 [1583]. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 13)

CARDOSO, F. *O trabalho na América Latina*. São Paulo: Ática, 1988.

COSERIU, Eugenio. *Fundamentos e tarefas da sócio e da etnolingüística*. Conferência apresentada no I Congresso Nacional de Sócio e Etnolingüística. João Pessoa, 1978. (Cópia mimeografada).

COSERIU, Eugenio. *Teoria del lenguaje y linguística general*. Madrid: Gredos, 1982.

COSERIU, Eugenio. *Sentido y tareas de la dialectología*. Madrid: Gredos, 1987.

COSERIU, Eugenio. *Gramática, semántica, universales*. México: Instituto de Investigaciones Filológicas/Centro de Cultura Hispánica, 1982.

COULON, Alan. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. (2.ed.).

DIAS, Henrique. Relação da viagem e naufrágio da nau São Paulo. In: BRITO, Bernardo Gomes de (Org.) *História trágico-marítima*. Lisboa: Editorial Sul, 1955. (vol. 2, p. 28-31).

D'ONOFRIO, Salvatore. *Langue e cultura materiale*. In: D'Onofrio, Salvatore & Gualdo, Riccardo (org.). *Le solidarietà. La cultura materiale in linguística e in antropologia*. Atti del Seminario di Lecce (novembre-dicembre 1996). (Pubblicazioni del Dipartimento di

Filologia Linguistica e Letteratura dell'Università di Lecce. vol. 13). Galatina: Congedo Editore, 1998.

DURANTI, Alessandro. *Linguistic anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

EBERHARD, G., HUNDT, C. & SCHÖNBERGER, A. *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt am Main: Biblioteca Luso-brasileira do Instituto Ibero-americano, 2000.

ELLIOT, Henry C. Similarities and differences between science and common sense. In: Turner, Roy (ed.). *Ethnomethodology*. Selected readings. Middlesex: Penguin Education, 1974.

FERREIRA, C. *et alii*. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA/IL/FUNDESC, 1987.

FERREIRA, Leda Leal. Análise coletiva do trabalho: com a palavra, os trabalhadores. In: . Duarte, F. & Feitosa, V. (Org.) *Linguagem e trabalho*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ/LUCERNA, 1998. p.82-92.

FORESTI, F. *La parole del lavoro*. Lessici dialettali e culture materiali. Bologna: CLUEB, 1990.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Pescadores do rio Amazonas*. Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Ministério da Ciência e Tecnologia/CNPq/Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Historia da Prouincia Santa Cruz*. Lisboa: 1858 [1576].

GARFINKEL, H. The origins of the term 'Ethnomethodology'. In: Turner, Roy (ed.). *Ethnomethodology*. Selected readings. Middlesex: Penguin Education, 1974.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1993.

GECKELER, Horst. *Semántica estructural y teoría del campo léxico*. Madrid: Gredos, 1971. (Versión española de Marcos Martínez Hernández).

GILLIÉRON, Jules & EDMONT, Edmond. *Atlas linguistique de la France*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1920.

HOINKES, Ulrich & DIETRICH, Wolf. *Kaleidoskop der Lexikalischen Semantik*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1997.

HOUAISS, A. & VILLAR, M.S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HÜLLEN, W. & SCHULZE, R (ed.). *Understanding the lexicon*. Meaning, sense and world knowledge in lexical semantics. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1988.

ISQUERDO, A N. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: . Oliveira, A M. P. & Isquerdo, A. N. (Org.) *As ciências do léxico*. Lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande, UFMS, 1998. p. 89-98.

JABERG, K. & JUD, J. *Sprach und Sachatlas italiens und der Südschweiz*. Zofingen: Ringier & Co., 1928.

LACOSTE, M. Fala, atividade, situação. In: . Duarte, F. & Feitosa, V. (org.) *Linguagem e trabalho*. Rio de Janeiro: COPPE/UF RJ/LUCERNA, 1998. (p.15-36).

LEITE DE VASCONCELOS, José. *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1933.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Tradução para o português por Sérgio Milliet. São Paulo: EDUSP, Belo Horizonte, Itatiaia, 1980 [1578]. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 10).

LIMA, Pedro de. A canoa de casca de jatobá entre os índios do Xingu. In: Separata da *Revista do Museu Paulista*, vol. IV. São Paulo: IGJM, 1950.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MACHADO, J.P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1952.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

MARTINET, André. *Elementos de lingüística geral*. 6 ed. Tradução para o português por Jorge Morais-Barbosa. Martins Fontes, 1975.

MORAIS e SILVA, A. *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1949.

OLIVEIRA, Carlos Ramos de. A abordagem ecológica no estudo de populações de pescadores – um estudo de caso. In: *In Memoriam António Jorge Dias*. Lisboa: Instituto da Alta Cultura/Junta de Investigações do Ultramar, 1974.

PELLEGRINI, Giovan Battista et alii. *Atlanti storico-linguistico-etnografico friuliano*. Padova: Instituto di Glotologia e Fonetica dell' Università di Padova, 1972.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROSSI, Nelson et al. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Brasília: INL/MEC, 1963.

SAPIR, Edward. *A linguagem*. Introdução ao estudo da fala. Tradução para o português por Joaquim Mattoso Câmara. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

SANTOS, Denise Gomes Dias. *O léxico da casa de farinha*. Salvador: UFBA, 1997. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS JR. J. R. dos. A Etnografia no quadro geral das ciências antropológicas. In: *Actas do Congresso Nacional de Etnografia*. Lisboa: Junta de Investigações de Ultramar/Imprensa Portuguesa, 1965. (Vol. 1).

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. Tradução para o português por Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1987.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. *Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil*. São Paulo: USP, 1993.

SILVA, M. E. B. da. A fala dos profissionais da pesca: indícios de um fazer. In: Duarte, F. & Feitosa, V. (Org.) *Linguagem e trabalho*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ/LUCERNA, 1998. p.170-179.

SILVA, M.E.B da. A criação figurativa na linguagem do pescador artesanal. In: Pereira, C. C. & Pereira, P.R.D. (Org.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literário in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SMARCEVSKI, Lev. *Graminho: a alma do saveiro*. Salvador: Odebrecht, 1996.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. ed. Pirajá da Silva. 2 v. (s.d.) [1587].

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Traduzido do alemão por Guiomar de Carvalho Franco. São Paulo: EDUSP, Belo Horizonte: Itatiaia, 1988 [1557]. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 17)

TELMON, Tullio. Il trattamento dei dati etnografici. In: *Atlanti linguistici italiani e romanzi. Esperienze a confronto. Atti del Congresso Internazionale*. Palermo, 1990. p. 44-78.

THUN, Harald & RADTKE, Edgar (orgs.). *Neue Wege der Romanischen Geolinguistik. Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Heidelberg/Mainz: Westensee-Verlag Kiel, 1991.

THUN, Harald. Altes und Neues in der Sprachgeographie. In: Dietrich, W. & Hoinkes, U. *Romanistica se movet*. Münster: Nodus Publikationen, 2000. p.69-89.

THUN, Harald. *Lingüística y etnografía*. Kiel: Christian-Albrechts Universität zu Kiel/Romanisches Seminar, 2001 (conferência).

TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho*. Ijuí: Unijuí, 2001.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5 ed. Tradução por J. A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VÁRVARO, Alberto. Parole e cose. In: D'Onofrio, Salvatore & Gualdo, Riccardo (org.). *Le solidarietà. La cultura materiale in linguistica e in antropologia*. Atti del Seminario di Lecce (novembre-dicembre 1996). (Pubblicazioni del Dipartimento di Filologia Linguistica e Letteratura dell'Università di Lecce. vol. 13). Galatina: Congedo Editore, 1998.

VASCONCELOS, José Leite de. *Etnografia portuguesa*. Tentame de sistematização. Lisboa: Imprensa Nacional, 1933.

VELARDE, Manuel Casado. *Lenguaje y cultura: la etnolinguística*. Madrid: Editorial Síntesis, 1991.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Técnica e sociedade no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. (Coleção Repensando a História).

VILELA, M. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

VIEIRA, Domingos Fr. *Grande dicionário português ou Thesouro da língua portugueza*. Porto: Casa dos editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871.

WARTBURG, W. v. *Problemas y métodos de la lingüística*. Tradução por Damaso Alonso e Emilio Lorenzo. Madrid: CSIC, 1951.

WETHERELL, James. *Brasil: apontamentos sobre a Bahia*. Salvador: Banco da Bahia, 1971.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Traduzido para o português por José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores).







Porque *toda peça de barco tem um nome*, e por ter usado tantas vezes esses nomes ao longo deste estudo, penso ser fundamental, para os não iniciados nos afazeres dos carpinteiros navais, o esclarecimento do conteúdo semântico dos termos referentes à realidade dos estaleiros, a partes da embarcação ou a processos de sua construção.

Os verbetes deste glossário estão relacionados em ordem alfabética, e são abonados conforme o sentido atribuído pelos membros das comunidades de carpinteiros navais. Em seguida às acepções, serão reproduzidos trechos das entrevistas em que foram registradas as designações, com a indicação do informante que a enunciou.

As reduções abaixo foram empregadas nos verbetes, e correspondem a:

<i>adj.</i>	adjetivo
<i>fraseol.</i>	fraseologia
<i>s.m.</i>	substantivo masculino
<i>s.f.</i>	substantivo feminino
<i>var.</i>	variação de
<i>v.i.</i>	verbo intransitivo
<i>v.t.d.</i>	verbo transitivo direto

As ilustrações no Anexo II serão úteis para a visualização das peças correspondentes a alguns dos itens lexicais inventariados neste glossário.

**ajudante** *s.m.* trabalhador encarregado da execução de serviços de apoio num estaleiro, como carregar e aparelhar peças de madeira, limpar ferramentas; não é uma mão-de-obra especializada, e pode ser aproveitada em outras áreas de trabalho, como a construção civil. “É... dois [irmãos] que é carpinteiro e um que é **ajudante**. Infelizmente o mais velho não aprendeu a Arte, não. Só vem fazer parte de limpeza, essas coisa...” (Mestre Valmiro).

**ancudo** *adj.* (v. **bochechudo**) diz-se de um barco com bojo bastante pronunciado, arredondado. “Tem barco aqui que é bem **ancudo**” (Seu Zé Bodinho).

**aprender a Arte** *fraseol.* dizia-se do processo de aprendizagem da Arte da carpintaria naval, ensinada pelos Mestres nos seus estaleiros. “Naquele tempo não tinha ginásio... As mães pedia aos Mestre pra ensinar os filhos... não tinha pra onde ir... E a gente tinha boa vontade de ensinar, e aprendiam... Hoje modificou tudo isso. Os menino não quer mais **aprender a Arte**.” (Mestre Waltinho).

**armador** *s.m.* aquele que possui um estaleiro, entende um pouco de carpintaria naval, mas não é capaz de construir uma embarcação, necessitando de carpinteiros que o façam. “É... **armador**, mas ninguém tem o saber registrado aqui” (Seu Zelito).

**armadora** *s.f.* armação provisória de madeira, colocada à volta da embarcação para sustentá-la até que sua estrutura básica fique pronta, quando a **armadora** dá lugar ao cintado. “(...) quando... nós tamos começando uma embarcação, a gente chama **armadora**... que ela é quem (a)panha o... dá o sustento, né, colocou aquelas casa de madeira do meio, nós armamo ela, pra ela (a)panhar o jeito da embarcação pra depois encher, tá vendo?” (Mestre Zé Crente).

**armar** (uma embarcação) *v.t.d.* construir uma embarcação; montar as suas partes. “Eu vou fazer três barquinhos agora, eu vou **armar**...” (Mestre Waltinho); “Depois eu vim pra aqui e continuei a **armar** barco por minha conta” (Seu Zé Bodinho).

**arte, a** *s.f.* diz-se do nobre ofício de construir embarcações; designação empregada pelos carpinteiros para se referir ao ofício da carpintaria naval. “O Mestre sabe mais o segredo da **Arte**. Por muito que o oficial saiba, mas o Mestre tem mais visão” (Mestre Waltinho).

**atracação** *s.f.* ato de pregar, juntar com firmeza uma peça a outra utilizando cravilha ou parafuso. “Aí faz uma **atracação** através de parafuso” (Mestre Zé Crente).

**balaústre** *s.m.* coluna de madeira que sustenta o corrimão, e serve para proteger as pessoas à borda da embarcação. “E por cima [do cavername] sempre aquele acabamento de currumão, **balaústre**, essas coisa...” (Mestre Valmiro); “(...) a escuna tem... tem **balaústre**, tem beque... tem a mastreação que é diferente...” (Seu Dedé).

**bandoleira** *adj.* diz-se de uma embarcação que navega sem estabilidade, com problemas que a impeçam de ser adequadamente governada, em virtude de falhas nos cálculos durante a sua construção, ou problemas na mastreação. “(...) tem que saber que tamanho é a embarcação, a largura que vai ficar a embarcação, pra ela não ficar doida, né, **bandoleira**, como se diz” (Cláudio).

**beque** *s.m.* pavimento de madeira na proa da embarcação, destinado ao recreio dos passageiros. “*É que o saveiro é aberto, e ... têm câibra [câmara], convés... e a escuna tem... tem balaústre, tem **beque**... tem a mastreação que é diferente.. (Seu Dedé).*”

**bater cravilha** *fraseol.* serviço que consiste em fixar as peças de madeira através de cravilhas, espécie de prego grande e reforçado; trabalho executado por ajudantes nos estaleiros. “[*um ajudante*]conhece um pouco de pegar numa ferramenta, de **bater uma cravilha**, de motosserra, de pegar numa motosserra, mas não... tem uma... teoria, uma atitude correta pra fazer um barco, não...” (Seu Zelito).

**bochechudo** *adj.* (v. **ancudo**) diz de um barco com bojo bastante pronunciado, arredondado. “(...) quanto mais ele [o barco] tem menos pé, ele fica mais **bochechudo**” (Seu Zé Bodinho).

**borda falsa** *s.f.* (v. **falca**) peça de madeira, colocada acima da linha do convés, que sustenta o corrimão da embarcação “(...) ela é **borda falsa** porque está acima do convés...” (Mestre Zé Crente).

**braço** *s.m.* (v. **caverna, costelame, enchimento**) grande haste curva de madeira que forma a estrutura, o esqueleto da embarcação. “(...) dois **braço** e uma caverna... para nós é uma casa de madeira” (Mestre Zé Crente).

**câimbra** *s.f.* (câmara) compartimento no convés de uma embarcação, destinado a abrigar seu condutor. “*É que o saveiro é aberto, e... tem **câimbra** [câmara], convés...*” (Seu Dedé); “*Tudo era uma coisa só, era a mesma coisinha, daquele que você veio, dum jeito, aquela câimbrinha [câmarazinha]...*” (Seu Zelito).

**casa de madeira** *s.f.* (v. **braço, caverna**). parte estrutural da embarcação, composta por dois braços e uma caverna. “*É uma casa, né, três peça, três peça: caverna e braço, né, dois braço e uma caverna... pra nós é uma **casa de madeira***” (Mestre Zé Crente).

**caverna** *s.f.* (v. **braço, costelame, enchimento**) cada uma das peças curvas de madeira que são fixadas perpendicularmente à quilha e dão forma ao casco da embarcação. “*O fundo [do saveiro] é mais estreito, as **cavernas** têm mais pé*” (Mestre Zé Crente); “(...) fazemos uma outra peça chamada **caverna**” (Seu Zelito).

**cavername** *s.m.* (v. **caverna**) conjunto das cavernas de uma embarcação. “*Se esta quilha tiver oito centímetro, este **cavername** aqui tem que ter oito também, entendeu?*” (Mestre Zé Crente, explicando como traça um graminho).

**cintado** *s.m.* peça de madeira, pregada de um lado a outro do costado de uma embarcação, sobre a qual é pregado o tabuamento externo. “*Chamamos **cintado** porque recebe toda a estrutura depois em cima daquela peça, de toda a pregação*”. (Seu Zelito).

**contra-mestre** *s.m.* oficial carpinteiro que desempenha as funções do mestre quando este precisa se ausentar. “*Bom, existe o **contra-mestre**, chamado assim, né? Aqui, no meu caso, tem meu irmão (...); quando eu saio, ele fica*” (Mestre Valmiro).

**costelame** *s.m.* (v. **braço, caverna, enchimento**) conjunto das peças curvas de madeira, fixadas perpendicularmente à quilha, que dão forma ao casco da embarcação. “*É o costelame, é, chama braço, caverna, braço, enchimento, tem vários tipo de nome*” (Seu Zé Bodinho).

**cravilha** *s.f.* espécie de prego de metal galvanizado, muito resistente, com um haste cônica e uma cabeça, usada para a pregação das peças da embarcação. “*Mandava nós trabaiá de machado pra praticar, né, bater cravilha, molar ferramenta...*” (Seu Zé Bodinho); “*E fura, e tome-lhe cravilha pra güentar outra peça!*” (Seu Zelito).

**discípulo** *s.m.* aquele que é iniciado, por um mestre, na Arte da carpintaria naval; estágio inicial do aprendizado da Arte da carpintaria naval. “*A maioria entra [no estaleiro] como discípulo. (...) No meu caso, entrei como discípulo, entrei pequeno*” (Mestre Valmiro).

**dormente** *s.m.* viga longitudinal de madeira colocada da popa à proa, a fim de travar a estrutura da embarcação. “*Ali em cima colocamos o dormente; então a embarcação fica toda presa, toda atracada*” (Mestre Zé Crente).

**enchimento** *s.m.* (v. **braço, caverna, costelame**). conjunto das peças curvas de madeira, fixadas perpendicularmente à quilha, que dão forma ao casco da embarcação. “*É o costelame, é, chama braço, caverna, braço, enchimento, tem vários tipo de nome*” (Seu Zé Bodinho).

**escantilhão** *s.m.* declive da madeira feito com a suta, na construção das peças curvas de um barco. “*(...) ela [a peça da embarcação] já está toda riscada no graminho que nós tem, e ali tá marcando esse que chama escantilhão*” (Mestre Zé Crente).

**escuna** *s.f.* embarcação resultante da reformulação do tradicional saveiro, muito usada para recreio turístico. “*Sempre construção naval era mais saveiros. Escuna foi depois da transformação de escunas tropicais. Foi de saveiro que transformou-se pra escuna*” (Mestre Waltinho).

**estaleiro** *s.m.* local situado às margens de rios ou marés, onde são construídas as embarcações. “*Estaleiro, é como eu falei, ninguém tem...; é uma locação de praia ...de trabalho*” (Seu Zelito).

**falca** *s.f.* (v. **borda falsa**) tábuas superior do costado da embarcação; peça de madeira, colocada acima da linha do convés, que sustenta o corrimão da embarcação. “*Aqui é a falca que se chama; chama-se falca, né isso?*” (Mestre Zé Crente); “*Ali é a farca [falca]... aquela parte ali tem o corrimão por cima, não foi colocado ainda*” (Seu Dedé).

**farquejar** *v.i.* desbastar a madeira, aplainar. “*Eu me interessei assim: quando eu via uma pessoa farquejando, eu achava aquilo bonito!*” (Velho).

**graminho** *s.m.* instrumento consistido em um pedaço rústico e retangular de madeira, com um pequeno furo ao meio, utilizado pelos carpinteiros navais para traçar os cálculos da futura embarcação. “*Aqui na história dos antecessor, dos grandes Mestres, a gente tem um graminho, né? Cada construtor risca seu graminho, faz seu cálculo e constrói*” (Mestre

*Waltinho*); “Isso aqui chama-se **graminho**; isso aí são os primeiro detalhe da embarcação, tá nesses traço ...” (*Mestre Zé Crente*).

**machadeiro** *s.m.* trabalhador encarregado de extrair madeira nas matas, utilizando machado. “*Olha o seguinte: os meus avós trabalhavam, meus tios trabalhavam... então eram as pessoas que trabalhavam como... como se dizia antigamente, machadeiro, trabalhava de machado.*” (*Seu Zelito*).

**marcar trabalho** *fraseol.* ato exercido pelo mestre carpinteiro, de designar tarefas para os carpinteiros, oficiais e ajudantes num estaleiro. “*O mestre tem que tá junto, tem que ter atividade, participando de tudo, marcar trabalho pra um, pra outro...*” (*Mestre Waltinho*); “*Meu trabalho quem marca sou eu*” (*Seu Zé Bodinho*).

**mastraréu** *s.m.* (v. **mastreção**) conjunto dos mastros de uma embarcação. “*(...) e tem a proa que leva o mastraréu, e tem o porão*” (*Mestre Waltinho*).

**mastreção** *s.f.* (v. **mastraréu**) conjunto dos mastros de uma embarcação. “*A mastreção [de um barco, diferentemente de uma escuna] é como seja de um menino pra uma menina*” (*Seu Zelito*).

**meio-carpinteiro** *s.m.* (v. **servente prático**) trabalhador menos qualificado, cuja mão de obra é menos onerosa e que trabalha somente sob as ordens do mestre. “*Porque se eu pegar um profissional, ele vai me custar muito caro... Então, eu não preciso desse profissional de primeira... classe; eu preciso de um meio-carpinteiro*” (*Mestre Zé Crente*).

**mestre** *s.m.* carpinteiro naval experiente, líder de outros carpinteiros, que aprendeu a Arte com a família ou com antigos mestres, e que é o proprietário do estaleiro onde atua; aquele responsável, mediante o proprietário de uma embarcação, pela sua construção; aquele que utiliza o graminho na construção de uma embarcação; aquele que se preocupa com os destinos da Arte e com sua transmissão a outros. “*Esses que são os Mestres, que tem aquele dom de saber administrar, saber mandar sem problema*” (*Mestre Valmiro*); “*(...) tinha uns mestres (...), mas era o tipo de Mestre de coisas que não tinha que escrever... eles pegava uma peça, riscava, nós recortava... e aí conseguia imitar outra... e daí fazia um barco*” (*Seu Zelito*); “*O Mestre tem que tá junto, tem que tá em atividade, participando de tudo, marcar trabalho pra um, pra outro...*” (*Mestre Waltinho*); “*Eu quando tenho um graminho, quando risco um barco, eu chamo todo mundo pra aprender... porque amanhã, depois a gente morre, aí tem alguém que aprender, né? Acho bonito, né? Porque burro é o discípulo que não passa o Mestre*” (*Mestre Waltinho*).

**mestre carpinteiro** *s.m.* aquele carpinteiro mais experiente, homem de confiança do Mestre e/ou dono do estaleiro, que comanda o trabalho no estaleiro. “*É, chamam assim, o mestre carpinteiro*” (*Seu Zelito*).

**oficial** *s.m.* carpinteiro naval altamente qualificado, experiente; a quem um mestre carpinteiro delega funções de liderança no estaleiro, e que aprendeu a Arte com um mestre. “*O mestre sabe mais o segredo da Arte. Por muito que o oficial saiba, mas o mestre tem mais visão*”. (*Mestre Waltinho*).

**pano** (de barco) *s.m.* o mesmo que vela. “*Antigamente, nós olhava pro lado de Itaparica, (...) parecia uma mata de tanto pano de barco, veleiro...*” (seu Zelito).

**pau de giba** (*var. pau de riba*) *s.m.* pau comprido pregado na proa da embarcação, onde se prendem as correntes e os cabos do velame. “*(...) um chama pau de giba, outros chama pau de riba... me parece que o mais certo é pau de giba*” (Mestre Zé Crente).

**quilha** *s.f.* primeira peça a ser construída, é a base a partir da qual se faz uma embarcação. “*Ali [no graminho] se risca a madeira toda, recorta, quando se coloca em cima da quilha, dali se bota as armadora, já vai embora...*” (Seu Dedé); “*A gente começa pela quilha, né?*” (Mestre Valmiro).

**resbordo**. *s.m.* primeira fileira de tábuas do forro externo do fundo da embarcação. “*Nós chamamos de resbordo (...); é porque na linguagem de antigamente, não se porque retorcia, era chamado de resbordo*” (Seu Zelito).

**risca um graminho** *fraseol.* (v. **graminho**) ato de desenhar num graminho a estrutura, o molde da embarcação a ser construída. “*O graminho... é coisa que a gente tem, né? Isso aí é o molde em si, né? Quando a madeira chega, a gente risca o graminho*” (Mestre Valmiro); “*? Cada construtor risca seu graminho, faz seu cálculo e constrói*” (Mestre Waltinho).

**risca um barco** *fraseol.* (v. **risca um graminho**) traçar o desenho da estrutura de uma embarcação em um graminho. “*Eu quando tenho um graminho, quando risco um barco, eu chamo todo mundo pra aprender... porque amanhã, depois a gente morre, aí tem alguém que aprender, né? Acho bonito, né? Porque burro é o discípulo que não passa o Mestre*” (Mestre Waltinho).

**roda de proa** *s.f.* peça estrutural dianteira da embarcação, pregada a partir da quilha, para cima. “*Peça de esquadro mesmo tem bem pouca: quilha, roda de proa, que é feita no esquadro*” (Seu Zé Bodinho); .

**saveiro** *s.m.* veleiro tradicional, praticamente extinto, que no passado ligava os portos do Recôncavo e do Baixo Sul ao Porto de Salvador, inter-cambiando mercadorias e passageiros. Era também utilizado na pesca. “*É que o saveiro é aberto, e... tem câibra [câmara], convés... e a escuna tem balaústre, tem beque... tem a mastreação que é diferente*” (Seu Dedé).

**saveiro de feira** *s.m.* embarcações tradicionais, que recolhiam mercadorias dos portos de origem para conduzi-las às feiras de Salvador e a outras zonas de comércio. “*O saveiro chamado de feira saía recolhendo mercadorias do Recôncavo pra capital. Hoje o caminhão panha na porta e leva na porta*” (Mestre Waltinho).

**servente prático** *s.m.* (v. **meio-carpinteiro**). trabalhador menos qualificado, cuja mão de obra é menos onerosa e que trabalha somente sob as ordens do mestre. “*(...) eu chamei um meio-carpinteiro, mas realmente é um... servente prático*” (Mestre Zé Crente).



**sobrequilha** *s.f.* peça longitudinal de madeira, pregada sobre a quilha da embarcação, para reforçá-la. “*Porque aí nós coloca o nome de sobrequilha, porque a quilha é essa outra, essa daí que tá aí embaixo*” (Seu Zé Crente).

**suta** *s.f.* instrumento rudimentar, formado por duas partes móveis de madeira, unidas em uma das extremidades por uma peça de metal; semelhante a um esquadro, é muito utilizada pelos carpinteiros para medir e transplantar um ângulo a uma superfície angular; usada para calcular as partes curvas da embarcação. “*Então com a suta é que damos essa diferença aqui*” (Mestre Zé Crente).

**sutamento**. *s.m.* caimento curvo na peça de madeira. “*É que ela tem sutamento, ela tem caimento...*” (Seu Zé Bodinho); *Aqui está o sutamento. Cada peça é sutada. O braço não é no esquadro, cada um tem um sutamento e a senhora pega pela divisão do graminho* (Mestre Waltinho).

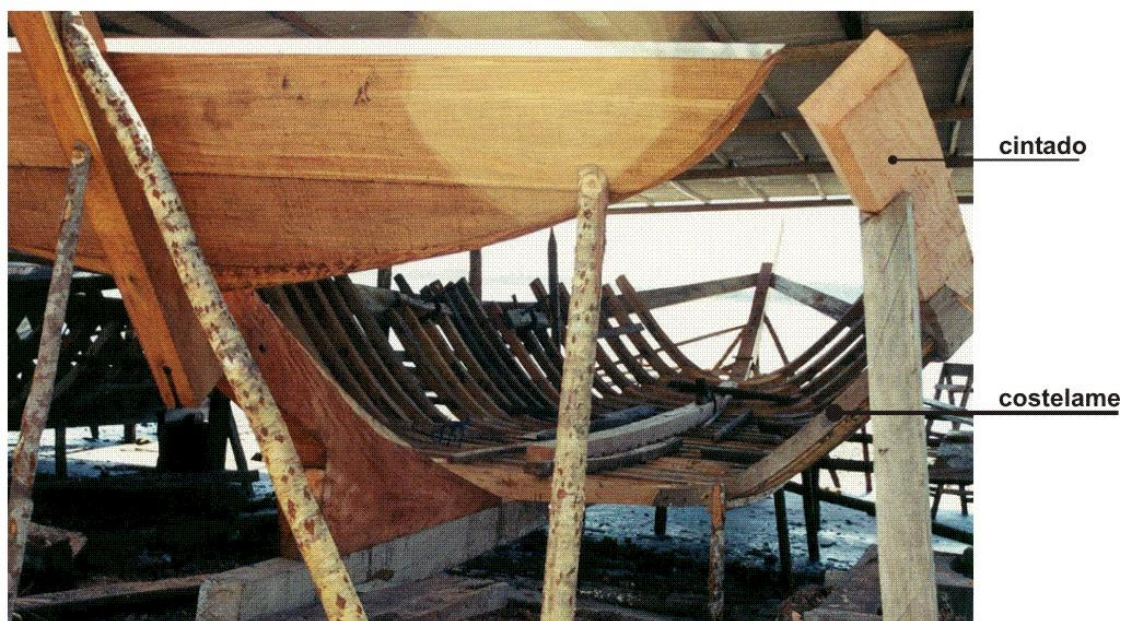
**tabica** *s.f.* tábua estreita, pregada abaixo da falca (v. **falca**). “*(...) chamam de tabica, na linguagem da gente, é, conhecemos por isso, né?*” (Seu Zelito).

**trabalhar de machado** *fraseol.* (v. **machadeiro**) extrair madeira nas matas, à machado, para usar na construção de embarcações. “*Olha, o seguinte: os meus avós trabalhavam, meus tios trabalhavam... então... então... eram as pessoas que trabalhavam como... como... dizia de antigamente machadeiro, trabalhava de machado...*” (Seu Zelito).

**vau** *s.m.* viga transversal que une duas cavernas opostas e sustenta o tabuado do piso do convés da embarcação. “*Nós que trabalha por prática e não por teoria, nós chama vau*” (Mestre Zé Crente).

**velame** *s.m.* todo o aparelho vélico de uma embarcação; conjunto das velas de uma embarcação. “*Velas... são os velames, né?*” (Mestre Valmiro).

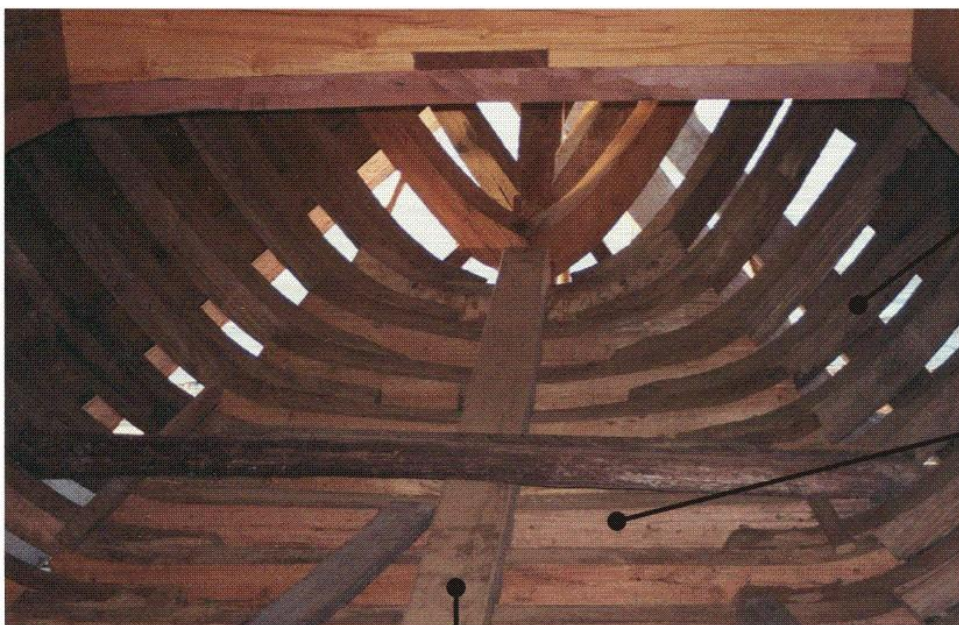
**ANEXO II**  
**Documentação fotográfica de**  
**etapas de construção de**  
**embarcações**





brços  
e cavernas  
atracados  
por cravilhas

enchimento



cavernas

tábuas  
de resbordo

dormente



corrimão

falca

tabica

cintado

**ANEXO III**  
**Roteiro das entrevistas**

**I. Perguntas introdutórias**

1. Como se chama a sua profissão? (Apurar outros nomes)
2. Há quanto tempo o senhor é ..... ? (Resposta perg. 1)
3. Como o senhor aprendeu sua profissão? (Apurar a forma de transmissão do conhecimento – tradição oral? observação? cantigas?)
4. Como se chama o lugar onde se construía as embarcações?
5. Em que .....(estaleiros) o senhor trabalhava? (Apurar se a família possuía o estaleiro)
6. Quantos estaleiros havia aqui? E hoje em dia?
7. Quantos mestres ainda estão em atividade?
8. O senhor ainda constrói barcos? (Resposta negativa: apurar o porquê)
9. Seus filhos seguiram sua profissão? (Resposta negativa: apurar o porquê)
10. De que o senhor vive atualmente?

**II. Tipos de embarcação**

11. Que tipos de embarcação o senhor construía?
12. Quais eram as mais importantes para a navegação local? (Provocar *saveiro*)
13. O senhor pode descrevê-las? (Apurar nomes e características)
14. Para que serviam essas embarcações? (Apurar destinação)

15. Que tipo de embarcação se constrói atualmente aqui?

### **III. Dados gerais sobre o saveiro**

16. Ainda existem saveiros? Quais? Onde estão?

17. Quantos tipos de saveiros existiam? Para que serviam? (Apurar tipos e destinação)

### **IV. Processos de construção**

- *Planejamento*

18. Quando alguém fazia uma encomenda de uma embarcação, de que informações o senhor precisava antes de começar a construção? (Apurar medidas utilizadas – palmo, chave, metro, etc.)

19. Por que essas informações eram importantes? (Apurar a destinação e características dos barcos para: mar aberto, baía de todos os santos, rios)

20. Qual o primeiro passo quando se ia construir uma embarcação? (Apurar *Graminho* – outros nomes, descrição)

- *Matéria-prima*

21. Que tipo de madeira era usado?

22. Qual a época melhor para tirar madeira? Por quê?

23. Como se escolhia a madeira na mata? (Apurar qualidades da madeira)

24. Que ferramentas se usava para tirar a madeira?



25. Como era transportada a madeira?
26. Quem transportava a madeira? (Apurar divisão do trabalho e características dos trabalhadores)
27. Usava-se a mesma madeira para todas as partes do barco? Por quê?
28. Como a madeira era preparada para a construção?
- *Construção do casco*
29. Quais as partes de uma embarcação? (mastro, vela, casco...)
30. Por qual parte começava a construção ? (Apurar outros nomes para o casco)
31. Quais as partes do casco?
32. Como se construía o casco? (Apurar o processo, nomes e as ferramentas usadas)
33. Os cascos diferem conforme o tipo de embarcação? (Explicar as diferenças)
- *Construção do mastro*
34. Qual a melhor madeira par se fazer o mastro?
35. Quais os tipos de mastro?
36. Quais as partes do mastro?
37. Os mastros diferem conforme o tipo da embarcação?
38. Como se faz o mastro? (Apurar processo, nomes e ferramentas)

- *O velame*

39. Quais os tipos de vela?

40. Quais as partes da vela?

41. Os tipos de vela diferem conforme o tipo da embarcação? (Explicar)

42. Como se faz uma vela? (Apurar nomes, processos e ferramentas)

- *O acabamento*

43. Qual é a última etapa da construção? Depois dela é que se considera uma embarcação pronta...

44. Como se faz o (acabamento) da embarcação? (Calafetagem, pintura, etc.)

45. Quem trabalha nessa fase? (Apurar os trabalhadores envolvidos, os nomes...)

## **V. Caracterização dos trabalhadores**

46. Quantas pessoas são necessárias para a construção de uma embarcação?

47. Como se chamam as pessoas que trabalham na construção?

48. Trabalham homens, mulheres e crianças? Em que etapa? (Apurar a composição dos grupos em cada etapa)

49. Qual a idade predominante dos trabalhadores?

## **VI. Relações e divisão do trabalho**

50. O mestre acompanha todas as etapas do trabalho? (Apurar o tipo de relação de comando)
51. Se não estivesse, quem comandava o trabalho?
52. Como era feito o pagamento das pessoas que trabalhavam?
53. Quanto tempo era necessário para se fazer uma embarcação?
54. O grupo de trabalhadores permanecia o mesmo em toda as fases da construção?
55. Como era o ambiente de trabalho num estaleiro? (Insistir na descrição dos costumes e do cotidiano do trabalho). Em que aspectos esse ambiente mudou?

## **VII. Perguntas gerais**

56. O senhor se recorda de alguma embarcação que não se use mais e que já foi usada antigamente? Há outras?
57. Quais as causas da decadência dos saveiros?
58. O senhor conhece alguma história sobre a origem dos saveiros?
59. Qual é a situação dos mestres construtores hoje em dia? E antigamente?
60. Para o senhor, qual é o futuro da construção naval?
61. O senhor considera a sua uma boa profissão? Por quê?

62. O senhor poderia contar algum caso interessante (engraçado, triste, etc.) que aconteceu com o senhor ou com algum conhecido?
63. O senhor pode me contar qual foi o acontecimento mais importante de sua vida? Por quê?
64. Qual é o seu maior desejo?